

Estudando a contrainsurgência dos Estados Unidos: manuais, mentalidades e uso da Antropologia

Gilberto López y Rivas





Universidade Federal de Goiás

Reitor

Edward Madureira Brasil

Vice-Reitora

Sandramara Matias Chaves

***iU** Conselho Editorial da Editora da Imprensa
Universitária (*iU)

Coordenação Editorial – Conselho
Editorial

Alice Maria Araújo Ferreira

Antonio Corbacho Quintela (Presidente)

Bruna Mundim Tavares (Secretária)

Divina Aparecida Anuniação Vilhalva

Fabiene Riány Azevedo Batista (Secretária)

Igor Kopcak

Joana Plaza Pinto

João Pires

Pamora Mariz Silva de F. Cordeiro

Revalino Antonio de Freitas

Salustiano Álvarez Gómez

Sigeo Kitatani Júnior

Comissão Editorial da

Coleção Diferenças

Luis Felipe Kojima Hirano

Camila Azevedo de Moraes Wichers

Alexandre Ferraz Herbetta

Carlos Eduardo Henning

Janine Helfst Leicht Collaço

Conselho Editorial da

Coleção Diferenças

Centro-oeste: Ellen Woortman (UnB);

Maria Luiza Rodrigues Souza (UFG) e

Joana Fernandes (UFG)

Norte: Deise Montardo (UFAM); Gersem

Baniwa (UFAM), Marcia Bezerra (UFPA)

Nordeste: Renato Athias (UFPE), Julie

Cavinac (UFRN), Osmundo Pinho

(UFRB)

Sudeste: José Guilherme Cantor Magnani

(USP), Jorge Villela (UFSCAR) e Sérgio

Carrara (UERJ)

Sul: Sônia Maluf (UFSC), Cornelia Eckert

(UFRGS) e Jorge Eremites (UFPEL)



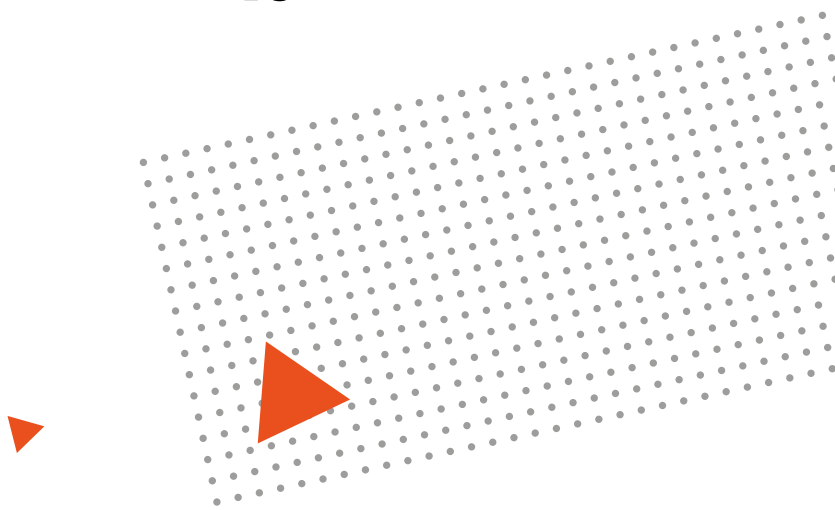


Estudando a contrainsurgência dos Estados Unidos: manuais, mentalidades e uso da Antropologia

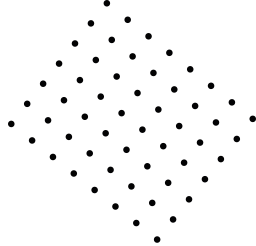
Gilberto López y Rivas

Editora da Imprensa Universitária, 2018.

*iU



© La Universidad de San Carlos de Guatemala, 2014
Título original: Estudiando la contrainsurgencia de Estados Unidos:
Manuales, mentalidades y uso de la antropología



© Tradução brasileira: Editora da Imprensa Universitária
1ª Edição em língua portuguesa, 2018
© Gilberto López y Rivas, 2018

Tradução:

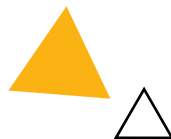
Roberto Lima
Túlio Fernando Mendanha de Oliveira
Sckarleth Martins
Paulo Brito do Prado
Veronica Alde

Revisão de português: *Ana Godoy*

Revisão técnica: *Roberto Lima*

Foto da capa: *Eduardo Carli (Manifestação em defesa da educação em 15 de Maio de 2019/ Goiânia)*

Capa e Diagramação eletrônica: *Julyana Aleixo*



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) GPT/BC/UFG

L864 López y Rivas, Gilberto.

Estudando a contrainsurgência dos Estados Unidos: manuais, mentalidades e uso da Antropologia. / Gilberto López y Rivas; Tradução, Roberto Lima... [et al.]. – Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018.

77 p.

ISBN: 978-85-93380-57-0

1. Terrorismo de Estado. 2. Ciências Sociais. 3. Política.
4. Nacionalismo. 5. Relações Humanas. I.Título.

CDU: 323.269.6(73)

Bibliotecária responsável: Adriana P. Aguiar / CRB1: 3172

Sumário

Apresentação do autor para a edição em língua portuguesa.....	7
Prólogo: as ciências sociais e seus dilemas	17
O “espírito” de uma época sombria.....	17
Debates abertos e problemas pendentes	18
Debata sobre as ciências sociais e seus usos na atualidade	21
Prefácio do revisor técnico que é também um dos tradutores	26
Introdução: terrorismo global de estado	34
II	40
Conclusão	53
Estudando a contrainsurgência dos Estados Unidos	54
O manual 3-24 de contrainsurgência estadunidense	58
Inteligência na contrainsurgência	65
Antropologia da contrainsurgência e a ocupação neocolonial	68
O guia cultural das forças especiais dos Estados Unidos	72
A Antropologia militarizada.....	75
Os acadêmicos a serviço do império: a Iniciativa de Pesquisa Minerva	81

Silêncios e cumplicidades em torno das Expedições Bowman	84
Outra Expedição Bowman, agora em Honduras	88
Mais uma vez, Expedições Bowman na Costa Rica	91

**Manual de campo das forças especiais número
31-20-3..... 95**

A futurologia das estratégias estadunidenses	102
A árdua carga do homem branco!.....	105
As guerras justas de Obama	109
Mudanças na estratégia militar dos Estados Unidos	112
Tão longe de Deus, tão perto dos Estados Unidos	116
O narcotráfico, uma arma do império	120
Teve que ser em silêncio: o caso dos cinco heróis de Cuba	123

México, estado falido?..... 128

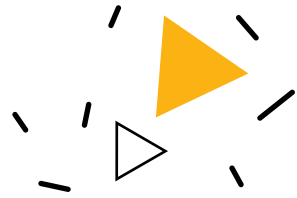
O que começa mal, termina mal	131
-------------------------------------	-----

Epílogo necessário 141

Terrorismo global de Estado, recolonização e ciências sociais.....	141
Conclusão	154

Referências 156

Hemerografia	159
Digital	161
Revistas acadêmicas	162
Revistas Digitais	162
Outras referências electrônicas de consulta	164



Apresentação do autor para a edição em língua portuguesa

Gilberto López y Rivas

(Instituto Nacional de Antropologia e História-INAH)

Quero agradecer profunda e fraternalmente à equipe de tradutoras e tradutores coordenada por Roberto Lima e integrada por Túlio Fernando Mendanha de Oliveira, Sckarleth Martins, Paulo Brito do Prado e Veronica Alde. Expresso meu reconhecimento total ao interesse, generosidade e dedicação para tornar possível a publicação deste trabalho no Brasil e nos países de língua portuguesa.

Também agradeço infinitamente aos professores Roberto Lima e Nestor Kohan por escreverem o prefácio e o prólogo, respectivamente. Congratulo-me por ter ambos não só como colegas e amigos, mas também como companheiros de luta por uma ciência social a serviço dos povos e das classes exploradas e oprimidas.

O sociólogo estadunidense Charles Wright Mills recomendava pesquisar as estruturas e mecanismos do poder, considerando que os intelectuais e a academia deviam conformar um *aparelho de inteli-*

gência público que desafiasse as elites políticas, econômicas e militares. *Conhecer os dominadores é uma tarefa do pensamento crítico a ser realizada*, à qual exortam os mayas zapatistas do sudeste mexicano. Seguindo essa perspectiva, nos últimos anos tenho estudado os estrategistas da contrainsurgência planetária que contam com a ajuda de cientistas sociais, particularmente antropólogos, geógrafos e psicólogos a serviço do império. É disso que trata esse livro.

Observemos o caso do primeiro presidente afrodescendente na história dos Estados Unidos, Barack Obama, Prêmio Nobel da Paz (*sic*) que, apesar da infundada euforia inicial do *yes, we can* – que aparentemente esqueceu muito rápido –, não só não concretizou mudanças em benefício dos setores médios e da classe trabalhadora como, ao contrário, aprofundou com suas medidas as práticas neoliberais iniciadas por Ronald Reagan e seguidas por Bill Clinton em seu país, favorecendo a precarização laboral e a transnacionalização corporativa, as quais intensificaram o desemprego, tornaram mais extrema a polarização social, agravando a marginalização e elevando a pobreza a níveis nunca observados em extensas zonas industriais e urbanas dos Estados Unidos, as quais caíram no abandono e no desespero. Sua gestão não buscou pôr em evidência a impunidade racista-policial e, em sua administração, ocorreu o assassinato de milhares de cidadãos negros desarmados nas mãos da polícia, sendo também o presidente que mais deportou imigrantes sem documentos nas últimas décadas: um total de 2.768.357, isto é, 40% a mais que Bush Filho.

O presidente democrata também foi mais longe que seu antecessor republicano em relação ao envolvimento de seu país na estratégia de guerra permanente, nas guerras assimétricas e de amplo espectro que são analisadas nestas páginas: duplicou o número de países nos quais os Estados Unidos realizam operações clandestinas das chamadas forças especiais; aumentou o contingente de tropas no

Afeganistão, assim como o uso de *drones* para eliminar inimigos sem importar-se com os mal denominados *danos colaterais* – autênticos assassinatos em massa – e seguiu apoiando a guerra de ocupação no Iraque; manteve a infernal prisão de Guantánamo, apesar de suas promessas de campanha; sua gestão respaldou os golpes de estado, supostamente brandos, em Honduras, Paraguai e Brasil; não revogou o bloqueio contra Cuba, embora tenha reiniciado as relações diplomáticas com o país; continuou com a ocupação da Colômbia através de bases militares que ameaçam Venezuela e Bolívia, apoiando abertamente os esforços das direitas locais para derrubar os governos denominados progressistas. Tudo isso justificado pelo direito de levar a todos os confins do mundo a suposta guerra justa e necessária daquela que qualificou literalmente como “a única nação indispensável que existe no planeta”, e apesar dos altos custos políticos internos no plano eleitoral que levaram Trump à presidência.

Dentro da política estadunidense, e do que é considerado “politicamente correto”, Trump expressa a estridência, a vulgaridade, a ignorância, o grotesco do que se tem denominado *obscurantismo estadunidense*. O perfil do eleitor que decidiu a vitória de Trump há três anos, de acordo com a pesquisa realizada pelo consórcio Edison Research Election Pool, refere-se a um homem (53% votaram em Trump), branco (58%), com mais de 45 anos de idade (53%), sem ensino superior (67%), residente em zona rural (62%), conservador (81%), protestante ou evangélico (58%), branco evangélico (81%), que frequenta a igreja uma vez por semana (56%), é casado (53%) e fez serviço militar (61%). Na política, os temas que mais interessam a este eleitor são a imigração (64%) e o terrorismo (57%), considera que sua situação econômica piorara (78%), pensa que os estrangeiros lhe roubam o trabalho (65%), quer que os imigrantes sejam deportados (84%), reprovava o trabalho de Obama (90%), estava irritado com seu governo (77%) e crê que deve ser construído o famoso muro na divisa com México (86%).

Também acredita que Trump fará uma grande mudança (83%), que tem temperamento para governar (94%), e havia decidido seu voto três meses antes da eleição (70%). E certamente estes eleitores são, em sua grande maioria, criacionistas.

Assim, Trump soube aproveitar os resultados da aplicação das políticas neoliberais nos Estados Unidos – a transnacionalidade descrita por William Robinson, com a localização de empresas fora de seu território, no México ou qualquer outro lugar do planeta –, que trouxeram empobrecimento à classe operária e aos estratos médios estadunidenses, aproveitando a existência de uma mão de obra extremamente barata, e permitindo que uma grande parte da geração de valor se dê como produto do que é conhecido como a *deslocalização do capital*. Esses setores começaram a sentir os rigores da crise que, em escala universal estamos experimentando em todos os povos e povoados. Quando Ronald Reagan e Margaret Thatcher materializaram o credo neoliberal e começam a aplicá-lo em seus respectivos países, provocaram a ampliação e a intensificação da pobreza extrema em suas populações, algo que Trump captou e segue utilizando a seu serviço.

É certo que as políticas neoliberais aplicadas dentro do território estadunidense provocaram o abandono de amplas zonas urbano-industriais, do investimento público em cidades pequenas de caráter rural, dos serviços de educação e saúde somado ao avanço de uma mentalidade obscurantista, criacionista, antiaborto, contrária à diversidade sexual, cuja estrutura familiar assemelha-se à de Trump, em que se permite tudo ao macho, inclusive suas obscenidades públicas e à mulher não se permite nada, além de apoiá-lo porque representa o modelo de família que apoia Trump.

O tipo de eleitor que nos mostram os estudos posteriores à eleição de três anos atrás delineia esse varão machista e essa mulher subjugada que vota em alguém semelhante ao seu agressor em casa e apoia o marido, sem importar-se com o fato de que suas

liberdades como mulher estão sendo recortadas e sua dignidade lesada. Trump soube captar tudo isso. Vindo de uma família rica que havia feito fortuna com especulação imobiliária, representa uma expressão capitalista fincada primordialmente no território nacional, uma fração da burguesia que não está, como nos casos de Clinton ou Obama, relacionada estreitamente com a transnacionalidade do capital.

O simpatizante de Trump faz parte dessa população amorfa de cidadãos descrita por Morris Berman em seu livro *Edad oscura americana: la fase final del imperio* (2008), marcada pela religiosidade centrada na fé na providência e pelo fundamentalismo: a ignorância ignorada, não reconhecida (a pior de todas); os preconceitos racistas e a crença em uma hierarquia racial; produto da atrofia do sistema educativo e do pensamento crítico e racional; o individualismo exacerbado e o patriotismo baseado nas ideias de *destino manifesto* e na visão dicotômica do mundo, dividido entre bons e maus, perdedores e ganhadores. Características que, reunidas e intensificadas em conjunturas eleitorais, conformam um terreno fértil para demagogos como Trump, que expressam de maneira pública, ainda mais agora como presidente, as ideias que essa população mantém subterraneamente.

É muito prematuro pensar que Trump marca uma *mudança de época* ou, como afirmam alguns analistas, como Álvaro Garcia Linera, o fim da globalização transnacional. É preciso matizar tais considerações. Os obstáculos jurídicos e políticos para a aplicação de algumas de suas promessas eleitorais devem ser considerados, assim como as várias resistências de setores importantes do povo estadunidense e da própria elite política derrotada. Mas podemos, sim, ter segurança de que a era Trump está marcada pelas graves crises políticas, econômicas e sociais que temos observado nesses anos.

De acordo com William Robinson, a globalização econômica tem sua contrapartida na formação transnacional de classes e na

emergência de um Estado transnacional que existe para funcionar como a autoridade coletiva para a classe governante global: o Estado nacional não mantém sua primazia e nem desaparece, mas está se transformando e tem sido absorvido por essa estrutura mais ampla da transnacionalidade; esse Estado emergente institucionaliza uma nova relação de classes entre o capital global e o trabalho global. *Consideramos que essa tendência não vai mudar, apesar do neoprotecionismo de Trump e de suas contrapartes europeias*

Três décadas atrás, o colega então soviético A. Grachiov, em seu livro *Bajo el Signo del Terror [Sob o signo do terror]* (1986), após realizar um levantamento das operações militares abertas e encobertas realizadas pelos Estados Unidos na América Latina, Ásia, África e na própria Europa – de acordo com o Instituto Brookings, entre 1945 e 1975 os Estados Unidos empregaram ou ameaçaram usar a força em 215 ocasiões para alcançar seus objetivos de política exterior –, caracteriza essas ações justamente como “terrorismo global de Estado, mais criminoso ainda porque se apoia no gigantesco poderio bélico e no aparelho subversivo ramificado do maior Estado capitalista” (Grachiov, 1986, p. 109).

O autor se refere a como os Estados Unidos elevaram o terrorismo à posição de política de Estado, apontando a Agência Central de Inteligência (CIA) como órgão fundamental do governo estadunidense para as “tarefas sujas”, a quem caberia

organizar e realizar ações subversivas e de sabotagem contra outros países, realizar atentados contra estadistas estrangeiros, preparar fraudes e divulgar calúnias. Deste modo cumpre a função de terrorista profissional a serviço da casa Branca [...]. Às operações secretas de responsabilidade da CIA deve-se acrescentar sua estreita colaboração com outros serviços secretos de regimes reacionários [...] de

modo que os Estados Unidos são cúmplices tácitos de operações dos serviços secretos terroristas de outros estados” (Grachiov, 1986, p. 113-117).

Assim, apesar de seu estilo dissonante em relação à etiqueta da classe política das últimas décadas, Trump, como qualquer presidente dos Estados Unidos, protege os interesses estratégicos da potência imperialista, do Pentágono, dos representantes das indústrias militares que são o pivô da economia estadunidense. Ele sabe que esse negócio não pode parar. Trump tem todas as características de um fascista: seu nacionalismo exacerbado, sua misoginia, sua política anti-imigração, sua xenofobia. O fascismo, não se pode esquecer, é uma expressão do capital financeiro, ao considerar que é indispensável apertar os parafusos para impor sua dominação e controle, é o terrorismo da burguesia, a violência extrema aplicada à dominação e à exploração de classe, na qual não se respeita nenhum direito. Mas também, Trump é o comandante em chefe do exército mais poderoso do planeta e, claro, esse personagem e os truculentos falcões que fazem parte de seu gabinete podem levar o mundo a um beco sem saída, a uma situação irreversível, como a que provocaria uma intervenção militar na Venezuela.

Em resumo, Trump está dando continuidade às ações militares e de inteligência de seus antecessores. Nessa direção, e a partir da análise das operações clandestinas que o governo dos Estados Unidos tem levado a cabo em escala planetária durante os recentes governos de republicanos e democratas, das respectivas presidências de Bush filho e Obama, propus o termo terrorismo global de Estado, que será exposto adiante. Esse terrorismo global de Estado tem sido acompanhado pela cumplicidade dos órgãos de segurança interna de Estados, caso do Brasil após o golpe de estado de 2016, que operam de maneira subordinada aos interesses de dominação do capital financeiro, predominantemente estadunidense.

William Robinson (2013) identifica que um dos mecanismos da classe capitalista transnacional para sustentar a acumulação global diante da crise atual é a acumulação militarizada:

Lançar guerras e intervenções que produzem ciclos de destruição e reconstrução e geram imensos benefícios para um complexo militar-carcerário-de-indústrias-de-segurança-financeiro em contínua expansão. Atualmente vivemos em uma economia global de guerra que vai muito além das “guerras verdadeiras” no Iraque e no Afeganistão. Por exemplo, a guerra contra os imigrantes nos Estados Unidos e em outros lugares e, de modo mais geral, a repressão aos movimentos sociais e às populações vulneráveis é uma estratégia de acumulação, independente de todo objetivo político. (Robinson, 2013, p. 8).

O governo de um fascista como Donald Trump modificará a natureza do terrorismo global de Estado? Minha resposta é não. Um nacionalista xenófobo como Trump, cuja pretensão é que os Estados Unidos “sejam grandes outra vez”, isto é, crente convencido do excepcionalismo e do *Destino Manifesto* da nação “americana” (*sic*), em seu papel de “comandante em chefe” das forças armadas de um país cujo gasto militar supera o do conjunto dos países da orbe, com bases militares distribuídas em todos os continentes, a frente de todas as operações encobertas-clandestinas de seu diversificado, complexo e enorme aparato militar e de inteligência está seguindo a estratégia imperialista de terrorismo global de Estado

A prova dessa afirmação é a proposta de incremento ao orçamento militar do ano fiscal de 2018, considerado o maior da história dos Estados Unidos, e que repercutiu por se dar em detrimento de recursos e pessoal destinados a fornecer serviços sociais, cuida-

do com o meio ambiente e ajuda exterior. Assim, não é possível subestimar a afirmação explícita de Trump no Congresso: “temos que voltar a ganhar guerras”. Os ataques com mísseis a uma instalação militar do governo sírio – e não contra o Estado Islâmico que supostamente Trump se propõe a destruir – vão nessa linha belicista, tal como a ameaça de agressão militar à Venezuela proferida pelo chefe do Comando Sul, o almirante Kurt Tidd, em sua aparição no Senado dos Estados Unidos.

Deve-se também levar muito em consideração o que sustenta Henry A. Giroux, autor do livro *America's Addiction to Terrorism*:

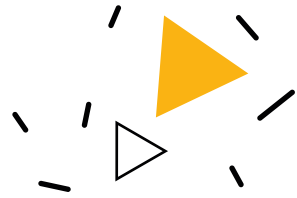
Estados Unidos é agora viciado em violência porque a “guerra contra o terrorismo” se baseia em um medo extremo e no ódio aos considerados inimigos. Como resultado, alimenta-se o maquinário da guerra permanente inventando constantemente um Outro demonizado. Creio basicamente que o terror é agora uma parte central do sistema nervoso político dos Estados Unidos que se converteu no principal princípio organizador da sociedade. O discurso da guerra, a violência e o medo moldam, em grande medida, nossa concepção de nós mesmos, de nossas relações com os demais e com o mundo em geral. Os vocábulos definidores da vida estadunidense minam a possibilidade de questionar a suposição de que a violência é a ferramenta mais importante para abordar os problemas sociais. Neste caso, a “guerra contra o terrorismo” criou uma cultura bélica que funciona através de diversos aparelhos culturais, das escolas e dos principais meios de comunicação para produzir uma sociedade cheia de violência. Estados Unidos é um país saturado com o discurso da guerra e da violência, o que se evidencia em parte no uso generalizado das metáforas da

guerra, que vão desde as guerras contra as drogas e o crime até a “guerra contra o terror” (Giroux, em entrevista a Leslie Thatcher sobre o lançamento de seu livro, 2016).¹

Em resumo, esse vício da violência no plano ideológico-cultural-educativo, o maior orçamento militar da história estadunidense, a agressão militar à Síria, a guerra de amplo espectro contra a Venezuela, as ordens de execução e o endurecimento das leis de imigração que criminalizam milhões de pessoas em razão de sua origem, a obsessão em seguir construindo o muro na fronteira mexicana, as fixações presidenciais em fazer dos Estados Unidos um país grande novamente, a euforia da Ku Klux Klan e outras organizações de extrema direita, tanto nos Estados Unidos quanto em outros lugares, por ter um dos seus na Casa Branca não são bons augúrios para as lutas de resistência, revolucionárias e ainda democráticas e progressistas do mundo.

Recordemos sempre que a ocupação neoliberal é integral, como integrais devem ser os movimentos contra-hegemônicos. Devemos nos preparar para uma luta de grande fôlego e de alcances históricos. Vivemos tempos de indignação e raiva ao ver os cana-lhas que governam em países irmãos como o Brasil, ao constatar a solidão de homens e mulheres que se retraem no mundo do familiar-privado ao não encontrar caminhos bons e criativos para a insurgência desde abaixo. É responsabilidade de todas e todos pôr em prática as formas de luta mais adequadas e desenvolver esse *aparelho de inteligência público*, proposto por Charles Wrigth Mills, que desafie as elites políticas, econômicas e militares.

1 Disponível em: <<https://truthout.org/articles/henry-giroux-on-state-terrorism-and-the-ideological-weapons-of-neoliberalism/>>.



Prólogo: as ciências sociais e seus dilemas

Néstor Kohan

(*Universidad de Buenos Aires- UBA*
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas – CONICET
www.cipec.nuevaradio.org)

O “espírito” de uma época sombria

Há livros superficiais feitos por obrigação e disciplina acadêmica, outros são escritos por necessidade e por encargo, alguns mais se escrevem por razões comerciais e para ganhar dinheiro. Todos esses, efêmeros, são levados pelo vento ou pela passagem da moda. Essas mancheias de folhas e tinta combinadas, sem sentido, terminam invariavelmente na mesa de saldos ou arrematadas como papel velho. Contudo, existe um tipo específico de livro que marca época. São os que valem e se mantêm no tempo. Logram apreender e capturar o “espírito” de um tempo histórico específico, identificam seus problemas centrais, propõem hipóteses profundas e, por isso mesmo, incidem no campo simbólico da teoria social e

transcendem ao plano extra-discursivo, modificando a longo prazo a realidade mesma e o modo de entendê-la. *Estudando a contrainsurgência dos Estados Unidos* pertence a este último tipo de livros.

Diferente de tantos *papers* sem graça que costumam citar dezenas de artigos (todos publicados no último ano, como obriga o *mainstream*, em que a “novidade” e a data da edição substituem a substância do que é trabalhado), mas não têm nada relevante para acrescentar e nem nada significativo para falar, *Estudando a contrainsurgência dos Estados Unidos* condensa um dos nós problemáticos de nosso tempo. O militarismo extremo, o crescente fascismo imperante nas relações internacionais, a nova partilha do mundo e a manipulação das ciências sociais que esses processos pressupõem para serem legitimados.

Sem ser volumosa, essa obra identifica inimigos poderosíssimos, com nome e sobrenome, e por essa razão provocará, na medida em que se conheça e difunda, não poucas consequências políticas.

Debates abertos e problemas pendentes

Apresentá-lo implica distinguir os problemas e temas abordados, articulados todos em função de uma lógica de raciocínio que culmina em um chamado político de alerta e um apelo ético dirigido às ciências sociais contemporâneas.

1. Em primeiro lugar, a obra tenta caracterizar o capitalismo contemporâneo. Certamente uma tarefa nada simples.

A controvérsia começa já no início. No momento de definir as características centrais da época atual e do tipo de capitalismo que predomina em nossos dias, o autor de fato impugna as versões apologéticas de uma suposta globalização “homogênea, plana, sem assimetrias nem desenvolvimentos desiguais”. Gilberto López y Rivas propõe que o capitalismo de nosso presente conforma um imperialismo de rapina apontado sem escrúpulo algum para a “recoloniza-

ção do mundo”. Sua tese, arriscada e precisa, desmonta na prática esse lugar comum das academias (financiadas por fundações “desinteressadas” como a NED ou a USAID²), segundo a qual, “em um mundo globalizado, governado pela informação e pelo capitalismo cognitivo, os Estados Unidos e os países capitalistas desenvolvidos já não precisam mais da *América Latina, África nem Ásia, quer dizer, do Terceiro Mundo*”. Essa formulação recorrentemente repetida, para vencer pelo cansaço, por especialistas em guerra psicológica, formadores de opinião do *marketing* midiático e diletantes variados a soldo do Império, se dá abertamente e em conjunto com as guerras permanentes contra países periféricos, os bombardeios “humanitários” contra os chamados “estados falidos”, as invasões político-militares das sociedades dependentes, os bloqueios econômicos e comerciais contra qualquer governo desobediente – pejorativamente chamado de “regime” em razão do fato de não se ajoelhar diante das ordens das embaixadas estadunidenses ou das receitas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial –, e o saque ininterrupto dos recursos naturais e da biodiversidade do Terceiro Mundo. Esse processo renovado de dominação e apropriação, ou a tentativa de concretizá-lo, constitui a manifestação de um “neocolonialismo imperialista”, segundo a rigorosa análise de López y Rivas.

Ao caracterizar desta maneira o capitalismo de nossos dias, diferenciado do capitalismo keinesiano do pós-guerra e seus pactos sociais do Estado de bem-estar (a partir de 1945), bem como do capitalismo tardio, explicado por Ernest Mandel em um livro importante do início dos anos 1970, López y Rivas traz à tona a discus-

2 National Endowment for Democracy (NED) é uma “fundação privada e sem fins lucrativos”, com financiamento público, que nasce de uma proposta de Ronald Reagan para levar a democracia a todos os lugares do mundo. Já a U.S. Agency for International Development (USAID) tem, de acordo com sua própria página, o duplo objetivo de promover os interesses estadunidenses enquanto ajuda os países subdesenvolvidos. [N. do T.]

são nas ciências sociais, debatendo implicitamente com partidárias e partidários da teoria “pós-colonial”. O colonialismo não resulta, então, em algo preso em um passado remoto nem tem um caráter exclusivamente “narrativo” (através do giro linguístico). Definitivamente não. Os projetos de recolonizar o planeta não se desdobram unicamente no campo restrito dos discursos e das narrativas. Incluem também algo “extradiscursivo”: uma proliferação incontável de bases militares em territórios estrangeiros e mais de meio milhão de soldados estabelecidos igualmente fora das fronteiras dos Estados Unidos.

Essas bases militares estadunidenses, que se espalham por todo o planeta, combinam – explica-nos o antropólogo mexicano – as velhas e desafiantes cidades fortificadas (*bunkers*) com o arame farpado e inclusive com a bandeira estadunidense; escandalosos enclaves que violam a soberania de outros Estados-nação, com as bases “lírios d’água”, pequenas, flexíveis, camufladas, muito mais difíceis de detectar, mas não menos letais para os povos rebeldes e seus movimentos sociais da periferia do mundo capitalista. A mundialização neocolonial não relega a questão étnico-racial ao museu de antiguidades, mas a coloca em vermelho vivo.

Nesse contexto internacional do capitalismo contemporâneo, a contrainsurgência se converte, então, na expressão estratégica, político-militar, mas também comunicacional, midiática, econômica e cultural dessa nova modalidade de imperialismo neocolonial. Sem o imperialismo mundializado e sem o neocolonialismo não se entende a contrainsurgência contemporânea. Esta última não é um fato isolado, um “desvio”, um “excesso”, uma exceção, uma excentricidade anômala de um governante “louco” e ensandecido que não respeita as normas jurídicas do Estado de direito. Ela é o modo de ser do terrorismo de estado implementado em escala estatal e mundial.

Debate sobre as ciências sociais e seus usos na atualidade

Caracterizada então a nossa época, suas formações econômico-sociais predominantes, a partir do desenvolvimento desigual do capitalismo contemporâneo, de sua estratégia de recolonização e controle social planetário, de suas formas de guerra assimétricas e de seus programas de inteligência e de contrainsurgência, López y Rivas passa para a segunda grande problematização do livro:

1. Que papel joga o conhecimento social em um mundo tão sombrio e tétrico que, por comparação, converte em um ingênuo e simples pesadelo infantil as obras *1984* (George Orwell), *Admirável mundo novo* (Aldous Huxley) ou *Tacão de ferro* (Jack London), entre outras?

Ali, no dilema perverso através do qual o imperialismo tem gradativamente encurralado as ciências sociais, serve-se o prato principal do livro. Gilberto López y Rivas, sem papas na língua e sem empregar qualquer eufemismo diplomático, denuncia com nome e sobrenome as autoras e os autores dos manuais militares do Pentágono e o (mal) uso que fazem da antropologia como saber funcional a serviço das invasões dos tristemente célebres... *marines*.

Se a antropologia convencional nasceu acompanhando o velho colonialismo europeu, estudando o “outro” (os povos periféricos, submetidos e conquistados, chamando-os *folk*, “tradicionais”, “primitivos”, fazendo eco ao que os colonializadores denominaram “povos infantis” e alguns filósofos europeus nomearam “povos sem história”), os oficiais assalariados da antropologia imperial, denunciados e questionados por Gilberto López y Rivas, retoma aquela função embaraçosa de seus tempos de gestação para colocar todo seu saber e seus estudos (sobre as crenças, as religiões, as funções sociais, o parentesco, os usos linguísticos, os costumes, o folclore, as mentalidades etc.) a serviço da indústria de guerra desenvolvida

pelo que o velho presidente Eisenhower denominou “o complexo militar-industrial estadunidense”.

Tentando contrariar essa prostituição da disciplina, que se deixa comprar por umas sujas cédulas, López y Rivas apela para a consciência social e os deveres éticos da comunidade acadêmica e científica das ciências sociais, interpelando-a e convocando-a a deixar de ouvir a voz do amo e a não se deixar envolver pelo pegajoso abraço do dinheiro.

Com esse gesto, que combina a denúncia e o chamado a exercer a profissão a partir da ética, do conhecimento crítico e do compromisso com as classes subalternas e os povos oprimidos, Gilberto López y Rivas reatualiza uma honrada e cativante tradição das ciências sociais latino-americanas.

Desde há pelo menos meio século essa tradição anti-imperialista vem denunciando diversos projetos como o “Camelot” (pesquisa encomendada em 1964 pelo pentágono, a Marinha e o Ministério da Defesa de EUA à American University. Envolveu pelo menos 140 profissionais e custou, a cada ano, 1,5 milhões de dólares. Sua finalidade era avaliar possibilidades revolucionárias em países subdesenvolvidos e dependentes; o Projeto “Agile” (“Agile”, que significa “logo” ou “pronto”, foi patrocinado em 1967 pelo Departamento de Defesa dos EUA para implantar um programa contrainsurgente na Tailândia e logo se estendeu a outros países do Terceiro Mundo. Custou outro 1,5 milhão de dólares e envolveu também a Universidade de Cornell); os projetos “Spicerack” e “Summit” (ambos vinculados à universidade da Pennsylvania durante o ano de 1967, destinados, segundo denúncias dos estudantes, a explorar o uso de armas químicas e biológicas nas repressões contrainsurgentes, particularmente no Vietnã); o projeto “Simpático” (contra a insurgência na Colômbia, patrocinado pela American University associada ao Departamento de Defesa dos EUA); o projeto “Margi-

nalidad” (destinado a questionar as possibilidades econômico-políticas futuras, no campo da contrainsurgência, de massas crescentes da classe trabalhadora sem ocupação expulsa dos mercados de trabalho em países como Chile, Argentina etc), assim como a crítica à revista “literária” *Mundo Nuevo* (entre outras), em que as cédulas manchadas de sangue provinham dos aparelhos de inteligência dos Estados Unidos.

Como o faziam? Através da mediação de suas “fachadas culturais” (como as denominou em sua época o crítico cultural Angel Rama), instituições intermediárias – fundações – que lavavam o dinheiro sujo e o colocavam em mãos de cientistas sociais... que aceitavam ser comprados.

Convém resgatar do esquecimento aquelas acesas denúncias contra os projetos imperialistas que usavam (mal) as ciências sociais em tarefas de contrainsurgência. Essas denúncias foram realizadas nas décadas de 1960 e 1970 pelos cubanos Roberto Fernandez Ratar, da revista *Casa de las Américas*, e professores do Departamento de Filosofia da Universidad de La Havana, com suas revistas *Pensamiento Crítico* e *Referencias*; pelo uruguaio Ángel Rama, em sua revista *Marcha*; pelos argentinos Gregorio Selser, Daniel Goldstein e Daniel Hopen (este último sequestrado-desaparecido em 1976, durante o governo do general Videla); pelos mexicanos Pablo Gonzales Casanova e John Saxe-Fernandez; pelo norueguês Johan Galtung; pelos estadunidenses C. Wright Mills e James Petras, entre muitas e muitos outros.

Naquela época, a mais famosa das instituições que encobriam a origem suja do dinheiro com o qual comprava cientistas sociais para colocá-los a realizar tarefas de inteligência e de contrainsurgência era a Ford Foundation (acompanhada por outras menos famosas, mas não menos nocivas como a Farfield, a Kaplan, a Rockefeller e a Carnegie, denunciadas no livro de Frances Sto-

nors Saunders, lançado em 2001, *Quién pagó al gaitero: la CIA y la guerra fría cultural*).

Nos últimos tempos, tal papel foi substituído por instituições supostamente “humanitárias”, como a NED, a USAID e outras de idêntica e suspeita história. Sempre presentes a cada golpe de Estado (tradicional ou brando e colorido), bombardeio, invasão, bloqueio etc.

Com a guerra assimétrica de nossos dias, as mediações “humanitárias”, as cortinas de fumaça “democráticas” e as fachadas culturais vão sendo recicladas enquanto a antropologia imperial, dando as costas às ciências sociais de orientação crítica, se põe, já sem as demasiadas e tediosas mediações e dissimulações, em posição de combate direto. Seus objetos (não os de estudo, senão os para alvejar e atirar) são as organizações insurgentes e os movimentos sociais rebeldes, as personalidades dissidentes com audiência e influência de massa, os espaços organizados da cultura subalterna, assim como os costumes e religiões dos povos e comunidades rebeldes. A antropologia devinda em instrumento de dominação imperial converte-se, então, em uma arma tática e estratégica no mesmo departamento e na mesma rubrica orçamentária que a inteligência de combate.

Tanto o *Manual de campo de contrainsurgência 3-24 (Counterinsurgency: FM 3-24)* (dezembro de 2006) como o *Manual de campo de forças especiais FM-31-20-3. Tácticas, técnicas e procedimientos de defesa interna para as Forças Especiais no estrangeiro (US Army Field Manual FM 31-20-3, Foreign Internal Defense Tactics Techniques and Procedures for Special Forces)* (2003), ambos analisados detalhada e minunciosamente pelo autor deste livro, são escandalosos e, ao mesmo tempo, demasiadamente nítidos. Nos dois se apela, em tons “culturalistas”, ao emprego de saberes antropológicos para tornar mais eficazes as invasões neocoloniais e a repressão político-militar de qualquer rebeldia social e política dos povos invadidos.

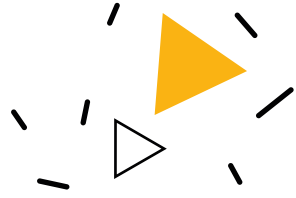
O dilema e a interpelação que nos coloca, ao longo de toda a sua análise e na exposição do livro, o querido professor Gilberto López y Rivas, com meio século de experiência rebelde nas costas, tanto no âmbito da teoria e do exercício da ciência comprometida quanto no terreno da resistência política, não deixam margem para a ambiguidade, a indiferença ou a neutralidade.

Ou a comunidade científica, universitária, o movimento estudantil e os diversos grupos do professorado e da pesquisa (quer dizer, o conjunto da intelectualidade dedicada às ciências sociais) se deixam comprar, pondo-se a serviço do imperialismo, ou, ao contrário, resistem à cooptação e elegem um papel ativo, de resistência, como intelectualidade orgânica no interior dos movimentos sociais em luta

Muito obrigado, Gilberto, por tanta clareza: as cartas estão postas sobre a mesa.

Que ninguém olhe para o lado ou se faça de desentendido. Lembremo-nos do que nos advertiu, em 10 de outubro de 1890, em Nova York, o pensador e escritor universal José Martí: o verdadeiro ser humano não olha de que lado se vive melhor, mas de que lado está o dever. Que cada um eleja e assuma o papel que lhe corresponde.

Terça-feira, 14 de maio de 2019.



Prefácio do revisor técnico que é também um dos tradutores

Roberto Lima

(Universidade Federal de Goiás)

O livro de Gilberto López y Rivas pede ao leitor uma tomada de posição. Em primeiro lugar, é um livro que pede à leitora e ao leitor estar ao lado de quem se preocupa com a construção de uma ciência social ética e comprometida com as lutas daquelas e daqueles que não são elite, nem econômica e nem política. A parcela dos outros 99% da população mundial que reside no sul do mundo, nos “obscuros rincões do mundo”, no “quintal dos Estados Unidos”.

Assim, López y Rivas nos chama primeiro a retomar uma série de conceitos – fascismo, terrorismo, Estado de direito, insurgência, contrainsurgência, neocolonialismo, neoliberalismo, guerra justa – para, na sequência, nos levar a pensar em significados e combinações novos desses conceitos que se vão desenvolvendo mais recentemente – terrorismo de Estado, ocupação neocolonial, Estado falido, terrorismo global de Estado, transnacionalização corporativa neoliberal, recolonização – e que podem ajudar a compreender a

situação atual, principalmente de muitos países latino-americanos, e do Oriente Médio e Ásia.

Sem dúvida, o conceito mais importante que aqui é aclarado é o de “terrorismo global de Estado”, cuja definição está na conclusão da introdução (e eu não vou contar aqui).

Mas, por que esse esforço analítico e essa exposição política? Porque tem sido detectado cada vez mais o uso mercenário das ciências sociais (não só delas, claro: é um ponto de partida que não existe conhecimento neutro, mas isso precisa ser trazido à consciência) e López y Rivas nos aponta lugares onde podemos procurar nos informar melhor sobre esses usos e suas consequências.

López y Rivas preocupa-se com o “alistamento da antropologia nas forças armadas dos EUA” e seus usos nas guerras de ocupação neocolonial em dois sentidos: na contratação de antropólogos para servir nas unidades de combate como especialistas em dobrar as populações contrainsurgentes; no verniz antropológico que é dado aos novos manuais de contrainsurgência e cuja cuidadosa elaboração está a cargo da antropóloga Montgomery McFate.

Traduzir esse livro e colocá-lo à disposição dos leitores brasileiros tem a intenção de ajudá-los a pensar como se estruturou a guinada nas estratégias militares estadunidenses que começou a ser gestada na primeira década deste milênio; estratégias que têm dado frutos bastante expressivos em termos de novas formas de intervenção que não necessariamente passam por conflitos bélicos, mas sem dúvida agradam à indústria de armas, tanto interna (veja-se a eleição de Trump nos Estados Unidos) quanto externa (a eleição de Bolsonaro no Brasil).³ Além de tipos cada vez mais híbridos

3 Esses dois exemplos não estão no livro. São acontecimentos posteriores, mas que mostram claramente táticas de controle midiático que estão sendo discutidas nos manuais de contrainsurgência das Forças Armadas e nos relatórios de futurologia das agências de inteligência estadunidenses aqui apresentadas.

de intervenção, como a terceirização das tentativas de intervenção na Venezuela, as quais, agora, estão sendo postas a cargo da verborragia do atual presidente (*sic*) do Brasil contra Maduro e, ainda contra este, as novas contratações de mercenários pela Blackwater, empresa que se tornou tristemente famosa na guerra de ocupação do Iraque, pelos EEUU.

López y Rivas chama atenção para o fato de que uma Constituição é uma “expressão formal de uma determinada correlação de forças sociais”, quase sempre fruto de sangrentos embates. Como se rasga uma Carta Magna? O que acontece na vida das pessoas comuns quando isso ocorre? No caso brasileiro, a desestabilização que começa em 2013 avança após a reeleição de Dilma, aprofunda-se no golpe de 2016, com a aprovação da Emenda n° 95 ainda em 2016 (a PEC do fim do mundo), e com a eleição de Bolsonaro, que governa por decretos, está cada vez mais longe de estabilizar-se.

É assustador ler no relatório *The Joint Operating Environment*, conhecido como *Joe2008* (United State Joint Force Comand, 2008a), discutido por López y Rivas, que as três vezes em que o Brasil aparece é como ameaça à estabilidade do mundo (dos EEUU). Pois apesar de ter um percentual elevado de população pobre, por sua demografia e PIB elevado é um país com possibilidade de tornar-se uma potência regional; por ser o único país no mundo em que havia grandes possibilidades de novas descobertas significativas de petróleo, e por seu crescimento econômico, poderia vir a ser uma potência armada.

[em 2030] Brasil será uma superpotência em termos regionais. Nenhum país na América do Sul é provável que se aproxime a seu poder econômico, que irá crescer rapidamente devido a suas reservas de biocombustíveis. Os campos de petróleo que eles encontraram na costa representam uma reserva que

irá adicionar poder econômico e político ao Brasil.
(United State Joint Force Comand, 2008a, p. 34).

Lendo a respeito do esforço militar no Iraque e do exorbitante custo da guerra (US 3 trilhões ou quase R\$ 12 000 000 000 000,00⁴), é desconcertante pensar que, para a entrega de nossas reservas de petróleo e ambientais, para a destruição de nossas universidades e escolas técnicas, nenhum tiro tenha sido disparado por uma sucessora da Blackwater.

Aqui, aproveita-se do colonialismo interno, do racismo e da inconsequência de largos setores da classe média machista que sempre esteve disposta a negar direitos aos pobres, e gastou-se pouco em dinheiro, mas bastante em estratégia, ao criar um grupo de agentes do império, incrustrados no serviço público, que atuaram de maneira subserviente, como vermes ou cavalos de troia,⁵ na destruição do Estado (fragilmente) democrático brasileiro. Ao mesmo tempo em que se promovia no poder legislativo os deputados do baixo clero – aqueles que entraram sem votos, por cotas partidárias de partidos nanicos e de aluguel (mesmo de grande porte, como é o caso do MDB), nunca apresentaram nenhum projeto ou participaram de nenhum importante debate, e se agrupavam na bancada BBB (boi, bala e bíblia) representando os interesses mais conservadores da sociedade brasileira (latifundiários, polícias e exército, e fundamentalistas cristãos) –, instrumentava-se o poder judiciário para atuar politicamente. Basta ver os documentos vazados pelo

4 Como sugestão, convido o leitor a calcular por quantos milênios seu rendimento mensal poderia ser pago com esse valor.

5 Minha referência aqui não é literal, e sim aos *worms* e *trojans*, programas maliciosos que permitem acesso aos dados dos computadores de outros usuários e que são largamente usados por hackers.

Wikileaks, que mostram o envolvimento de Temer⁶ e Moro⁷ com a CIA e o de Eduardo Cunha com remessas ilegais ao exterior no *Panamá Papers*, e, mais recentemente, o trabalho minucioso do *The Intercept* na série de reportagens da VazaJato.

No Brasil, os usos mercenários da mídia implicaram esvaziamento de conceitos importantes na luta por direitos, através das famosas *fake news*, bem como ascensão de “especialistas” que são a fina flor do lumpesinato intelectual como âncoras midiáticas em luta contra a “doutrinação marxista”, cujas reivindicações se concretizam nos projetos de lei que professam a “escola sem partido” e a “educação sem doutrinação ideológica”.

Mas o que é ideologia mesmo? No *Grande Dicionário Houaiss* (2012), a etimologia da palavra é

ide(o)- + -logia, pelo fr. *idéologie* (1796) ‘ciência que tem por objeto de estudo as ideias’, (c1800) pej. ‘conjunto de ideias trazidas com a realidade’, (1863) ‘doutrina que inspira ou parece inspirar um governo ou um partido’, voc. criado por G.L. Destutt de Tracy.

E seus significados são

1 filosofia: ciência proposta pelo filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836) nos parâmetros do materialismo iluminista, que atribui a origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo

6 O telegrama da embaixada estadunidense que mostra Temer atuando como informante encontra-se disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/06SAOPAULO689_a.html>.

7 Os documentos que comprovam o treinamento dado a Moro nos EEUU, inclusive com técnicas que parecem retiradas dos manuais de contrainsurgência para interrogatório, encontram-se disponíveis em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Wikileaks-EUA-criou-curso-para-treinar-Moro-e-juristas>>

2 p.ext.; filosofia: no marxismo, conjunto de ideias presentes nos âmbitos teórico, cultural e institucional das sociedades, que se caracteriza por ignorar a sua origem materialista nas necessidades e interesses inerentes às relações econômicas de produção, e, portanto, termina por beneficiar as classes sociais dominantes

3 p.ext.; filosofia: no marxismo, esp. o dos epígonos de Marx, totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o conjunto de ideias que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista)

4 p.ext.; sociologia: sistema de ideias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos «i. conservadora, cristã, nacionalista» (Houaiss, 2012).

Se, etimologicamente, ideologia é um conjunto de ideias e valores, nada mais ideológico que um conjunto de ideias e valores que nega ser um conjunto de ideias e valores, que é a 2ª acepção; em que se negam as condições materiais de existência, ou as relações de exploração, ou a reafirmação de seus “direitos” pela elite, que é a 4ª acepção; ou ainda que se explicita na terceira acepção: apaga o constante embate entre a versão que legitima a exploração *versus* a que impulsiona as classes exploradas (Houaiss, 2012).

Talvez por isso também dois dos alvos atuais sejam o espírito de Paulo Freire e as universidades públicas. O patrono da educação

brasileira ensinava que o oprimido que se liberta libera também o opressor da sua dependência em oprimir para existir; e esse é o medo da liberdade que tem o opressor, que vê nessa perda de privilégios uma ameaça a si. Ora, onde, senão nas universidades públicas – onde 95% das pesquisas desenvolvidas no Brasil são realizadas, ampliadas e democratizadas pelo novo acesso de pobres, negras e negros, índias e índios – uma discussão como esta aflora e desabrocha?

O outro alvo é o de sempre, ou seja, tudo o que não é macho-branco-hetero-cristão (*sic*), agora apresentado como estratégia letal aberta e declarada: o genocídio da população jovem negra, mas também das e dos militantes de esquerda, dos movimentos sociais no campo, dos e das indígenas por serem indígenas, e das mulheres por serem mulheres. Nos últimos dias, assistimos horrorizados o governador do Rio de Janeiro sobrevoar uma favela em um helicóptero tripulado por *snipers* que atiravam do alto; ouvimos o Ministro da Educação dizer que comunistas mereciam um tiro na cabeça (só faltou explicitar se na testa ou na nuca); ouvimos ainda o Presidente dizer que os fazendeiros que matarem pessoas que entrem em suas terras não serão responsabilizados; a proibição da fiscalização das invasões de madeiras nas terras indígenas e protegidas da Amazônia; e o Ministro-chefe da Casa Civil dizer que as mulheres preferem ter armas a ter a proteção da lei Maria da Penha.

Os estrategistas do Pentágono, ao participarem da promoção do golpe de 2016 e da eleição de Bolsonaro, ajudaram a libertar forças necrófilas muito difíceis de controlar contra mais de 200 milhões de brasileiros. Espera-se que a leitura deste livro ajude a pensar em estratégias para deter esse processo. Como chama atenção López y Rivas, “é fundamental confiar na capacidade e vontade dos povos para desenvolver estratégias de luta que combinem criatividade com eficiência, centralidade com autonomia, princípios éticos com construção de alternativas”.

Finalmente, quero agradecer ao professor Gilberto López y Rivas, que me propôs fazer esta tradução, à turma de Seminários Avançados do Doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG), que fez uma primeira versão dessa tradução (Túlio Fernando Mendanha de Oliveira, Sckarleth Martins, Paulo Brito do Prado, Veronica Aldé), à Faculdade de Ciências Sociais da UFG, que me liberou para uma licença capacitação, e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que, na pessoa da prof^a. Simone Frangella, me recebeu.

A tradução desse livro é motivada pelo projeto Sertão-Mesoamérica, que coordeno, e que faz parte do Programa Abdias Nascimento da Capes, a quem agradeço.



Introdução: terrorismo global de estado

Para poder explicar o fenômeno do terrorismo global de Estado, é necessário observar suas implicações com o fascismo, uma vez que existe uma relação estreita entre ambos. De fato, uma definição clássica de fascismo, produzida em 1935, pela Internacional Comunista, declara que “o Fascismo no poder é a ditadura aberta e terrorista dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro” (Passmore, 2002, p. 7). Isto é, o terror da burguesia em proteger seus interesses estratégicos, utilizando as variantes nacionalistas, o apoio de classes médias descontentes e setores desclassificados do movimento operário.

O terrorismo do capital financeiro nazifascista, por exemplo, desenvolveu-se em um espaço internacional multipolar que mantinha um equilíbrio precário e colidiu com uma ampla aliança de potências capitalistas e com a enorme força socialista da época representada pela União Soviética. Ademais, o fenômeno fascista – com seu propósito de aniquilamento de “raças inferiores”, comunistas, minorias étnicas, homossexuais, pessoas com deficiência etc. e seu expansionismo territorial – era um projeto imperialista de dimensões limitadas. O “mundo”, em meados do século XX, não tinha alcançado as dimensões globalizadas do atual.

Da mesma forma a identificação do fascismo para definir o fenômeno que se manifesta a partir das guerras neocoloniais

contra o Afeganistão e o Iraque é necessária porque ainda não se cunhou um termo mais adequado para caracterizá-lo. A ideologia e a prática política suprematistas do grupo encabeçado por George W. Bush, em sua última presidência – e sua continuação nas administrações de Obama com a noção de que os Estados Unidos é e continuará a ser a “única nação indispensável” (no mundo)⁸ –, guardam grandes semelhanças com o fascismo (tais como a predominância do militarismo e a crença cega em tecnologia militar, o favorecimento a grandes corporações na distribuição de contratos militares, o racismo que se expressa no genocídio de povos inteiros, o ultranacionalismo, o *darwinismo social* etc.), embora, naturalmente, a conjuntura histórica do início do século XXI seja muito diferente daquela do século XX.

Em 1999, realizou-se a Convenção da Organização da Conferência Islâmica sobre a luta contra o terrorismo internacional. Essa Convenção elaborou um documento que, em seu primeiro artigo, define que terrorismo é

qualquer ato de violência ou ameaça, independentemente de suas motivações ou intenções, perpetradas para realizar um plano criminoso individual ou coletivo com o objetivo de aterrorizar as pessoas ou ameaçar machucá-las ou pôr em perigo as suas vidas, honra, liberdade, segurança, direitos. (Organisation of Islamic Cooperation, julho 1999).⁹

8 Discurso proferido na Academia Militar de West Point em maio de 2014. Disponível em: <world socialist web site>. Acesso em: 30 maio 2014.

9 A convenção da organização e a conferência islâmica para a luta contra o terrorismo aconteceu em Ouagadougou, Burkina Faso, em 1 de julho de 1999. Este documento pode ser encontrado nos instrumentos internacionais relativos à prevenção e a repressão do terrorismo internacional, ONU, Artigo 1, p. 220, ou na página da Organisation of Islamic Cooperation (OIC), disponível em: <http://ww1.oic-oci.org/english/convention/terrorism_convention.htm>.

No parágrafo seguinte, a declaração manifesta no art. 2 que

a luta dos povos, incluindo a luta armada contra o invasor estrangeiro, a agressão, o colonialismo e a hegemonia, que visando a libertação e a autodeterminação de acordo com os princípios do direito internacional, não será considerada um crime terrorista. (Organisation of Islamic Cooperation, julho 1999).

Os estadunidenses têm outra visão do terrorismo, que se expressa na seguinte definição: “Violência premeditada, com motivação política, perpetrada contra alvos não combatentes por grupos não estatais ou por agentes estatais clandestinos, geralmente com a finalidade de influenciar uma população.” (United States, Code of Federal Regulation, 1995, p. i).

A definição anterior se esquece de algo fundamental: a situação latente no lugar do ato catalogado como terrorista e, em consequência, a natureza defensiva ou ofensiva do ato violento. Tal definição também se esquece de referir-se ao Estado como uma instituição que pode incutir terror diretamente e não apenas de forma “clandestina”. Como exposto acima, os estrategistas estadunidenses (aos quais podemos somar os europeus e os israelitas) tentam evadir sua responsabilidade nas ações violentas dirigidas contra outras nações em suas ofensivas neocolonialistas e imperialistas. Essa é a razão pela qual os representantes dos Estados Unidos e de outros países capitalistas recusaram que fosse ampliada a definição de terrorismo para os atos cometidos por Estados no debate sobre o tema na Organização das Nações Unidas.

Distintos analistas, entre eles Noam Chomsky e Willian Schulz (dirigente da Anistia Internacional nos Estados Unidos), asseguram que se trata de uma forma de terrorismo de Estado, pois conta com o suporte do aparato estatal para ser posto em prática. Chomsky

assegura que existem vários tipos de terrorismo: Terrorismo internacional, terrorismo em grande escala (dirigido contra um grupo numeroso de pessoas), terrorismo em pequena escala (focado em indivíduos), terrorismo individual, e terrorismo de Estado.

Sobre o último, Schulz aponta que existem três níveis fundamentais de repressão do sistema de classes sociais: o primeiro passa por uma estrutura econômica; o segundo nível é o do exercício da repressão sistêmica “ordinária” do Estado; e o terceiro nível é o da repressão estrutural perpetrado pelo Estado em violação às normas do direito nacional e internacional. (Schulz, 1990, p. 28).¹⁰

Ou seja, o terrorismo de Estado se vê obrigado a transgredir os quadros ideológicos e políticos da repressão “legal” (aquela justificada pelo quadro jurídico tradicional) e deve apelar a “métodos não convencionais”, ao mesmo tempo extensivos e intensivos, para aniquilar a oposição política e os protestos sociais, sejam estes armados ou desarmados.

Um problema fundamental para definir o terrorismo é considerar que, na grande maioria dos casos, o direito se torce e retorce em favor dos grandes interesses e, infelizmente, prejudica os fracos. Antístenes, considerado um dos sete sábios da Antiguidade Grega, assegurava que efetivamente as leis se assemelhavam a uma teia de aranha, porque os ricos e poderosos podiam rompê-la, enquanto os pobres e os mais fracos se enroscavam nela. O que podemos pensar de um Estado como o estadunidense, que acumulou um enorme poder destrutivo ao colocá-lo na balança da justiça? O que dizer das invasões no Afeganistão e Iraque, onde o governo estadunidense sequer preocupou-se em declarar guerra, rompendo o sistema internacional consagrado pela Organização das Nações Unidas? Como medir da mesma forma os suicidas palestinos e o Estado de Israel,

10 A esse respeito, ver também *Una historia del terrorismo* (Laqueur, 2003).

quando este último realiza uma guerra de ocupação e aniquilamento do povo palestino, violando toda e qualquer recomendação da ONU elaborada para impedir a guerra de extermínio?

Ao se tomar uma posição contrária no momento de definir o terrorismo, inevitavelmente devem-se observar as condições objetivas das situações particulares em que ele se desenvolve. Não se pode promover justiça em um espaço onde se colocam para viverem juntos leões e cordeiros. Este tipo de justiça é parcial, pois beneficia única e exclusivamente quem detém o poder militar e econômico acima da soberania e autodeterminação dos povos. A subjugação criada pelos países militar e economicamente avançados sobre as nações subordinadas leva inevitavelmente a uma significação deste processo como um indicativo da subjugação imperialista e inevitavelmente influi na luta de classes em âmbito interno.

Sem dúvida, utilizar como estratégia prioritária a ação isolada e beligerante contra os exércitos de ocupação ou contra a ditadura da burguesia é contraproducente, pois nega a possibilidade do crescimento coordenado de um movimento massivo contra a violência exercida pelos inimigos, arrebatando da comunidade a vontade necessária para agir em conjunto. Trotsky, desde o início do século XX, argumentava:

Para nós o terror individual é inadmissível precisamente porque apequena o papel das massas em sua própria consciência, as faz aceitar sua impotência e volta seus olhos e esperanças para o grande vingador e libertador que algum dia virá cumprir sua missão. (Trotsky, 2001, online).¹¹

11 A versão brasileira do texto de Trotsky, “Acerca del terrorismo” (1911), encontra-se disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1911/11/terrorismo.htm> [N. dos T.]

E prossegue:

Nos opomos aos atentados terroristas porque a vingança individual não nos satisfaz. A conta que nos deve pagar o sistema capitalista é demasiado elevada para ser apresentada a um funcionário chamado ministro. Aprender a considerar os crimes contra a humanidade, todas as humilhações a que se vêem submetidos o corpo e o espírito humanos como excrescências e expressões do sistema social imperante, para empenhar todas nossas energias em uma luta coletiva contra este sistema: essa é a causa na qual o ardente desejo de vingança pode encontrar sua maior satisfação moral. (Trosky, 2001, online).

Assim, é necessário também separar do terrorismo as ações revolucionárias. Em última instância, o terrorismo obedece aos interesses das classes dominantes. Em muitos lugares do planeta aconteceram situações de degradação das atividades revolucionárias. Fenômenos de banditismo, sequestro da população civil, agressões a povos indígenas, colusão com o narcotráfico e lumpenização dos elementos revolucionários indicam o perigo sempre latente de desvirtuar os objetivos revolucionários, se não os mediam o exercício permanente do imperativo ético e os princípios humanísticos que caracterizam o socialismo libertário.

Os Estados Unidos elevaram o terrorismo ao posto de uma política estatal global, tanto mais perigosa e prejudicial para a humanidade por ser realizada por um aparato especializado e diversificado de subversão e com o apoio do maquinário bélico do maior estado capitalista. A respeito disso, Martha Sojo escreve:

Nenhum terrorismo é justificável, porem o de Estado é dos mais execráveis, pois utiliza os recursos do

aparato oficial para exercer a violência de maneira ilegítima contra seus pretensos inimigos. Hoje, este fenômeno é percebido como um dos mais sérios da contemporaneidade. Existem poucas descrições de sua acepção, mas o certo é que com o tempo, dadas as sistemáticas violações dos direitos humanos em uma escala universal pelas autoridades que deveriam garanti-los, o termo adquiriu maior força.¹²

A Agência Central de Inteligencia (CIA), desde a sua fundação, em 1947, vem sendo o órgão fundamental do governo estadunidense para realizar as tarefas de “guerra suja” – as quais podem ser caracterizadas como nada além de “terrorismo”, se tomarmos a definição deste termo elaborada pelo próprio Bureau Federal de Investigação (FBI) estadunidense: “uso ilegal da força e da violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir governos, a população civil ou um segmento da mesma, na busca de objetivos sociais e políticos” (López y Rivas, 2005). Este terrorismo de Estado global não pode ser enfrentado com outro terrorismo, mas com a organização revolucionária e consciente de todo o povo, como sujeito e protagonista fundamental, visando estabelecer um mundo em que o terrorismo seja um pesadelo de um passado já superado.

II

Destaco os seguintes fatores específicos que contribuem para o aprofundamento do terrorismo, e, em particular, do terrorismo global de Estado. A construção frustrada de variados esforços nacionalistas e as vicissitudes atuais dos estados nacionais constituem uma

12 Em Indymedia México. Centro Independiente de la Ciudad de México. Terrorismo de Estado.

das fontes das múltiplas formas de violência, tanto revolucionária como terrorista. Os grupos de poder hegemônicos, juntamente com os diferentes povos, setores sociais e étnicos, demoraram entre cinquenta e duzentos anos para construir os atuais estados nacionais – esta é uma das fontes mais frequentes para propiciar formas de organização que recorrem ao terrorismo.

Atualmente, o conceito tradicional de soberania nacional está minado como principal sustentáculo do Estado-nação e, em muitos casos, os governantes se transformaram em virtuais gerentes das transnacionais, o que determina uma separação ou uma ruptura da classe política com a sociedade. Isso tende a criar uma deterioração do consenso entre governantes e governados. De tal crise de legitimidade derivam os fatos de que o Estado tenha cada vez menos capacidade de garantir o desenvolvimento social e faça um uso maior de sua força repressiva.

Com o colapso do sistema socialista, eliminou-se o fator principal do equilíbrio mundial. Surgiu um mundo unipolar, no qual os Estados Unidos se erigem como a potência hegemônica, um juiz e um gendarme¹³ planetário. O governo dos Estados Unidos tem se utilizado de ditadores, chefes tribais, líderes nacionalistas, hierarcas étnicos e terroristas de todo tipo para alcançar seus objetivos de dominação global.

Outro fator é a existencia de um mercado internacional de armas totalmente descontrolado. Os frequentes conflitos em escala mundial e a não resolução destes de acordo com os interesses dos povos vêm provocando a persistência de focos de guerra e a movimentação de grandes quantidades de armas de um local para outro do globo com extrema facilidade.

13 O termo gendarme deriva do francês, é utilizado para designar um soldado de uma corporação encarregado de manter a ordem pública, em especial nas províncias francesas. O gendarme pertence a uma corporação a Gendarmaria. [N. dos T.]

Estados Unidos e Israel (e também Canadá) sustentam uma boa parte de suas economias com base na indústria armamentista, que é de caráter privado. A forma como o mercado de armas tem prosperado nos EUA, que coloca a disposição de particulares arsenais sofisticados completos, indica uma privatização do uso da força. Atentados como os de Oklahoma demonstram isso. Outro fenômeno similar tem sido a colocação “no mercado” do enorme potencial armamentista da ex-União Soviética, com máfias envolvidas neste lucrativo negócio.

Quando a contenção soviética desapareceu no Oriente Médio, a política agressiva de Israel aumentou na região, o que veio a desencadear uma espiral de violência. Os governos ultranacionalistas israelenses realizaram campanhas militares de extermínio e sistematicamente ignoraram as múltiplas resoluções da ONU a respeito do problema palestino. A possibilidade de uma solução pacífica para este longo conflito se torna sempre difícil, uma vez que se multiplica o ódio baseado em fatores nacionalistas, o que dá lugar a posições cada vez mais irredutíveis. Tudo isso constitui um ambiente sócio-político propício para o terrorismo.

O neoliberalismo provoca fenômenos de polarização no âmbito global e em cada um dos países, o que deriva em situações de exclusão social, econômica e política da maioria da população, criando sociedades neuróticas e criminalizadas. Desapareceu o Muro de Berlim, mas se criou o muro que separa os globalizados dos marginalizados, dos excluídos da globalização. Este é um foco de conflitos e, portanto, um dos geradores da violência.

A morte por fome e por enfermidades curáveis, a pauperização forçada da maioria da população, a ideia de que a “política” não serve, o rancor social ou baseado em critérios raciais ou étnicos são alguns aspectos que fazem sentir, em escala global, que estamos sentados em um barril de pólvora.

A derrota circunstancial das ideias socialistas, especialmente as que sustentavam o modelo soviético, possibilitou que o individualismo possessivo e competitivo ascendesse à cosmovisão predominante na sociedade das primeiras décadas do século XXI. Esse comportamento pode resultar em um *darwinismo social* que levaria a humanidade a um caminho sem retorno. Hoje, mais que nunca, é urgente uma nova ordem civilizatória e entender que, embora tenha morrido uma experiência concreta do socialismo, segue vivo um sistema de pensamento que revolucionou o século XX e que deixou aberta a possibilidade de um futuro melhor.

O mapa político e econômico do globo se transformou de maneira regressiva. Assistimos ao surgimento de um novo colonialismo de matriz estadunidense que pretende se impor sobre a humanidade. Com Obama na presidência, os Estados Unidos se autoproclamam “o poder supremo do mundo”.

Em discurso na academia militar de West Point, em março de 2014, o presidente afirmou:

Os Estados Unidos são e continuarão sendo a única nação indispensável. Isso foi certo no século passado e será certo no século que virá. [...] Os Estados Unidos devem sempre liderar o cenário Internacional. Se não o fizermos, ninguém o fará. A força militar à qual vocês estão se incorporando é, e sempre será, o suporte fundamental dessa liderança. Eu acredito na excepcionalidade dos estadunidenses com cada fibra do meu ser. [...] Os Estados Unidos usarão força militar unilateralmente se assim for necessário quando nossos interesses essenciais assim o requerirem, quando nossa pátria for ameaçada, quando nosso modo de vida estiver em risco, quando a segurança de nossos aliados estiver em perigo[...]. A opinião internacional é importante, mas a América (sic)

nunca deve pedir permissão para proteger o nosso povo, nossa pátria e nosso modo de vida. (Obama apud López y Rivas, 2005, online).

Esta crença se baseia em argumentos inclusive teológicos, a mercê do “autoconvencimento” de que esse país está designado pela Providência para combater “o mal”.

Os Estados Unidos estão criando as condições para que todo o planeta seja sua esfera de influência. Para este fim, procura esvaziar de conteúdo o conjunto das organizações internacionais criadas no segundo pós-guerra. Eles pretendem mudar os eixos orientadores das relações internacionais, isto é, substituir a preocupação em preservar a paz mundial, a solução pacífica das controvérsias e a autodeterminação dos povos por uma só missão: *combater o terrorismo internacional*, reservando a si o “direito” de determinar quem é terrorista.

As invasões e ocupações do Afeganistão e Iraque por parte dos Estados Unidos significaram uma afronta aos povos muçulmanos. O massacre de civis, a destruição da infraestrutura material e do patrimônio cultural não são consequências “naturais” do choque de civilizações, mas o fruto da vontade hegemônica do império unipolar e da absoluta ignorância dos governantes estadunidenses acerca do que o Iraque significa para o patrimônio cultural da humanidade.

Em outubro de 2006, foi apresentado o relatório *War Crimes Committed by the United States in Iraq and Mechanisms for Accountability* [*Crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos no Iraque, mecanismos de responsabilização*]¹⁴ preparado pela advogada especializada em direitos humanos Karen Parker, presidente da Asso-

14 Disponível em: <http://www.grassrootspeace.org/war_crimes_iraq_101006.pdf>.

ciation of Humanitarian Lawyers, com sede em São Francisco, Califórnia. Este documento, publicado eletronicamente por numerosas organizações estadunidenses que se manifestam contra a guerra de ocupação no Iraque, constitui um artefato jurídico extraordinário, que, se alcançar suas últimas consequências, conduzirá a um tribunal internacional o próprio ex-presidente W. George Bush, comandante em chefe das forças expedicionárias dos Estados Unidos no início da invasão e subsequente ocupação daquele país, além de seus generais, por genocídio e crimes de guerra.

O relatório parte da hipótese de que a atual violência da guerra e o caos reinante no Iraque são consequências diretas da ilegalidade da invasão, da ocupação daquele país e das estratégias, táticas e armamentos utilizados para manter tal ocupação. O informe documenta de forma incontestável estas transgressões e convoca a todos os estadunidenses a exigir uma investigação para processar os líderes civis e militares que violam o direito internacional e as leis dos Estados Unidos. Contrário ao argumento do Pentágono de que os abusos e as violações das leis humanitárias no Iraque são perpetrados por algumas “maças podres” identificáveis nos exércitos de ocupação britânico e estadunidense, a investigação sustenta que a essência mesma do início da guerra, os bombardeios, as decisões tomadas pelo topo da hierarquia civil e militar, a fim de efetuar a conquista do Iraque em 2003 – assim como a atuação das forças de ocupação até a data de saída da maior parte das tropas, os evidentes fracassos para reconstruir e garantir a infraestrutura civil e social básica e a segurança pública, os armamentos e táticas de combate à resistência, o tratamento desumano para com homens, mulheres, idosos e crianças –, constituem crimes de guerra que integram um contexto geral no qual atua toda a cadeia de comando, dos generais aos soldados rasos.

O trabalho começa com uma revisão da lei humanitária internacional que cobre uma variedade de instrumentos legais: as Convenções de Genebra de 1949 (da I a IV) e seus protocolos adicionais (I e II), as várias resoluções da Assembléia Geral da ONU sobre Crimes de Guerra e Contra a Humanidade, a Convenção de Haia. Entre outros temas e disposições, esses instrumentos referem-se: aos direitos de combatentes enfermos e feridos; aos direitos de prisioneiros de guerra; aos direitos de civis e sua proteção em conflitos armados; à proibição de tipos específicos de armamentos, aos direitos de forças combatentes e beligerantes etc.

Há três ramos regidos pela legislação humanitária moderna que regulam: (1) a conduta em combate; (2) o tratamento das pessoas afetadas pela guerra; e (3) o uso de armas especiais.

Estas leis proíbem, por exemplo, ataques a centros de população civil indefesa, a edificios dedicados à religião, educação, arte e cuidados médicos. Não é permitida a pilhagem, a tomada de reféns, represálias contra civis, ordens de não deixar sobreviventes, ataques a hospitais, ambulâncias, depósitos de comida, de medicamentos, barragens, instalações nucleares e outros equipamentos que podem representar risco para os civis. Médicos não podem ser alvos de ataque e nem ser julgados criminalmente por realizar suas tarefas. A tortura, incluindo estupros ou tratamento desumano, está proibida em todas as situações. As partes do conflito devem lidar com feridos e mortos de ambos os lados. São proibidas *armas especiais* ou *não convencionais*, como as armas nucleares, bacteriológicas, biológicas ou tóxicas de qualquer tipo, tais como as munições com urânio empobrecido amplamente utilizadas no Iraque.

O relatório apresenta, para o caso do Iraque, grosseiras, crônicas e permanentes violações de todas as regulamentações descritas e também daquelas que regem as obrigações básicas de uma força de ocupação. Basta consultar brevemente a imprensa internacio-

nal dedicada à guerra nesse país – e ainda não controlada pelos censores das forças armadas estadunidenses e britânicas – para enumerar a vasta lista de transgressões à ordem jurídica internacional e ao próprio Código dos Estados Unidos na parte dedicada aos Crimes de Guerra, seção 2441, que estipula a responsabilidade de quem, dentro ou fora do país, viola as convenções internacionais assinadas por Washington, em Genebra, em 12 de agosto de 1949, assim como os protocolos dessa convenção.

O relatório vai além das posições internas dos Estados Unidos – que sustentam uma atitude ambivalente com respeito ao direito de resistência do povo Iraquiano – ao afirmar que “os civis de um país ocupado não têm obrigação de lealdade ao poder ocupante” e que todo civil que pega em armas contra os invasores perde sua qualidade de “civil” e adquire os direitos e obrigações de *combatente*, tais como ser considerado “prisioneiro de guerra” no caso de ser detido. A Convenção de Genebra reconhece o *status* de “combatentes” às pessoas que espontaneamente pegam em armas em face do inimigo, já que, de acordo com o princípio da autodeterminação e das leis que o regem, “um povo tem direito de resistir, com força se necessário, a um invasor estrangeiro”. O documento critica o uso do termo “terrorista” ou “insurgente” aplicado indiscriminadamente pelos meios de comunicação e pelos invasores, e reitera que o povo iraquiano mantém o seu direito à resistência até que as forças invasoras abandonem seu país.

Esta estratégia de dominação tem um efeito contrário ao desejado por Washington: em vez de eliminar o terrorismo, gera em numerosos setores da população a ideia de que as únicas coisas a se fazer contra a força dos Estados Unidos são os sacrifícios e a imolação.

Dirk Adriaensens, coordenador da organização SOS Iraque, em um dramático texto – “2003-2013: resistência no Iraque, guerra suja estadunidense e remodelação do oriente próximo” (Adriaen-

ses, 2013, online) – dá conta da catastrófica devastação da qual padece esse país ocupado, mais de dez anos após o início da ilegal e injustificada guerra neocolonial e cujas sequelas não cessam de aparecer. Longe de alcançar o propósito anunciado pelos militares estadunidenses em seus manuais de contrinsurgência, isto é, fazer do Iraque um exemplo da “construção de nações” a partir da “democracia” imposta pelos invasores, servindo de modelo para a reconfiguração do Oriente Médio, temos uma parcela considerável da população dizimada, um Estado desmantelado e em ruínas, um governo fantoche e, o que ninguém podia imaginar, a reafirmação do nacionalismo iraquiano e a resistência política e armada em meio ao caos, à morte e a destruição daquele que foi o país mais próspero e progressista da região, e que pude conhecer em 1989. O Iraque é a demonstração palpável do que realmente resulta das guerras “humanitárias” do imperialismo mundial encabeçado pelos Estados Unidos e seu *American way of death*.¹⁵

Adriaenssens assinala que, tal como previam os integrantes de um grupo com mais de 200 economistas contrários à guerra (Economists Allied for Arms Reduction - ECAAR), entre eles sete prêmios Nobel, os custos da guerra, calculados em três trilhões de dólares por Joseph E. Stiglitz, em seu livro *The Three Trillion Dollar War* (2008) – sem contar neste balanço os diagnósticos, os tratamentos e as indenizações aos veteranos inválidos – mergulharam os Estados Unidos e o resto do mundo em uma profunda crise econômica, demonstrando claramente as limitações e, em particular, as aberrações do poder econômico estadunidense.

O autor sustenta que a guerra foi ilegal segundo o direito internacional, a partir de alguns fatos comprovados uma década após o início da guerra:

15 Em inglês no original. [N. dos T.]

1. NÃO havia armas de destruição em massa;
2. NÃO existia nenhuma relação com os terroristas da Al-Qaeda;
3. A guerra NÃO levou a democracia para o Iraque.

Foi uma guerra de agressão que não contava com a aprovação do Conselho de Segurança da ONU e que tampouco podia ser considerada de autodefesa, porque o Iraque não estava atacando os Estados Unidos e nem representava uma ameaça iminente. À luz do direito internacional, os Estados Unidos são culpados de supremo crime de lesa humanidade. Foi uma guerra de agressão e de conquista neocolonial contra um país soberano e integrante da ONU.

Adriaenses se pergunta: o que os Estados Unidos deram aos iraquianos? A resposta é uma versão extrema e brutal do neoliberalismo de Milton Friedman: desregulamentação, privatização de entidades públicas e cortes nos serviços estatais. O estudioso da realidade atual do Iraque considera que o ápice do neoliberalismo estadunidense e internacional coincidiu com o ápice dos Estados Unidos como potência militar dominante no mundo. Citando o colunista do *New York Times*, Thomas Friedman (1999, p. 373), Adriaenses destaca: “a mão oculta do mercado do mercado nunca funcionará sem o punho oculto”.

Na fala do analista,

Os Estados Unidos criaram um império global que concede duas opções aos países: ou eles aceitam, ou são destruídos [...] Esta é a razão pela qual o Iraque não apenas teve que ser invadido militarmente, mas também destruído por completo, pois se levantava de forma completamente contrária ao modelo neoliberal do Banco Mundial e do FMI [...] O Iraque era um tenaz estado antineoliberal: se negava frontalmente a ser um Estado cliente dos Estados Uni-

dos e havia fechado aos investidores corporativos estadunidenses e de outros países sua participação em qualquer mercado após as sanções [que lhe haviam sido impostas]: agricultura, saúde, educação, indústrias etc. [...] Restringir [que não quer dizer excluir] de seus mercados as corporações estadunidenses foi razão suficiente para que os Estados Unidos empreendessem ações decisivas. (Adriaenses, 2013, online).

Apropriadamente, este autor acrescenta que outra das razões para invadir o Iraque é a natureza belicista do capitalismo:

Para o complexo industrial militar, para a economia dos Bush, Cheney, Rice, Rumsfeld e etc... Para a economia das sociedades do petróleo e dos fabricantes de armas, para a economia dos estadunidenses ricos que possuem ações nestes empórios e corporações, esta guerra, como as guerras em geral, não é senão algo verdadeiramente maravilhoso, porque embolsaram os lucros que as guerras geram tão profusamente, (enquanto) a morte e a destruição são padecidas por outros. (Adriaenses, 2013, online).

Examinemos os saldos da guerra de ocupação do Iraque: mais de 1 milhão e 450 mil mortos, de acordo com um estudo científico sobre as mortes violentas (Just Foreign, *Iraq Deaths*).¹⁶ Dois milhões e 700 mil pessoas desterradas internamente e 2 milhões e 2000 mil refugiados, a maioria deles vivendo em estados vizinhos. Destes desterrados, 83% são mulheres e crianças, sendo que a

16 A organização independente Justin Foreign Policy, valendo-se da ferramenta de estimativa *Iraq Deaths*, atualizou dados de estudo de 2006 publicado na revista médica *The Lancet*. [N. da R.]

maioria dessas crianças é menor de 12 anos. A taxa de mortalidade aumentou em 150% desde 1990, quando as Nações Unidas impuseram sanções. Em 2007, havia 5 milhões de orfãos. 70% dos iraquianos não dispõem de água potável e 80% carecem de condições higiênicas. Mais de 8 milhões de iraquianos necessitam de ajuda humanitária. No informe Mercer sobre *qualidade de vida* que engloba resultados a respeito das cidades mais habitáveis,¹⁷ Bagdad aparece em último lugar como cidade menos habitável do planeta, em razão da destruição total, pelas mãos do exército estadunidense, do sistema de tratamento de águas residuais, das fábricas, escolas, hospitais, museus e centrais elétricas.

Este capítulo não permite continuar a análise dos dados assustadores sobre o que a ocupação ianque causou: desempregados, desaparecidos, prisioneiros sem julgamento, vítimas de tortura e tratamentos degradantes, população urbana mal sobrevivendo em cinturões de miséria, pessoas com deficiência, doentes, por causa das munições de urânio empobrecido, vítimas de bombardeios etc. Ainda assim, o digno povo do Iraque tem resistido.

O condenável atentado às Torres Gêmeas em Nova Iorque proporcionou ao grupo governante dos Estados Unidos as condições para: a) legitimar um governo surgido da fraude e b) lançar uma ofensiva contra a humanidade inteira, cuja primeira etapa impactou o mundo árabe através de um *slogan* nada original – “quem não está comigo está contra mim”.

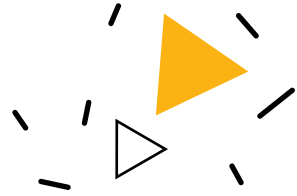
O terrorismo de Estado, que se esconde sob o disfarce de luta contra o terrorismo, está provocando na população global um sentimento generalizado de ódio contra o governo (que não é contra o povo) estadunidense. Este ódio crescente terá valor, caso se trans-

17 Em realidade, as cidades mais habitáveis para pessoas que venham a deslocar-se de seus países de origem por algum motivo.

forme em uma ação política organizada de forma sistemática pelos povos e governos adversários do imperialismo ianque, de tal forma que seus esforços regressivos sejam vencidos e sejam criadas condições para o colapso do mundo unipolar.

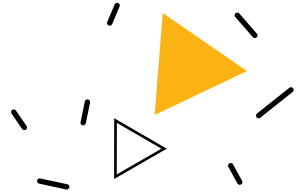
A luta contra o terrorismo do governo dos Estados Unidos é, na realidade, uma contínua investida contra a democracia e os direitos humanos. Esta situação se torna mais que evidente depois do trágico 11 de setembro de 2001, com o cerceamento das liberdades civis do povo norte-americano. As medidas de controle migratório, que incluem um registro político-policial de todos os cidadãos que pretendam entrar no território do vizinho do norte, constituem uma nova forma de violação ao direito público internacional já bastante combalido. As autoridades mexicanas, em cumplicidade com os Estados Unidos, estabelecem controles migratórios contra seus vizinhos pobres,¹⁸ o que deriva em um estado de polícia supranacional de claro corte autoritário global.

18 Há um fluxo contínuo e centenário de migrantes vindos da América Central que passa pelo México. É a esse fluxo indispensável, diga-se de passagem, aos Estados Unidos que o autor se refere. [N. dos T.]



Conclusão

Neste trabalho, proponho o conceito de “terrorismo global de Estado” para caracterizar a política de violência perpetrada por aparatos estatais imperialistas em âmbito mundial contra povos e governos, com o propósito de infundir o terror, e violando as normas do direito nacional e internacional. Sustento que o estudo e a análise do terrorismo enfatizaram o terrorismo individual e o de grupos clandestinos em todos os espectros políticos, ignorando e deixando de lado o papel do imperialismo estadunidense e dos estados capitalistas na organização do terrorismo interno e na esfera internacional. O terrorismo global de Estado violenta os marcos ideológicos e políticos da repressão “legal” (isto é, justificada pelo marco jurídico internacional) e apela para “métodos não convencionais”, ao mesmo tempo extensivos e intensivos, para aniquilar a oposição política e os protestos sociais pelo mundo.



Estudando a contrainsurgência dos Estados Unidos

Em 5 de outubro de 2007, o *New York Times* publicou um artigo de David Rohde sobre aquela que é considerada pelos militares estadunidenses como a “nova arma crucial nas operações contrainsurgentes”: uma equipe integrada por antropólogos e outros cientistas sociais para uso permanente em unidades de combate das tropas de ocupação dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque (Rhode, 2007). O correspondente informa que este singular envolvimento das ciências sociais no esforço bélico estadunidense constitui um exitoso programa experimental do Pentágono que, iniciado em fevereiro de 2007, havia sido tão recomendado pelos comandantes no campo de guerra que, em setembro daquele ano, o secretário de defesa Robert M. Gates autorizou uma quantia adicional de 40 milhões de dólares para incluir equipes similares em cada uma das 26 brigadas de combate atuantes nos dois países mencionados.

No mesmo artigo, destacam-se as reações críticas por parte de setores importantes da academia estadunidense que exita em qualificar o programa como “antropología mercenaria” e “prostituição da disciplina”, comparando com o que ocorreu na década de 1960, quando foram utilizados antropólogos em campanhas contrainsurgentes no Vietnã e na América Latina (Plano Camelot).

Já em sua sessão anual, em novembro de 2006, e com a presen-

ça de centenas de seus membros, a American Anthropological Association (AAA) condenou unanimemente “o uso do conhecimento antropológico como elemento de tortura física e psicológica” ante o argumento de que os torturadores da prisão Abu Ghraib poderiam ter sido inspirados pelo trabalho de um antropólogo que sustentou a ideia de que “homens árabes humilhados sexualmente podem se tornar informantes dispostos”. (Stannard, 2007¹⁹).

Em juho de 2007, o antropólogo Roberto J. González (2007) escreveu um excelente artigo “Towards mercenary anthropology? The new US Army counterinsurgency manual FM 3-24 and the military-anthropology complex” [“Rumo a uma antropologia mercenária? O novo manual de contrainsurgência do exército dos Estados Unidos FM-3-24 e o complexo militar-antropológico”], em que o autor detalha criticamente as contribuições de antropólogos na elaboração do manual citado. González demonstra inclusive que algumas destas “contribuições” não são inovadoras do ponto de vista da teoria antropológica, e parecem mais um “simplificado livro-texto introdutório de antropologia – embora com poucos exemplos e sem ilustrações”. (González, 2007, p. 15, tradução nossa).

A antropologia mercenária estadunidense se caracteriza pela beligerância e o cinismo com que justifica a estreita colaboração entre antropólogos e militares em guerras imperialistas que violam os direitos humanos mais elementares e os princípios fundadores da Organização das Nações Unidas.

Uma de suas mais aguerridas defensoras e autoras intelectuais é a antropóloga estadunidense Montgomery McFate, que se impôs a tarefa de “educar”

19 O autor se refere ao documento intitulado *Resolution condemning torture and its use by US Forces*, aprovado pela AAA em sua reunião realizada em San José California, 2006, p. 1. A esse respeito ver: <https://www.antropologi.info/blog/anthropology/2006/american_anthropologists_stand_up_agains>.

os militares e cuja missão, nos últimos anos, vem sendo convencer os estrategistas da contrainsurgência de que “a antropologia pode ser uma arma mais efetiva que a artilharia.” (López y Rivas, 2018, p. 78).

McFate ignora e se irrita com as críticas de seus colegas da academia, a quem considera trancados em uma torre de marfim e mais “interessados em elaborar resoluções do que encontrar soluções”. Ela tem sido a “comissária política” dos militares, uma das autoras do já citado manual de contrainsurgência, criadora do programa *Sistema Operacional de Investigação Humana em Campo* iniciado pelo Pentágono e assessora do gabinete do Secretário de Defesa – todo um êxito do *American way of life*.²⁰

Na verdade, a participação de antropólogos em missões coloniais e imperialistas é tão antiga quanto a própria Antropologia, que se estabelece como ciência estreitamente ligada ao colonialismo e aos esforços para impor, em âmbito mundial, as relações de dominação e exploração capitalistas. Um clássico sobre este tema é o livro de Gérard Leclercq, *Antropologie et colonialisme* (1972), que, em sua introdução, afirma:

O nascimento comum do imperialismo colonial contemporâneo e da antropologia igualmente contemporânea pode ser situado na segunda metade do século XIX. Colocaremos em evidência a relação da ideologia imperialista, da qual a antropologia é apenas um de seus elementos, com a ideologia colonial, e as razões pelas quais uma investigação “de campo” era necessária e possível pela colonização de tipo imperialista. (Leclercq, 1972, p. 15).

20 Em inglês no original. [N. dos T.]

No México, é preciso lembrar o papel protagonista desempenhado pelos antropólogos na elaboração das políticas indigenistas no momento em que Manuel Gamio – pai fundador da disciplina neste país – definiu a antropologia como “a ciência do bom governo”, iniciando um casamento entre antropólogos e o Estado mexicano, desfeito – em parte – quando o movimento popular-estudantil de 1968 criou as condições para que as correntes críticas se manifestassem e denunciassem o papel de cumplicidade da antropologia mexicana pós-revolucionária no fortalecimento do *colonialismo interno* que foi rompido pela rebelião zapatista.

A grotesca maquiagem cultural da antropologia contrainsurgente não muda a natureza brutal das ocupações imperialistas, nem ganhará as mentes e corações dos povos que resistem, tampouco dos milhões de estadunidenses que cada vez mais se manifestam contra as guerras permanentes de seu governo.



O manual 3-24 de contrainsurgência estadunidense

Como expressão do grau de envolvimento da alta burocracia acadêmica nos esforços bélicos do imperialismo estadunidense, a Universidade de Chicago publicou, em julho de 2007, uma edição de bolso – de uma farda militar, naturalmente – do então novo *Manual de campo de contrainsurgência nº 3-24*. Essa aberta cumplicidade entre os círculos de educação superior e a máquina de guerra dos Estados Unidos provocou uma onda de críticas dos intelectuais independentes estadunidenses que, com rigor, analisaram o texto coordenado pelo general David H. Petraeus, e condenaram o vergonhoso papel desempenhado pelas autoridades universitárias que consentiram em editar um manual destinado à perseguição, tortura e assassinato de seres humanos e também à ocupação militar de países nos mais “obscuros rincões do mundo”, onde os Estados Unidos pretendem fazer prevalecer seus interesses.

Um desses críticos é David Price (2007), autor de um artigo demolidor traduzido para o espanhol e publicado pela *Rebelión*, intitulado “Prostitución de la antropología al servicio de las guerras del Imperio”, em que demonstra o plágio que fora realizado – particularmente no terceiro capítulo do *Manual* – de autores como Victor Turner, Anthony Giddens, David Newman, Susan Silbery, Kenneth Brown, Fred Plog, Daniel Bates, Max Weber, entre outros.

Esse capítulo, considerado por Price como central, foi escrito pela antropóloga Montgomery McFate, que – reiteramos – é uma das mais fervorosas partidárias da utilização da ciência antropológica na contrainsurgência, a partir de equipes de antropólogos “embuti-dos” nas unidades de combate no Afeganistão e Iraque.

Price destaca a falta de ética intelectual, uma vez que “as pre-tenções de integridade acadêmica constituem a base da estratégia promocional do *Manual*”, que tem sido elogiado por intelectuais mercenários do Pentágono nos meios de comunicação de massa e em periódicos e revistas como o *The New York Times*, *Newsweek*, e outras publicações estadunidenses.

Além disso, o *Manual* tem provocado uma reação de júbilo na mídia militar de outras latitudes. O general brasileiro Álvaro de Souza Pinheiro,²¹ por exemplo, o considera “o documento doutri-nário de contrainsurgência mais bem elaborado que o mundo oci-dental já viu até hoje”, informando que “grande parte dos exércitos da OTAN está em processo de reformulação de seus documentos similares, tendo como base o recente manual norteamericano” (Pi-nheiro, 2007, p. 7).

Certamente, o Ministério de Defesa Nacional mexicano, atra-vés do Plano México ou da iniciativa Mérida, vem analisando du-rante esses anos o texto dos militares estadunidenses para colocar em dia seus velhos manuais de guerra irregular e melhorar suas campanhas contrainsurgentes em Chiapas e em outros estados da república, agora com antropólogos inseridos – à moda de McFate –, a fim de ajudar os militares a “compreender” a cultura dos “nativos” que se rebelam contra a ordem estabelecida.

21 Esse general orgulha-se de ter participado do ataque final que dizimou a guerri-lha do Araguaia e, em vários momentos, ironizou a Comissão Nacional da Verda-de, inclusive durante seu depoimento a esta. [N. dos T.]

A leitura do *Manual* é obrigatória para entender a mentalidade dos intelectuais da guerra “contra o terrorismo”. O prefácio, assinado pelo general Petraeus (que estava no comando das forças expedicionárias dos Estados Unidos no Iraque, posteriormente defenestrado graças a um escândalo extramatrimonial) e pelo general James F. Amos, do tristemente célebre Corpo de Fuzileiros Navais (*Marines*), mostra que os militares estadunidenses tornaram-se, se não marxistas, pelo menos dialéticos, pois descobriram que “o Exército e o Corpo de Fuzileiros Navais reconhecem que cada insurgência é contextual e apresenta seu próprio conjunto de desafios.” Por essa razão, uma campanha de contrainsurgência requer que “Soldados e Fuzileiros Navais (assim, com maiúsculas em todo o texto) utilizem uma mistura de tarefas familiares de combate com outras habilidades mais frequentemente associadas a agências não militares...” (United States, 2006, prefácio, p. vi).

Espera-se que Soldados e Fuzileiros Navais sejam construtores de nações da mesma forma que são guerreiros. Devem estar preparados para ajudar a reestabelecer as instituições e forças locais de segurança e ajudar na reconstrução da infraestrutura de serviços básicos. Devem ser capazes de ajudar no estabelecimento da governabilidade local e do império da lei. A lista dessas tarefas é longa, efetuar-las envolve extensa coordenação e cooperação com muitas agências intergovernamentais (dos Estados Unidos), da nação anfitriã e da esfera internacional [...] Conduzir uma campanha de contrainsurgência vitoriosa requer uma força flexível e adaptável, dirigida por líderes ágeis, bem informados e astutos culturalmente. (United States, 2006, prefácio, p. vi).

A análise desse prefácio à luz da ocupação neocolonial do Iraque torna visível que estes “construtores de nações” foram aqueles

que, sem justificativa alguma, realizaram uma guerra violadora do quadro jurídico internacional contra um Estado independente e membro da Organização das Nações Unidas. Guerra que causou a morte de mais de 1,5 milhão de iraquianos, a destuição da infraestrutura básica de serviços públicos, o êxodo de milhões de habitantes para o exterior, o saque e a destruição de seu patrimônio cultural, o assassinato premeditado de seus escritores, professores, médicos e advogados. A potência ocupante estabeleceu um governo fantoche de colaboracionistas, eufemisticamente chamado de “governo da nação anfitriã”, o qual se sustenta apenas pela letal astúcia cultural de Soldados e Fuzileiros Navais e do império da lei dos Estados Unidos.

Sem dúvida, o ano de 2007 foi o mais letal para as tropas de ocupação com 858 soldados estadunidenses mortos até 6 de novembro, totalizando 3885 desde 2003 (61.996 mortos ou feridos por causas *hostis* ou não *hostis*). Será que o *Manual* não funcionou, apesar de tudo? Será que os Soldados e Fuzileiros Navais não o leram? Que os antropólogos inseridos não fizeram bem o seu trabalho? Será que, talvez, a insurgência seja mais dialética que a contrainsurgência?

Uma suposição básica do *Manual de Contrainsurgência* 3-24 é a de que os Estados Unidos tem o direito de intervir militarmente em âmbito mundial, o que se contrapõe aos princípios e leis do marco jurídico internacional que deram origem e constituem o fundamento da Organização das Nações Unidas. Assim o *Manual* sustenta que sua doutrina,

por definição, é ampla em escopo e contém princípios, táticas e procedimentos aplicáveis *em todo o mundo* [...] Esta publicação tem como propósito ajudar a preparar os líderes do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais para conduzir operações

de contrainsurgência *em qualquer parte do mundo*.
(United States, 2006, p. viii, grifo do autor).

Para justificar essa extraterritorialidade militar – como mencionei – os estrategistas utilizam uma entelúquia jurídica denominada “nação anfitriã”, cujo governo “convida” os Estados Unidos a colocar em prática a contrainsurgência contra seu próprio povo, mesmo que essa dita *autoridade* tenha sido imposta após a derrubada do governo legalmente constituído e após a ocupação do país por forças expedicionárias dos Estados Unidos. Já na anexação do arquipélago das Filipinas, em 1898, os Estados Unidos travaram sua primeira guerra de contrainsurgência do século XX contra a rebelião liderada por Emilio Aguinaldo, com pretexto – de acordo com o presidente americano William McKinley – de “educar, elevar e cristianizar os filipinos” (Deady, 2005).

Além disso, na guerra de contrainsurgência dos Estados Unidos na Nicarágua contra o general Augusto C. Sandino – que derrotou seguidas vezes os *marines* estadunidenses – os ianques empregaram a tática de fazer enfrentarem-se “nativos contra nativos”, ao criar a Guarda Nacional chefiada por Anastasio Somoza Garcia, que finalmente assassinou Sandino em 1934.

Outra ideia central do *Manual* é a de que, considerando que os Estados Unidos possuem uma esmagadora superioridade militar convencional, seus inimigos lutam por meio de uma guerra não convencional:

Mesclando tecnologia moderna com antigas técnicas de insurgência e terrorismo [...] Na contrainsurgência, o lado que aprende mais rápido e se adapta mais rapidamente – e quem tem melhor organização para aprender – geralmente ganha. Contrainsurgências têm sido chamadas competições de aprendizagem. Então, esta publicação identifica

que “aprender e adaptar” é um imperativo moderno para operações de contrainsurgência das forças dos Estados Unidos. (United States Army, 2006, p. ii).

A partir desta premissa, o *Manual* conclui:

Ironicamente, a natureza da contrainsurgência apresenta desafios para os sistemas tradicionais de lição-aprendizagem; muitos aspectos não militares da contrainsurgência não levam em si mesmos a uma aprendizagem tática rápida [...] Realizar as muitas tarefas não militares em contrainsurgência requer conhecimentos em muitos, diversos assuntos complexos. Estes incluem governança, desenvolvimento econômico, administração pública, e império da lei. Comandantes com um profundo conhecimento nestes assuntos podem ajudar seus subordinados a entender ambientes desafiantes e não familiares e adaptar-se mais rapidamente para transformar situações. (United States Army, 2006, p. iv).

Oferece também algumas definições sob medida de insurgência e contrainsurgência:

Insurgência é uma luta político-militar organizada e prolongada, concebida para enfraquecer o controle e a legitimidade de um governo constituído, de uma força ocupante ou de outra autoridade política, enquanto aumenta o controle insurgente. (United States Army, 2006, cap. 1, par. 2).

Outra definição de insurgência afirma que esta é

Tipicamente é uma forma de guerra interna, que ocorre primeiramente dentro de um Estado, não entre Estados e que contém ao menos alguns ele-

mentos de guerra civil. [...] Contrainsurgência são as ações militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e atividades cívicas realizadas por um governo para derrotar a insurgência. (United States, 2006, cap. 1, par. 5 e par. 2).

No caso do Iraque, observa-se que o “governo estabelecido” não tem legitimidade nem controle, posto tratar-se de uma autoridade subordinada à potência ocupante. Ainda assim, ante seu fracasso contra a resistência patriótica, os Estados Unidos provocaram uma guerra civil, colocando sunitas contra chiitas através de atentados terroristas perpetrados por suas agências de inteligência, fortalecendo a independência de fato dos curdos e debilitando ao máximo a unidade nacional.

A grande “descoberta” do *Manual* é seu verniz antropológico:

O conhecimento cultural é essencial para empreender uma exitosa contrainsurgência. As ideias americanas (sic) do que é “normal” ou “racional” não são universais. Pelo contrário, membros de outras sociedades frequentemente têm diferentes noções de racionalidade, comportamento apropriado, níveis de devoção religiosa e normas relativas a gênero. (United States, 2006 apud López y Rivas, 2007, p. 14).

O verdadeiro processo de aculturação dos soldados estadunidenses ultrapassa os manuais; segundo as palavras de um veterano da guerra no Iraque,

Eu fui um assassino psicopata porque fui treinado para matar. Não nasci com essa mentalidade. Foi o corpo de infantaria da marinha que me educou para que eu fosse um gângster das corporações estadunidenses, um delinquente. Treinaram-me para cumprir cegamente as ordens do presidente dos

Estados Unidos e trazer para casa o que ele pedisse, independentemente de qualquer consideração moral. Eu era um psicopata porque nos ensinaram a atirar primeiro e perguntar depois, como o faria um doente e não um soldado profissional que apenas deve enfrentar outro soldado. Se tínhamos que matar mulheres e crianças, assim o fazíamos. Portanto, não éramos soldados, éramos mercenários. (Massey, 2007, online).

Inteligência na contrainsurgência

Se em qualquer tipo de conflito bélico o trabalho de inteligência é indispensável, na contrainsurgência é particularmente vital, afirmam os militares estadunidenses. Por isso o capítulo chave do *Manual de Contrainsurgência 3-24* trata precisamente das características da inteligência nesta guerra assimétrica. Do mesmo modo, dado que as conflagrações que os Estados Unidos estão levando a cabo ocorrem em espaços culturalmente *não familiares*, a descoberta militar é a colaboração de cientistas sociais nas campanhas imperialistas contra os movimentos revolucionários e de resistência nacional. A antropóloga contrainsurgente Montgomery McFate explica dessa maneira:

Em um conflito entre adversários simétricos, no qual ambos são uniformemente semelhantes e usam tecnologia similar, compreender a cultura do adversário é em grande medida irrelevante. A Guerra Fria, com toda sua complexidade, enfrentou entre si dois poderes de herança europeia. Em uma operação de contrainsurgência contra um adversário não ocidental, porém, a cultura interessa. (McFate, 2005, p. 24).

Como os comandantes e estrategistas militares exigem “aprofundar o conhecimento das culturas, percepções, valores, crenças e processos de tomada de decisões de indivíduos e grupos” (United States, 2006, cap. 3, par. 2), o Pentágono incorporou equipes de especialistas em economia, antropologia e ciência política que desempenham um papel no que é tecnicamente chamado de “Preparação de Inteligência do Campo de Batalha”. Essa preparação consiste no processo contínuo e sistemático de análise da ameaça possível do inimigo e do meio ambiente em uma região geográfica específica. Os cientistas sociais não são mais que um instrumento de guerra, uma vez que as decisões finais são tomadas por militares

O *Manual* descreve o tipo de informação que esses singulares mercenários acadêmicos coletam.

Por exemplo, grupos tribais e de familiares no Iraque e Afeganistão cruzam as fronteiras nacionais dos países vizinhos. As relações além das fronteiras permitem aos insurgentes contar com o refúgio seguro fora de seu país e os ajudam no tráfico transfronteiriço. A área de interesse pode ser grande em relação à AO (área operativa). Muito frequentemente, esta pode ser influenciada por vários fatores, tais como: redes familiares, tribais, étnicas, religiosas e outras que vão além da área de operações; relações de comunicação e econômicas com outras regiões; [...] a população dos Estados Unidos [US populace] e os sócios multinacionais; apoios externos financeiros, logísticos e morais do inimigo. (United States, 2006, cap. 3, par. 11).

Os antropólogos-militares definem – com a ajuda do plágio²² já denunciado – conceitos como sociedade, grupo étnico, tribo, redes, instituições, papéis e *status*, estrutura e normas sociais, cultura, identidade, sistemas de crenças, valores, atitudes e percepções, linguagem, poder e autoridade, força coercitiva, capital social, participação política, entre outros. Tudo isso para conhecer o que realmente interessa aos militares: os insurgentes, seus objetivos, motivações, apoio ou tolerância da população em relação a eles, suas capacidades e vulnerabilidades, formas de organização, líderes e personalidades chave, atividades e relações políticas, liberdade de movimento, suportes logísticos, financeiros e de inteligência, novos recrutas, armamento e capacidades militares, treinamento etc. A estrutura organizativa dos insurgentes merece especial atenção aqui: se é hierárquica ou não, se os membros são especializados, se os líderes exercem um controle centralizado ou permitem ação autônoma e iniciativa própria, se o movimento opera independentemente ou tem relações com outras redes e organizações, se os insurgentes atribuem um peso maior à ação política ou à violenta.

Além disso, cada líder é motivo de um escrutínio detalhado: seu papel na organização, atividades conhecidas e associadas, história pessoal e trajetória, crenças, motivações e ideologia, educação e treinamento, temperamento (“por exemplo, cuidadoso, impulsivo, pensativo ou violento”), importância na organização, popularidade fora dela. Nas seções de tortura no Iraque, Afeganistão, Guantánamo e outros “obscuros rincões do planeta”, estas são, sem dúvida, algumas das perguntas feitas àqueles detidos pelas forças de ocupação dos Estados Unidos; elas também fizeram parte das *matérias* que os mentores ianques ensinaram a membros das forças armadas

22 Em espanhol, plágio tem também um significado muito recorrente de sequestro, com o qual o autor joga aqui. [N. dos T.]

mexicanas nos cursos de “combate ao terrorismo” denunciados recorrentemente pelo *La Jornada*.

Dessa maneira, estratégias e táticas dos rebeldes merecem especial cuidado: ações conspiratórias, militarismo, guerrilha urbana, guerra popular, emboscadas, incêndios, bombas e explosivos, armas químicas, biológicas, radiológicas ou armas nucleares, manifestações, contrainteligência dos insurgentes, execução de caguetes, sequestros e tomada de reféns, infiltração e subversão, propaganda, ataques a instalações, sabotagem, entre outros. Analisam-se todos os tipos de inteligência: humana, operações militares, interrogatório de detidos e desertores, informes de temas civis, operações psicológicas, dos oficiais do exército e forças policiais do governo fantoche, empreiteiros, delações telefônicas anônimas, jornalistas, acadêmicos etc. Informações de inteligência também são obtidas a partir de rotinas de reconhecimento e vigilância, sensores e câmeras, inteligência espacial, análise de arquivos de propriedades, arquivos financeiros, de conteúdo de celulares e de computadores.

Seria um erro tanto subestimar a capacidade e o alcance desse trabalho de inteligência dos imperialistas estadunidenses quanto pensar que são invencíveis. Também é importante que a comunidade de antropólogos no âmbito latino-americano se manifeste contra a utilização mercenária de sua disciplina.

Antropologia da contrainsurgência e a ocupação neocolonial

Human terrain team handbook (2008), do militar Nathan Finney, é outro dos documentos importantes, disponíveis no *Wikileaks*, para analisar a utilização da antropologia nas campanhas contrainsurgentes e na ocupação neocolonial de países por parte das forças armadas dos Estados Unidos.

O propósito fundamental desse manual é servir na preparação e no trabalho das equipes (*Human terrain teams*, HTT) que atuam nas estruturas militares estadunidenses (regimentos, brigadas, divisões, forças combinadas etc). Essas equipes são compostas por cinco a nove pessoas, empregadas para apoiar os comandantes no campo, com o propósito de compensar suas deficiências de conhecimento cultural do contexto em que manobram. As equipes se conformam na conjunção de soldados e especialistas militares e acadêmicos providos por contratistas do Exército, supostamente com uma sólida preparação em ciências sociais.

A hipótese que rege o manual é a de que

uma condição fundamental da guerra irregular e das operações de contrainsurgência é que o comandante e seu estado maior não podem seguir limitando sua atenção aos assuntos tradicionais: missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, tropas amigas e apoios disponíveis, e tempo. A população local da área de conflito deve ser considerada um aspecto tão crítico como distintivo do diagnóstico da situação por parte do comandante [...] A dimensão humana é a essência mesma do ambiente da guerra irregular. Entender a cultura local, os fatores políticos, sociais, econômicos e religiosos é crucial para uma contrainsurgência bem-sucedida e para operações de estabilização e, finalmente, para o triunfo da guerra contra o terror. (Finney, 2008, p. 2-3).

Os aspectos chave da missão das equipes HTT são três:

1. Investigação por meio das ciências sociais (utilização de métodos antropológicos e sociológicos clássicos como entrevistas abertas e estruturadas, análises de texto, pesquisas de opinião e observação participante);

2. Coleta de informação relevante para a unidade militar e apresentação desta em termos familiares para um público militar;
3. Criação de um marco analítico cultural para o planejamento, tomada de decisões e diagnósticos operacionais.

O programa, em suma, “investigará, interpretará, arquivará e proverá informação e conhecimento cultural para otimizar a efetividade operativa e harmonizar as ações em curso dentro do entorno cultural” (Finney, 2008, p. 11). Com a falsa suposição de que o programa não faz parte do trabalho de inteligência militar, o *Manual* sublinha contraditoriamente que seus produtos devem ser incorporados no plano de operações da seção e que sua equipe deve estar presente em todas as etapas do processo de tomada de decisões dos militares.

As equipes HTT de civis e militares contam com um líder (geralmente um oficial ativo ou da reserva), um cientista social, um processador de informações e dois analistas de terreno. Segundo o *Manual*, a composição ideal inclui, ao menos, um membro da equipe que fale a língua da região, outro que seja especialista no país em questão e outro que seja mulher, “para permitir que a equipe tenha acesso a 50% da população frequentemente subestimada nas operações militares” (Finney, 2008, p. 19).

A natureza do programa, o papel e os objetivos das equipes variam conforme a ação intervencionista das forças armadas estadunidenses seja classificada no manual como “contrainsurgência, construção de nações (*nation building*), ocupação, manutenção da paz, operações cinéticas ou uma combinação desses objetivos” (Finney, 2008, p. 22). Compreendido o programa, o espectro completo da sociedade e da cultura, as equipes devem determinar como ganhar o apoio da população local, mitigar sua desconfiança e usar

sua extensa familiaridade com todos os aspectos da sociedade para lograr estes objetivos.

É significativo que as equipes HTT não possuam veículos próprios. Para realizar sua investigação de campo, utilizam o transporte e a proteção das seções militares das quais fazem parte. O manual menciona que os membros dessas equipes portam apenas “armas de autodefesa” (*sic*), isto é, andam armados e requerem apoio logístico da unidade militar para trabalhar, incluindo passagens, alimentação, segurança e espaços de trabalho (que, sem dúvida, costumam estar dentro do setor de inteligência).

De sua parte, o informe final da American Anthropological Association (AAA), datado de outubro de 2009 – após exaustiva análise –, salienta que esse programa é motivo de preocupação para a Associação, já que, cumprindo funções de investigação, é fonte, por sua vez, de trabalho de inteligência e realiza funções táticas de guerra de contrainsurgência. Dada essa confusão, qualquer antropólogo que trabalhe no programa terá dificuldades em cumprir o Código Disciplinar de Ética. O programa se insere no Departamento de Defesa, em seu setor de inteligência e, no Iraque e no Afeganistão, a informação do programa participa do acervo de inteligência militar.

A AAA conclui:

Quando a investigação etnográfica está determinada por missões militares, não sujeita à revisão externa; quando a coleta de informação ocorre em um contexto de guerra, integrada aos objetivos da contrainsurgência, e com um potencial coercitivo – todos esses fatores característicos dos conceitos e a aplicação do programa – não é possível que estes trabalhos sejam considerados como um exercício profissional legítimo da antropologia. (American Anthropological Association, 2017, p. 3).

Um dos cientistas sociais participantes do programa no Iraque apontou certeira­mente: “Não se pode fazer antropologia na mira de uma pistola”.

O guia cultural das forças especiais dos Estados Unidos

Por meio do excelente artigo do antropólogo David Price, “The Army’s take on culture” (2010), foi possível realizar a leitura de um documento recentemente vazado pelo exército dos Estados Unidos, *Special forces advisor guide* (2008b), que reflete, por um lado, os alcances do domínio global intervencionista desse país “operando” na guerra suja – versão Obama – já em mais ou menos 75 nações e, por outro, a renovada influência de conceitos e conhecimentos antropológicos, previamente adequados e depurados para as mentalidades militares, como um instrumento a mais a serviço do complexo militar imperialista. Com toda razão, Price considera o documento, sarcasticamente e parafraseando Emily Post, como “um manual de etiqueta da contrainsurgência” que (oh, surpresa!) “adverte o pessoal militar de que o mundo inteiro não é como os Estados Unidos” (Price, 2010, p. 57).

Tal como seus colegas da academia estadunidense que denunciaram o envolvimento de antropólogos – encabeçados por Montgomery – como acessórios úteis ou mercenários intelectuais em todas as unidades de combate das guerras de ocupação neocolonial no Iraque e Afeganistão, Price esclarece que o principal propósito do *Guia* é instruir os militares para interatuar melhor com outras culturas como assessores, ocupantes ou visitantes. O documento foi elaborado, dessa maneira, para evitar o choque cultural dos frágeis “boinas verdes”, os quais, paradoxalmente, seguem o lema *De oppresso liber* (Para libertar os oprimidos), e têm sido denunciados por mais de meio século por praticar e ensinar técnicas de tortura,

de assassinatos seletivos de prisioneiros e combatentes, por contribuírem nas matanças de indígenas, treinarem grupos paramilitares etc., nos países chamados eufemisticamente “nações anfitriãs”; isto é, regimes repressivos para os quais esses singulares “assessores” prestam serviços.

Price especifica que o *Guia* se baseia na antiga, criticada e superada corrente antropológica denominada cultura e personalidade, que teve muita influência durante a Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, quando antropólogas como Ruth Benedict e Margaret Mead se envolveram nos estudos de “caráter nacional” para contribuir com os esforços bélicos de seu país, reduzindo a complexidade de nações a traços simplificados e pseudopsicológicos que ignoravam variantes significativas entre indivíduos e sociedades.

O *Guia* se fundamenta também no modelo de orientação de valores criado pelo antropólogo Florence Kluckhohn e pelo psicólogo Fred Strodbeck nos anos 50 do século XX, baseado em enrijecidas representações de estereótipos regionais e culturais, a partir de um suposto núcleo básico de valores. Assim, a complexa e heterogênea realidade étnica, linguística e cultural do mundo se reduz, no dito documento, a sete regiões culturais.

América do Norte e Europa (incluindo Austrália e Nova Zelândia), Sudoeste da Ásia e norte da África. América Central e América do Sul (incluindo México), África subsaariana, a margem do Pacífico (excluindo as Américas), Rússia e as repúblicas independentes e, Oceania (as ilhas do Pacífico) (United, 2008b, cap. 2, par. 14).

A hipótese de Price é de que os militares adotam modelos culturais inadequados e criticados pela academia porque estes ecoam confortavelmente suas próprias visões de mundo.

Desde a Segunda Guerra Mundial [afirma Price] observamos que os militares tendem a ignorar a investigação acadêmica independente em favor de perspectivas racialmente essencializadas ad hoc, tais como o modelo de orientação de valores de Kluckhohn [...]. Os militares reconhecem suas limitações quanto à compreensão antropológica da cultura, mas suas próprias reticências, incluindo sua predileção em apoiar missões neocoloniais, dificultam sua habilidade para incorporar análises antropológicas rigorosas. (Price, 2010, p. 61).

Não obstante, pouco importaria se os militares adotassem os mais minuciosos marcos conceituais da antropologia no lugar do reducionismo psicológico, carregado de estereótipos etnocêntricos que se encontram em toda a extensão do *Guia...*, já que a finalidade dos Estados Unidos e suas forças armadas como potência hegemônica dos países imperialistas seria exatamente a mesma: proteger seus interesses geoestratégicos e os de suas corporações transnacionais por meio da intervenção militar, policialesca e de inteligência permanente, em todas as regiões do mundo; apoiar ditadores ou governos afins, formar contrapartes golpistas em suas escolas de contrainsurgência, continuar especializando os exércitos nacionais como forças de ocupação a seu serviço e no controle de insurgências e dissidências de todo o tipo; torturar, desaparecer, sequestrar, executar, infiltrar, cooptar, em operações transculturais de terrorismo global de Estado, levadas a cabo por *Rambos* das forças especiais que, desleixadamente, remendam palavras de cortesia em espanhol ou árabe, enquanto o esperanto de seus pelourinhos dilacera corpos e suas armas de destruição universal aniquilam povos inteiros

A mensagem básica e crua do *Guia* não requer interpretações antropológicas:

os conselheiros [das forças especiais] devem ter em mente que seu principal objetivo é seguir a política dos Estados Unidos [...], as maiores responsabilidades incluem a área de defesa, a contrainsurgência, a busca e o emprego de apoio dos Estados Unidos [...], manter relação com a polícia e com as agências de inteligência responsáveis pela contrassubversão [...] Participar no estabelecimento de um programa adequado de segurança para a salvaguarda contra a subversão, a espionagem e a sabotagem. (United States, 2008b, cap. 3, pars. 11, 27 e 40).

Com certeza, o México corresponde à “área de responsabilidade” compartilhada entre 7 a 20 grupos de forças especiais em serviço ativo (SFG), prontos para liberar os oprimidos mexicanos.

A Antropologia militarizada

O já mencionado antropólogo estadunidense David H Price se distinguiu entre os seus colegas por se opor ao uso da antropologia pelo governo dos Estados Unidos como uma ferramenta a mais em suas guerras contrainsurgentes e ocupações neocoloniais em âmbito mundial; por defender um código de ética que estabelece responsabilidades e lealdades dos antropólogos para com as populações em estudo, as quais têm que ser protegidas de qualquer dano a sua integridade e seus interesses; e por denunciar o uso mercenário da disciplina.

Price publicou um livro de leitura indispensável, *Weaponizing anthropology, social science in service of the militarized state* (2011), no qual expõe suas fundamentadas críticas à nova geração de programas contrainsurgentes, como as equipes de cientistas sociais (*Human Terrain Systems*), que formaram parte das unidades de combate das tropas de ocupação no Iraque e Afeganistão, assim

como aos programas universitários (*Minerva Consortium, Pat Roberts Intelligence Scholars Program, Intelligence Community Centers of Academic Excellence*) que facilitam com renovado vigor as incursões da Agência Central de Inteligência (CIA), do Departamento Federal de Investigações (FBI) e do Pentágono – entre outros organismos – nos *campus* das instituições de ensino superior estadunidenses, convertem as ciências sociais em um apêndice do Estado de segurança nacional, no qual se transformou o poder hegemônico do sistema imperialista mundial, e transmutam as universidades em obsequiosas extensões de sua estrutura militar.

A “Sombra militar da antropologia” é o título da introdução, na qual Prince destaca que a “guerra contra o terrorismo”, promovida por George Bush e continuada por seu sucessor democrata, redescobre velhos usos dos conhecimentos antropológicos pelos militares, adaptando-os às necessidades das guerras assimétricas e contrainsurgentes de última geração e à ocupação de regiões identificadas pela presença significativa de grupos étnicos ou “tribais”.

Na primeira seção, intitulada “Política, ética e o regresso triunfal e silencioso do complexo militar e de inteligência aos *campi*”, se faz um percurso histórico pelo envolvimento da antropologia com os empreendimentos coloniais, a conquista e o genocídio, entendendo que não existe neutralidade política na disciplina. A história dos inícios da antropologia estabelece os vínculos das tradições antropológicas estadunidenses, britânicas, francesas, holandesas e alemãs com a expansão colonial na África, Ásia, Indonésia e sobre os territórios dos povos indígenas da América. Descrevem-se os problemas éticos e políticos dos antropólogos e de outros cientistas sociais relacionados com os militares e as agências de inteligência e como se tem inovado quanto aos programas universitários estabelecidos em favor do aparato militar-industrial e da inteligência de Estado.

Na segunda parte, “Manuais: desconstruindo os textos de guerra cultural”, examinam-se criticamente os documentos militares vazados ou já publicados, com o objetivo de entender como as novas iniciativas militares e de inteligência buscam controlar as ciências sociais para seus próprios fins nas atuais e futuras missões bélicas. Esses manuais militares concebem a cultura como uma mercadoria identificável e controlável que pode ser usada por estrategistas militares e organismos de inteligência como uma “alavanca” para intervir e manipular em seu favor populações inimigas, ocupadas ou resistentes. Price comenta acerca da ausência, nesses manuais, de qualquer tipo de compreensão sobre as complexidades da cultura presentes nos escritos antropológicos, as quais são ignoradas, deixando em seu lugar narrativas simplificadas que reforçam estereótipos sobre vastas regiões da diversidade. As formas mais reducionistas da antropologia são assumidas pelas concepções militares em torno da cultura.

O livro oferece comprovação detalhada sobre a falta de escrúpulos intelectuais e de ética profissional dos antropólogos que participaram da elaboração do último manual de contrainsurgência (*Counterinsurgency field manual nº 3-24*), editado pela Universidade de Chicago, os quais plágiam livremente os conceitos de reconhecidos autores, sem as referências bibliográficas devidas e retirando-os de contexto, o que Price qualifica como “pilhagem acadêmica”.

Finalmente, na última seção, “Teorias de contrainsurgência, fantasias e realidades cruas”, o autor considera uma variedade de usos contemporâneos das teorias das ciências sociais e a informação com que contam em apoio às operações de contrainsurgência na chamada “guerra ao terrorismo”, incluindo o treinamento e as políticas das equipes de antropólogos e cientistas sociais que trabalham no Iraque e Afeganistão.

A contrainsurgência culturalmente informada – de acordo com Price – apresenta três tipos de problemas para a antropologia: éticos, políticos e teóricos. O problema ético está relacionado à manipulação e ao provável dano às populações investigadas que deveriam consentir voluntariamente em ser estudadas; o político consiste em usar a ciência antropológica para apoiar projetos neocoloniais de conquista, ocupação e dominação; enquanto o teórico diz respeito a apoiar-se em um simplificador reducionismo acerca da cultura, destinado a explorar algumas características locais não somente para supostamente controlar o conflito, mas para, na verdade, usá-las para derrotar os insurgentes.

Price argumenta que, assim como está se tornando uma coisa do passado observar a ciência antropológica como uma *enteada do colonialismo*, pode-se afirmar que a guerra *contra o terror*, iniciada por Bush, e levada adiante exponencialmente por Obama, redescobre o uso militar da cultura e dá novo vigor a uma antropologia da dominação e instrumento útil para trabalhos de inteligência e para a guerra planetária contrainsurgente dos Estados Unidos. Afirma que da mesma maneira que a Primeira Guerra mundial foi qualificada como a guerra *dos químicos* (pelo uso de gases tóxicos), a Segunda Guerra, *dos físicos* (pelo início do uso da energia atômica com fins militares), o conhecimento cultural que requer a contrainsurgência e a ocupação de países em guerras neocoloniais tem levado muitos estrategistas do Pentágono a pensar que as atuais são *as guerras dos antropólogos*.

Isso é demonstrado pela introdução das Equipes Humanas em Campo (*Human Terrain Systems*), que têm fornecido *consultoria cultural* às brigadas de combate no Iraque e no Afeganistão, e por outros esforços para adaptar a ciência antropológica à contrainsurgência e às chamadas guerras assimétricas, que não são realizadas entre Estados com estruturas culturais similares, de origem euro-

peia, mas em regiões reconhecidas por sua pluralidade linguística, étnica e nacional.

Price lembra que, no devir histórico dos empreendimentos coloniais, primeiro chega a infantaria, seguida dos engenheiros de minas e dos agrônomos, depois os missionários e, por último, os antropólogos. As tradições antropológicas britânicas, francesas, holandesas e alemãs estiveram ligadas com as aventuras coloniais na África, Ásia, Indonésia e outros lugares, enquanto estudos etnológicos nos Estados Unidos, entre os povos originários, não podem ser dissociados de uma vergonhosa história de conquista e genocídio.

Os códigos de ética surgem com a Segunda Guerra Mundial, quando os militares se deram conta da necessidade de entender as culturas, línguas, costumes e geografias *não familiares* dos, nesse momento, países inimigos. Antropólogos estadunidenses, britânicos, alemães, franceses e japoneses foram utilizados, durante o conflito bélico, como analistas de inteligência, propagandistas, professores de línguas, especialistas em sobrevivência, sabotadores, *partisans*, oficiais e espiões. Os Julgamentos de Nuremberg fornecem à antropologia e às ciências sociais e humanidades as bases dos modernos códigos de ética

O código de Nuremberg insistia em que os cientistas, trabalhando com seres humanos tanto na guerra como na paz, deveriam obter deles sua autorização informada, deveriam evitar causar dano físico ou mental aos sujeitos e às populações estudadas e deveriam usar pessoal qualificado para realizar tais investigações. Em 1948, como resultado dessas experiências, a Society for Applied Anthropology dos Estados Unidos elabora o primeiro código de ética formalizado, no qual se insistia que os antropólogos deveriam assumir a responsabilidade sobre os efeitos de seus trabalhos e recomendações, e jamais justificar suas ações alegando que são *meros técnicos* de projetos cujos fins não lhes dizem respeito.

Nosso autor coloca que, apesar disso, e de a American Anthropological Association (AAA) ter adotado resoluções condenando guerras impopulares, como as do Vietnã e Iraque, a própria Associação é relutante em adotar posturas críticas em relação ao uso da antropologia em guerras imperialistas. Isto é, não basta um código de ética que estabeleça as melhores práticas antropológicas se não se incluem igualmente posições políticas como a oposição ao imperialismo e ao neocolonialismo, e o apoio ao direito de povos e nações à autodeterminação.

Ou seja, a distinção entre a ética e a política é limitada às críticas no interior dos colégios profissionais. Assim, a AAA se opõe às Equipes Humanas em Campo por razões éticas, já que não se obtém dados com o consentimento informado dos sujeitos investigados, e se põem em perigo as populações etc., mas não leva em consideração outras razões (políticas) igualmente importantes, como o fato de que a antropologia é um apêndice dos militares dos Estados Unidos em um injusto projeto de ocupação e exploração imperialistas. Sempre que as associações profissionais limitam suas discussões ao âmbito da ética, evitando o debate dos contextos políticos no quais se conduz a investigação antropológica, neste caso de um governo comprometido com a expansão militar global, estas associações não fazem mais que limitar suas críticas a formulários e técnicas, e não aos projetos políticos que sustentam esses usos mercenários e espúrios da ciência social. Associações profissionais que se concentram na ética enquanto deixam de lado a política, ignoram que a antropologia é cúmplice dos setores militares de inteligência e segurança estadunidenses relacionados com a política exterior desse país, com as campanhas neocoloniais, a guerra global contra o terror e a crescente dependência da contrainsurgência antropológicamente informada. As associações profissionais como a AAA consideram suas posições como neutras no campo da política, mas – insiste Price – não existe neutralidade política, e, nesse ponto,

também coincidimos com esta aguda crítica à academia, gostaria de acrescentar, não apenas estadunidense (Price, 2011).

Três perguntas a partir da América Latina: que alcance tem este tipo de prática nos nossos países? Que fazemos, os antropólogos e nossas associações profissionais, para contrariar ou ao menos denunciar essas estratégias da antropologia contrainsurgente dos Estados Unidos? Qual é a condição ético-política das ciências sociais na América Latina?

Os acadêmicos a serviço do império: a Iniciativa de Pesquisa Minerva

Desde o ano de 2008, os militares dos Estados Unidos contam com um ambicioso programa de pesquisa denominado *The Minerva Research Initiative*, criado pelo então Secretário de Defesa Robert Gates, com o objetivo de alcançar “uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, culturais e políticas que dão forma às regiões de interesse estratégico (para o governo desse país) ao redor do mundo”.²³ Em seu início, esse programa recebeu um fundo de 50 milhões de dólares, que foram sendo incrementados ao longo desses anos, e cujo destino – entre outros – tem sido financiar os acadêmicos das universidades estadunidenses e os especialistas de outros centros de investigação para trabalharem como analistas nos temas que podem ter incidência nas políticas do Estado de segurança *nacional* imperialista.

O Departamento de Defesa, através da Iniciativa Minerva, pretende respaldar e concentrar recursos nas melhores universidades do país; definir e desenvolver conhecimento fundamental em torno

23 Ver página da The Minerva Research Initiative disponível em: <<http://minerva.dtic.mil>>.

das fontes de conflitos presentes e futuros, com atenção especial na compreensão das trajetórias políticas de regiões chave no mundo e; procurar melhorar a habilidade do Departamento de Defesa em desenvolver pesquisa de uma “ciência social de vanguarda” e estudos interdisciplinares levados a cabo pelos *melhores investigadores* nesses campos. Em suma, trata-se de recrutar a nata de seus intelectuais para a glória e perduração do *Destino Manifesto*.

A Iniciativa Minerva, em 2013, anunciou, em sua página na internet, a lista de 14 vencedores, escolhidos entre mais de 300 candidaturas que concorreram para receber fundo para o período de investigação de 2013 a 2016, com temas como “A força das regras sociais através das culturas: implicações para o conflito e a cooperação intercultural”, a ser realizada por Michele Gelfand, do Departamento de Psicologia da Universidade de Maryland; ou “A geografia humana da Resiliência e da mudança; os direitos à terra e a estabilidade política nas sociedades indígenas da América Central”. Esta última pesquisa estará a cargo de Jerome Dobson, professor da Universidade do Kansas e presidente da American Geographical Society, que pretende elucidar o impacto desses fatores “sobre as capacidades do Ministério de Defesa e as implicações gerais para a defesa nacional dos Estados Unidos”. O doutor Dobson explicita que o valor pedido para o período potencial de cinco anos é de U\$ 3.001.985,00 mas, curiosamente, não identifica em seu resumo de pesquisa nem os países da “América Central” no quais incursionará e nem os povos indígenas que serão seus “objetos de estudo”.

O ilustre geógrafo pretende definir, digitalizar cartograficamente e avaliar os regimes de uso da terra das municipalidades indígenas da “América Central” e se vangloria de que, com seus dados e resultados, os militares de seu país obterão “novos recursos para realizar a pesquisa geográfica humana, comparável com (porém mais avançada que) aquelas realizadas extensivamente durante as

Primeira e Segunda Guerras Mundiais”. Fica a dúvida se, nessa ocasião, o Dr. Dobson se apresentará diante de seus pares acadêmicos nesses países e comunidades indígenas “estudadas” como um pesquisador pago pelo Departamento de Defesa do governo dos Estados Unidos ou negará o uso militar de sua informação como o fez em Oaxaca com o denunciado Projeto México Indígena.²⁴

A Iniciativa Minerva organiza ainda conferências anuais de dois dias, com painéis universitários, altos funcionários do Departamento de Defesa encarregados de elaborar estratégias e políticas, assim como com o pessoal responsável por operações militares, cujo propósito é reportar os projetos de pesquisa em marcha e refletir sobre os impactos de Minerva nas ciências sociais. Em 2013, a reunião teve lugar no campus da Universidade da Califórnia, nas emblemáticas datas de 11 e 12 de setembro, e contou com a presença do Comité Diretor da Minerva, que incluiu o subsecretário para Estratégia do Departamento de Defesa, Daniel Chiu, e o coordenador do Conselho Nacional de Inteligência, Christopher Kojm, um dos conferencistas principais.

O público de uma reunião tão distinta era formado por aproximadamente 150 convidados, selecionados entres estudiosos e especialistas nas áreas prioritárias do programa. Assim, as sessões versavam sobre:

1. Dinâmica estrutural em organizações violentas;
2. Liderança e sucessão em regimes autocráticos;
3. Insurgências e espaços ingovernáveis na África Ocidental;
4. Tecnologia, poder e segurança na China.
5. Mobilização para a mudança. Quem se torna terrorista?
6. Energia e estabilidade

24 Ver adiante.

7. Mudança climática, acesso aos recursos e segurança.
8. Proteção do poder em um mundo globalizado.²⁵

Não podia faltar, na lista de projetos chave da Minerva atualmente em curso, o da colega antropóloga Montgomery McFate, precursora do programa de cientistas sociais *inseridos* nas brigadas de combate das guerras neocoloniais no Iraque e Afeganistão (*Human Terrain System*), que dirige a pesquisa “Conhecimento cultural e segurança nacional”. Atualmente, MacFate está escrevendo um livro com o sugestivo título *Military Anthropology*,²⁶ no qual responde a uma questão básica de sua investigação: o que podemos aprender da experiência de vida e do legado intelectual de um certo número de cientistas sociais que contribuem diretamente com as operações militares?

A diligente antropóloga informa que já completou cinco capítulos, cada um dos quais trata de um conceito particular, tais como: liderança militar, informação nas operações, objetivos estratégicos, guerra irregular, insurgência, contrainsurgência e inteligência etc., isto é, um futuro *best seller* que, sem dúvida, será recomendado como livro de texto de todos os departamentos e faculdades de antropologia militar.

Silêncios e cumplicidades em torno das Expedições Bowman

Quando Aldo González, dirigente zapoteca da União das Organizações da Serra de Juárez, em janeiro de 2009, denunciou o *Projeto México Indígena* por geopirataria e ser financiado pelo De-

25 The Minerva Research Initiative. Disponível em: <<http://minerva.dtic.mil>>.

26 O livro, lançado em 2018, recebeu o título *Military Anthropology. Soldiers, Scholars and Subjects at the Margins of Empire*.

partamento de Estudos Militares para o Exterior (Foreign Military Study Office - FMSO) do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, nenhuma associação profissional de antropólogos, geógrafos e sociólogos no país saiu em sua defesa diante da réplica raivosa dos professores da Universidade do Kansas, Peter Herlihy e Jerome Dobson, coordenadores da pesquisa, que tentaram acusá-lo de falsamente montar uma representação da comunidade, de estar “politicamente motivado” e de fazer acusações infundadas.

Desde que se desatou essa controvérsia, cinco anos se passaram, numerosos artigos foram escritos, inclusive um livro sobre o caso, *Geopiracy: Oaxaca, Militant empiricism and Geographical Thought* (Wainwright, 2012), e podemos constatar que as imputações de Aldo teriam razões e bases bem sólidas. Hoje, sabemos que o *Projeto México Indígena* constitui parte das conhecidas Expedições Bowman que, de maneira concisa, implicam a utilização da geografia para um mapeamento das regiões de interesse estratégico dos Estados Unidos, com fins militares, geopolíticos e de benefício corporativo

Uma das suposições “teóricas” mais importantes, *a raison d’être* das Expedições Bowman, provém do tenente coronel Geoffrey B. Demarest que, antes de fazer parte do *Projeto México Indígena* como um dos analistas principais, contava com uma folha de serviços *muito distintos* em favor dos esforços contrainsurgentes do imperialismo estadunidense na América Latina. Demarest foi treinado na Escola das Américas do exército de seu país, macabro centro de ensino de torturadores e golpistas dos Estados Unidos na região, e atuou como adido militar da embaixada dos Estados Unidos na Guatemala entre 1988 e 1991, justamente durante o período de auge da guerra suja, caracterizado por terríveis massacres contra populações indígenas. E mais, o tenente coronel pôs em prática seus conhecimentos *especializados* na Colômbia (que coin-

cidência!), onde esteve realizando trabalhos geográficos de campo até o ano de 2003, quando escreve um ensaio publicado no Departamento de Estudos Militares para o Exterior, com o sugestivo título “Mapping Colombia: geographic information and strategy”, no qual correlaciona abertamente seus estudos geográficos com o desenvolvimento de uma exitosa guerra contrainsurgente.

Esse especialista militar sustenta, como hipótese principal de trabalho, que a propriedade comunal é a matriz da criminalidade e da insurgência; ainda mais, em um livro de sua autoria, intitulado *Geoproperty: Foreign Affairs, National Security and Property Rights* (1998), afirma “que a posse informal e não regulada de terras favorece o uso ilícito e a violência” e, em consequência, propõe a privatização como “o único caminho para o progresso e a segurança da América Latina”. Em suma, para este investigador designado pelo Foreign Military Studies Office (FMSO) para integrar as Expedições Bowman é fundamental o desaparecimento das formas de propriedade coletiva que sustentam os processos autonômicos dos povos indígenas, já que “o poder estratégico se converte na habilidade de reter e adquirir direitos de propriedade ao redor do mundo”.

Essa tese em defesa da propriedade privada – que é chave para entender o interesse do Pentágono na posse das terras, suas *borderlands* –, assim como a participação do tenente coronel Geoffrey B. Demarest no *Projeto México Indígena* e nos esforços explicitamente contrainsurgentes na Colômbia, como parte das Expedições Bowman, são ocultadas por Herlihy e Dobson em suas refutações autocomplacentes e em suas bibliografias. Eles se apresentam, paradoxalmente, como defensores ferrenhos dos povos indígenas, de uma geografia a serviço da paz e se orgulham de que todos os participantes do Projeto – autoridades universitárias, auxiliares de pesquisa e seus professores mexicanos – estavam cientes de que *México Indígena* era subvencionado pelo Departamento de Defesa

dos Estados Unidos, testemunho que não favorece em nada nem as ditas autoridades nem os integrantes do Projeto.

Associações profissionais, faculdades, departamentos e pesquisadores independentes optam por um silêncio cômodo, e, inclusive, há casos de aberta adesão a projetos tão objetáveis como *México Indígena*. Imagino que o doutor Jeremy Dobson, que em 2013 recebeu mais de 3 milhões de dólares do Departamento de Defesa, através da *Iniciativa Minerva*, se apresentará em breve, se já não o fez, em algum *campus* universitário da “América Central”, como se assevera no resumo da pesquisa, buscando a cooperação acadêmica local, de acordo com sua costumeira generosidade científica. Nesse caso, me pergunto: como reagirão as autoridades desses centros de saber e seus professores-investigadores? Aceitarão novamente participar como auxiliares subalternos (naturalmente), em pesquisas rapinantes com-quem-se-importa-qual-é-a-fonte-de-financiamento, desde que não seja deixado de fora dos circuitos da colonialidade acadêmica realmente existente – vistos, estadias sabáticas, revistas indexadas, congressos, em suma, a acumulação curricular primitiva?

Por certo, nenhuma associação profissional de antropólogos, geógrafos, sociólogos ou psicólogos de nosso país se pronunciou ou organizou uma reunião pública ou de seus agremiados para discutir o uso, pelos Estados Unidos, de sua respectiva disciplina em tarefas contrainsurgentes em nossas terras, ou nas guerras e ocupações neocoloniais em outros países; tampouco parece preocupar muito os colegas que outra *Expedição Bowman* esteja por se iniciar em algum “obscuro rincão” de nossa América. Com certeza, aqui haverá um Aldo ou uma comunidade indígena que denuncie a geopirataria contrainsurgente!

Outra Expedição Bowman, agora em Honduras

Em maio de 2014, um professor indígena me comunicou sua preocupação diante do que parecia ser outra investigação de geopirataria contrainsurgente estadunidense nas etnorregiões dessa república irmã. A mensagem continha um documento em arquivo anexado no qual a Universidade do Kansas, em convênio com a Universidade Pedagógica Nacional Francisco Morazán e *O Projeto Indígena*, convocava publicamente para uma seleção de trabalho cujos requisitos eram, além de ser estudante da UPNMF do primeiro e segundo ano, pertencer a qualquer dos povos indígenas de Honduras e falar a respectiva língua, ter reconhecida liderança em sua comunidade e conhecimento básico de computação e coleta de dados. Os interessados deveriam apresentar seus documentos na Faculdade de Humanidades dessa Universidade, entre 24 e 31 de outubro de 2013. Isto é, os investigadores estadunidenses requeriam auxiliares-informantes-linguistas-coletores nas comunidades indígenas para coleta de informação para uma pesquisa já em andamento, cujos objetivos, propósitos e fontes de financiamento não se especificam na convocatória, muito menos foram consultados os povos e suas organizações: o *modus operandi* das Expedições Bowman.

Outro colega hondurenho me forneceu alguns dados a mais que confirmaram temores iniciais. Trata-se de uma investigação em curso, a nível nacional, com o título, desta vez, de “Municípios indígenas, uso da terra e conflitos”, tema recorrente dos geógrafos contrainsurgentes, e seu objetivo é mapear digitalmente todas as comunidades indígenas. A composição da equipe diretiva não deixa lugar para dúvidas: entre os responsáveis pela investigação se encontram Peter Herlihy, o mesmo geógrafo cultural que coordenou o *Projeto México Indígena*, dois geógrafos cujos nomes não são fornecidos (não será um deles Jerome Dobson que, lembramos, acaba de receber três milhões de dólares para uma investigação na

“América Central”, e um antropólogo social, que não podia faltar em uma Expedição Bowman. Herlihy é conhecido em Honduras por ter trabalhado para uma agência alemã de cooperação nos anos 1990, em Moskitia,²⁷ e ter participado do zoneamento do ecossistema do Rio Plátano, e – na opinião de nosso colega – “tem muita influência entre as organizações indígenas da Moskitia, na medida que já o conhecem, tendo colaborado com o manejo de recursos naturais.”

O que talvez não seja de domínio público em Honduras são as acusações fundadas, no México, feitas ao professor Herlihy por ser recorrentemente financiado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, especificamente pelo Departamento de Estudos Militares para o Exterior (com sede em Kansas), por realizar pesquisas consideradas como geopirataria e praticar uma geografia cultural com objetivos finais contrainsurgentes e em benefício de corporações.

As fontes em Honduras afirmam que certos dirigentes indígenas Tawahkas e Miskitos se manifestam em favor do projeto e inclusive alguns foram convidados, em 2013, para a Universidade do Kansas. A oferta de trabalho remunerado para estudantes e professores da “nação anfitriã” (termo utilizado nos manuais de contrainsurgência estudados nesse livro), assim como a assinatura de contratos de colaboração com universidades locais jogam seu papel para o apoio irrestrito às “intervenções científicas” estadunidenses, as quais encobrem uma vasta gama de interesses ocultos e que geralmente são muito discretas quanto a revelar suas fontes de financiamento. Por sua vez, as autoridades universitárias se mostram pelo menos omissas com relação a um fator chave de todo intercâmbio interinstitucional de “cooperação acadêmica e científica”:

27 Esclarecendo que se trata da segunda maior região de floresta na América Central; é o maior complexo de áreas protegidas de Honduras; as comunidades indígenas Miskitu, Tawakna e Pech reivindicam direitos territoriais na zona de reserva cultural, e há inúmeros conflitos na região. [N dos T.]

“*follow the money*”, aconselhava “Garganta Profunda” aos jornalistas que investigavam o Caso Watergate. Se a Universidade Autónoma de San Luís de Potosí, no México, e a Universidade Pedagógica Nacional Francisco Morazán, em Honduras, tivessem “seguido a pista do dinheiro” teriam chegado ao Pentágono.

A outra hipótese é que essas autoridades estavam a par dos apoios econômicos do Departamento de Estudos Militares para o Exterior e que, por razões pragmáticas ou afinidades ideológicas, não tiveram dúvidas sobre continuar a manter as “trocas científicas” com os geógrafos da Universidade do Kansas. Nesse sentido, é significativo que, em uma promoção da Sociedade de Geógrafos Americanos (sic) sobre o *Projeto México Indígena* como “protótipo” das Expedições Bowman, se ostentem os logotipos da Universidade Autónoma de San Luis Potosí, da Universidade do Kansas, da Universidade de Carleton-Canadá, da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais junto do logotipo bem visível do Foreign Military Studies Office do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.²⁸ Ver para crer! De todo modo, explica-se – em parte — que as organizações Garífunas quem têm denunciado às Expedições Bowman em seu país me comuniquem que suas petições foram amplamente ignoradas pelas autoridades acadêmicas e governamentais, assim como pelos meios de comunicação hondurenhos.

Não é casual que Honduras (país que sofreu um golpe de Estado sangrento com o suporte subterrâneo dos Estados Unidos, com um importante movimento cidadão, indígena, negro e popular brutalmente reprimido, com muitos mortos, desaparecidos, presos e torturados e com ao menos oito bases militares e postos de inteligência estadunidenses no seu território) seja objeto de uma Expedi-

28 Disponível em: <openanthropology.files.wordpress.com/2010/06/agsmexico.pdf>.

ção Bowman. Recordemos que os geógrafos contrainsurgentes aparecem em momentos de plena mobilização da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO). Com segurança, os povos de Honduras saberão responder a essa rapinagem *acadêmica* imperialista.

Mais uma vez, Expedições Bowman na Costa Rica

Em de maio de 2015, Peter Herlihy, operador acadêmico das Expedições Bowman, foi convidado para um “conversatório”²⁹ na Universidade Nacional da Costa Rica, para responder às denúncias que se fizeram sobre o projeto “América Central Indígena”, intitulado por seu pesquisador principal, Jerome E. Dobson, de “A geografia humana da resiliência e da mudança: Direitos de terra e a estabilidade nas Sociedades Indígenas da América Central”.

Acusando-me de *fabricar discursos* para dificultar seu trabalho no México, Honduras e Costa Rica, “para gravá-los na mente de professores e alunos”, e de mentir sobre sua relação com militares estadunidenses, Herlihy declara sentir-se “orgulhoso” de receber fundos (3 milhões de dólares nos primeiros três anos) através da considerada, pelo investigador, “prestigiosa” Iniciativa Minerva, um consórcio que, como se lembrará, foi estabelecido pelo então Secretário de Defesa dos Estados Unidos, em 2008, com o propósito de financiar investigações de interesse estratégico para a “segurança nacional” desse país. Sustenta, com humor involuntário, que receber financiamento de Minerva “é como uma bolsa do Departamento de Educação”, e que tal consórcio “não tem fins militares e sim educativos”. O professor Herlihy, que não poupa adjetivos ao qualificar seu trabalho de 30 anos “em benefício dos povos indígenas”, afirma

29 Esse é um termo informal mexicano para algo que é mais formal que uma conversa entre amigos acadêmicos e menos formal que um seminário. Por ser um neologismo bastante interessante, preferimos manter no original [N. dos T.]

taxativo que “não está trabalhando para o exército”, “não temos vínculo ou contatos”, “não temos amigos”, “não temos entregado informação ao exército”.

Será que os militares dos EUA outorgam a pesquisadores dedicados, protetores dos povos indígenas, milhões de dólares para não receber NADA em troca? Que, igual às Filhas de Maria ou aos Franciscanos, fazem o bem sem ver a quem? Para consternação dos geógrafos ingênuos (?), a própria página da Iniciativa Minerva se encarrega de refutar tais afirmações, já que estabelece, sem deixar dúvida, o propósito com o qual foi fundada:

Assim como nossas forças militares não poderiam funcionar de modo eficaz sem entender o terreno e o entorno físico, a detecção dos atores radicais e as rupturas do regime estão limitadas por nossa compreensão dos ambientes culturais e políticos nos quais se desenvolvem essas ameaças. A Iniciativa de Investigação Minerva [...] produzirá decisões políticas/estratégicas e operacionais mais eficazes. Os acadêmicos [financiados por] Minerva já relataram ideias relevantes para o soldado em combate (warfighter) a altos funcionários como o Chefe de Estado-Maior Conjunto, para aqueles que tomam decisões na política da Comunidade de Defesa e, no campo, aos nossos comandantes combatentes.

Em sua palestra na Universidade Nacional da Costa Rica, Herlihy tampouco informou sobre a presença, na equipe coordenadora das Expedições Bowman, do tenente coronel Geoffrey Demarest, doutor em geografia precisamente pela Universidade do Kansas (*alma mater* das Expedições Bowman), cuja folha de serviços relevantes na contrainsurgência na América Latina (Escola das Américas, Guatemala, Colômbia...) tem sido difundida amplamente, assim

como sua conhecida hipótese de trabalho de que *a posse comunitária da terra é matriz do crime e da insurgência*. Este teórico da guerra assimétrica, em seu primeiro livro (*Geoproperty: Foreign Affairs, National Security and Property Rights*) afirma que a posse de terra é um tema crucial para a segurança nacional dos Estados Unidos, enquanto que em sua última publicação (*Winning Insurgent War: Back to Basics*), este amigo de Herlihy afirma que o êxito de uma guerra insurgente requer o controle da terra e é um vital conhecimento empírico da geografia tanto física como humana, ambas inseparáveis.³⁰

Também nessa conversa foi convenientemente silenciada a indicação feita pelo colega Joe Bryan sobre o Informe Final do Projeto México Indígena apresentado pelo mesmo Herlihy ao Escritório de Estudos Militares para o Estrangeiro (FMSO), assim como a visita que ele e Dobson fizeram em 20 de outubro de 2006 ao Forte Leavenworth, onde se reuniram com o general David Petraeus, que apoiou o uso de antropólogos inseridos nas brigadas de combate no Iraque e Afeganistão e com quem conversaram sobre os benefícios da “geografia digital do terreno humano”, por meio da qual se pode identificar, em um mapa multiescalar, um lugar específico e o povo que o habita,

mostrando o idioma, a etnicidade, religião, afiliação política e outras características consideradas importantes por razões humanitárias, militares, científicas e econômicas [...] (Herlihy et al., 2008, p. 35 apud Bryan, 2010, p. 2).

30 Ver El Factor Demarest. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=G1b3cJdVY-Q&feature=youtu.be>.

Bryan (2010, p. 2), continua:

Depois dessa reunião, desfrutaram de uma visita privada à base, que incluiu fazer uma foto em frente à estátua do Soldado Búfalo, que comemora precisamente as “Guerras Índigenas” estadunidenses e uma olhadinha no quartel do general George Armstrong Custer [...].

Na defesa de Herlihy, basicamente laudatório, empirista e autoindulgente, não somente não existe uma história do projeto e seu rastro de denúncias e controvérsias sobre o que se qualificou como geopirataria na primeira das Expedições Bowman com o *Projeto México Indígena*, que obrigou a Associação Americana de Geógrafos (AAG) a organizar uma comissão que investigaria se havia ocorrido violações a seu Código de Ética [PH2]. Tampouco há menção ao contexto sócio-político em tempos de capitalismo neoliberal e ao papel que exercem os Estados Unidos nessa guerra planetária contra os povos indígenas e não indígenas em busca de sua desterritorialização e despossessão dos recursos naturais e estratégicos. Sem história, sem memória, contexto ou teoria, o projeto “América Central Indígena” é a expressão de uma ciência a serviço daqueles que pagam as pesquisas e centralizam as informações: neste caso, os militares dos Estados Unidos.



Manual de campo das forças especiais número 31-20-3

Através do *Wikileaks*,³¹ tive acesso ao *Manual de Campo 31-20-3, táticas, técnicas e procedimentos de defesa interna para as Forças Especiais no estrangeiro*, o terceiro de uma série produzida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com o propósito de instruir e guiar sua *soldadesca* nas tarefas intervencionistas e repressivas em âmbito mundial, sob a cobertura propagandista de *ajudar* outros governos a libertar e proteger suas sociedades da subversão, da desordem e da insurgência.

O que seria de nós se os rapazes de *Tio Sam* não estivessem prontos para nos salvar do caos?

Como se pode recordar, os intelectuais do Pentágono inventaram uma entelúquia eufemística-política-ideológica denominada “nação-anfitriã”, isto é, governos complacentes com os Estados Unidos e que enfrentam situações desestabilizadoras de variados tipos, mas, sobretudo, insurgências armadas e movimentos sociais que contam com o apoio popular, em face das quais recorrem ao *desinteressado* auxílio contrainsurgente dos *rambos* das forças especiais estadunidenses.

31 O *Wikileaks* é, nos termos de sua *homepage*, “uma organização multi-nacional de mídia com uma biblioteca associada”. Fundada por Julian Assange publica em sua página virtual, sob o anonimato de suas fontes, documentos confidenciais que vazaram, seja de governos ou grandes empresas.” [N. dos T.]

Assim, o *Manual de campo* assinala que

Uma premissa básica de política exterior dos Estados Unidos é que sua segurança e de suas instituições e valores fundamentais [leia-se: capitalismo] será melhor preservada e fortalecida como parte de uma comunidade de nações realmente livres e independentes [leia-se: sujeitas à órbita imperial estadunidense]. A este respeito, os Estados Unidos se esforçam em encorajar outros países no cumprimento de sua parte na preservação desta liberdade e independência [leia-se: regime autoritário e de renúncia da própria soberania]. [...] O objetivo é apoiar os interesses estadunidenses através de um esforço comum [mais claro que a água]. [...] Onde interesses nacionais estadunidenses significativos estão envolvidos [leia-se: corporações, petróleo, territórios geoestratégicos], os Estados Unidos proverão assistência militar e econômica para complementar os esforços dos ditos governos [leia-se: para manter a ordem estabelecida]. (United States, 1994/2003, p. 1-2).

Em suma, o propósito político do manual é a defesa dos interesses do imperialismo estadunidense por meio do assessoramento e treinamento contrainsurgente de tropas de cipayos³² da nação anfitriã.³³

32 Mantivemos a palavra *cipayo* por se tratar de referência muito particular, feita pelo autor do livro, aos soldados indígenas do século XVIII que lutavam a favor dos impérios europeus. [N. dos T.]

33 *Manual de campo 31-20-3, táticas, técnicas e procedimentos de defesa interna para as Forças Especiais no estrangeiro, FM-31-20-03, 2003*: wlstorage.net/file/us-fm-31-20-3.pdf (para a tradução, consultamos o manual *Foreign Internal Defense Tactics, Techniques, and Procedures for Special Forces* no endereço: <<https://file.wikileaks.org/file/us-fm-31-20-3.pdf>> [N. dos T.]

A partir desta *proposição essencial*, o manual cobre, em detalhes, todas as facetas da guerra contrainsurgente monitorada pelos militares estadunidenses: atividades que antecedem a missão intervencionista, as análises preliminares, as autorizações para treinamento, a implantação na nação anfitriã, os programas de instrução das tropas, as operações táticas, o controle da população, as operações conjuntas, as atividades posteriores à missão, bem como anexos que vão desde considerações legais (*sic*), operações de inteligência, forças de autodefesa civil (paramilitares), estabelecimento de bases, técnica de minas e outras.³⁴

Como em outros manuais comentados, este texto dá importância ao verniz culturalista que os colegas antropólogos dedicados à contrainsurgência têm recomendado aos militares. Isso inclui uma espécie de manual de urbanidade com regras elementares de etiqueta e bom comportamento para que os nativos não se sintam diminuídos, manipulados ou discriminados pelos assessores gringos, subitamente transformados em políglotas, cortesões, cuidadosos do multiculturalismo, das diferenças de gênero e guardiões das leis e dos hábitos democráticos que aprenderam no Iraque ou Afeganistão. Tal suporte, ou “educação”, é oferecido a um preço *menor* do que custou em países destruídos e aterrorizados pelas *execuções*, por torturadores, desaparecidos e prisioneiros.

O manual não descuida do papel da imprensa e dos meios de comunicação de massa nos esforços contrainsurgentes, entre eles, claro, o Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIA), o qual se atribui a tarefa de influir na opinião pública de outras nações, em favor dos já assinalados objetivos da política exterior de seu governo, publicizando suas ações, fazendo contrapropaganda às opiniões contrárias aos Estados Unidos, coordenando as operações psicológicas abertas sob a guia do Departamento do Estado.

34 *Ibidem*, pp. 1-2.

Outro aspecto a destacar do manual é a importância que outorga ao recrutamento e integração de *forças paramilitares* ou *irregulares* como parte integral da batalha contrainsurgente – componente clandestino que temos denunciado em diversas ocasiões, no caso mexicano, e que continua tendo um papel estratégico atualmente graças à ação de grupos do narcotráfico que atuam como paramilitares.

O manual é também muito claro quanto ao envolvimento direto de forças de combate estadunidenses: se a situação do governo da nação anfitriã se deteriora a tal ponto que os interesses vitais dos Estados Unidos se veem em perigo, e para produzir uma decisiva mudança no conflito – o qual pode ser não apenas de natureza contrainsurgente, podendo ser provocado pelo narcotráfico. Este aspecto deve ser levado muito a sério para análises mais conscientes da situação mexicana.

A ação de *esquadrões da morte* ou grupos de assassinos de aluguel é aprovada no texto comentado, e inclusive descrita com precisão e cinismo:

Caçador-Matador. As forças amigas podem usar esta técnica [sic] em operações de consolidação... Elas usam esta técnica de caçar e destruir pequenos focos inimigos isolados. A equipe de caçador-matador consiste em duas seções: os caçadores e os assassinos. Os caçadores devem portar equipamentos leves e são altamente móveis. Sua missão é localizar as forças inimigas enquanto mantêm uma comunicação constante com os executores, que estão alerta e prontos para entrar em ação. Quando os caçadores fazem contato, estes notificam aos assassinos. (United States, 1994/2003, p. c-3).

Não cabe dúvida. Os caminhos da *democracia à moda estadunidense* são tenebrosos e fatais.

Recordemos que o Manual de Campo 31-20-3 [*Táticas, técnicas e procedimentos de defesa interna para as forças especiais no estrangeiro*] parte da premissa subjacente de que os Estados Unidos têm uma missão a cumprir em âmbito mundial que é a salvaguarda dos interesses desse país diante das ameaças consideradas de “menor escala” – que as relações com a confrontação Leste-Oeste – como o terrorismo, a subversão, a insurgência e o tráfico de drogas.

Esta tarefa planetária, herdada das noções do “Destino Manifesto” que outorgam a esse povo escolhido pela *Providência* o direito de expandir-se para além de suas fronteiras, supostamente em nome *da liberdade e da democracia*, exige a elaboração de incontáveis manuais destinados à aprendizagem de suas *forças especiais* para conduzir a guerra contrainsurgente a *qualquer obscuro rincão do mundo* (Bush *dixit*), onde “a desordem interna seja de tal natureza que constitua uma ameaça significativa aos interesses nacionais dos Estados Unidos”.

O manual não se distingue pela profundidade das análises históricas, sociológicas ou políticas, as quais são substituídas por receitas maniqueístas que pretendem se passar por científicas e que conformam, em realidade, um conjunto de categorias classificatórias de ordem prática que guiam a ação de suas forças armadas. Assim, define-se a insurgência como “um movimento organizado com o propósito de derrubar o governo constituído através do uso da subversão e do conflito armado” (United States, 1994/2003, p. 1-2). Os cientistas políticos e sociólogos a serviço da guerra contrainsurgente concluem bravamente que há sete elementos comuns em toda insurgência: “liderança, ideologia, objetivos, ambiente e geografia, fases e tempos (do desenvolvimento do movimento), apoio externo, e padrões operativos e organizativos” (United States, 1994/2003, p. 1-18). Sustenta-se, ainda, que há três estratégias gerais da insurgência: o foco ou foquismo, aquela orientada para as massas e aquela

tradicional, classificando a insurgência “liderada por Castro e por *Che Guevara*” na primeira, Vietnam na segunda, e a rebelião dos Huk, nas Filipinas, na terceira.

Aprendendo por meio de suas derrotas militares – como a sofrida no Vietnam –, e que por certo nunca são mencionadas nos manuais estudados, insiste-se em que a missão primordial das forças especiais, na defesa estrangeira externa, é organizar, treinar, aconselhar e desenvolver a capacidade tática e técnica das forças militares da chamada “nação anfitriã”, de tal maneira que estas possam derrotar a insurgência “sem o envolvimento direto dos Estados Unidos”. Isto é, pretende-se que os custos humanos, materiais e todo o impacto da guerra sejam pagos pela “nação anfitriã” e que os exércitos de nossos países cumpram com as diretrizes repressivas dos Estados Unidos contra toda a gama de movimentos sociais, que sempre podem ser considerados como *accessórios* ou *cúmplices* dos insurgentes. A “guerra contra o narcotráfico”, no México, por exemplo, que contabiliza, em mais de sete anos, aproximadamente 120 mil mortos, milhares de desaparecidos e uma agressão permanente contra os movimentos populares, foi imposta pelos Estados Unidos e levada a cabo por Felipe Calderón, presidente ilegítimo da “nação anfitriã”, e, agora, por Enrique Peña Nieto, sem que os Estados Unidos sofra minimamente suas consequências.

O manual especifica que a “nação anfitriã” sempre pode obter equipes e equipamento dos Estados Unidos para enfrentar a ameaça interna à sua segurança causada por *indivíduos sem lei* como os narcotraficantes, que, no caso mexicano, se plasmam com a Iniciativa Mérida. O que não se informa no documento é que o governo desse país também fornece armas aos próprios “indivíduos sem lei”, e inclusive lava o dinheiro de suas operações criminosas, como se vem documentando também em *La Jornada*, porque a guerra é instrumental à estratégia estadunidense de tomar o controle da “nação anfitriã”.

Coalizão é outro dos eufemismos que o manual adota para encobrir midiaticamente as incursões neocoloniais dos Estados Unidos e de seus aliados europeus como as executadas no Iraque e Afeganistão. Tornar realidade o apoio a estas *coalizões* é uma tarefa adicional a ser estudada pelas forças especiais estadunidenses, para a qual se considera muito importante uma compreensão profunda da área (a ser invadida) e da gente que ali vive, “orientação regional, consciência cultural e habilidades no manejo de outras línguas são necessárias para cumprir com êxito a missão” (United States, 1994/2003, p. 1-18).

O manual traz ainda um apêndice sobre considerações legais, as quais especificam que as operações das forças especiais deveriam ser conduzidas de acordo com as leis internacionais e as que regem tais operações em território estadunidense. São mencionadas especificamente as quatro Convenções de Genebra de 1949, que proveem a fonte primária dos direitos e obrigações das pessoas envolvidas em conflitos internos ou não internacionais, demandando um trato humanitário aos prisioneiros, feridos e enfermos e, proibindo o uso da violência em qualquer de suas formas, em particular o assassinato, a mutilação, a tortura, os tratos cruéis e degradantes, a tomada de reféns, as execuções extrajudiciais e os julgamentos sem o devido processo legal. Estas exortações resultam retóricas e profundamente contraditórias com as realidades de grosseiras violações aos direitos mencionados nas inumeráveis guerras contrainsurgentes e operações encobertas levadas a cabo no mundo inteiro pelas forças armadas estadunidenses. Mais, o apêndice recomenda a busca de um acordo internacional que garanta a imunidade diplomática para suas tropas nos países onde estão “estacionadas”. Isto é, impunidade total para o exercício efetivo do terrorismo global de Estado.

A futurologia das estratégias estadunidenses

As estratégias militares e de espionagem dos Estados Unidos têm um vício em *futureologia* que se manifesta em sua propensão a imaginar, supostamente de acordo com as realidades atuais, de que forma será “seu” mundo no ano 2030, por exemplo. Recordemos as previsões dos informes chamados “Tendências Globais”, que produzem os “tanques pensantes” [*think tanks*]³⁵ a soldo da Agência Central de Inteligência (CIA) e seus múltiplos organismos associados, constituindo-se em materiais de leitura obrigatória para a “batalha das ideias”, uma vez que neles se refletem as peculiares perspectivas, temores, fobias, racismos, ameaças, psicopatias e, sobretudo, os interesses e ideologias imperialistas de seus autores. David Brooks informou sobre o último destes escritos no periódico *La Jornada*, destacando a projeção do colapso “rápido e repentino” do México, “Estado fraco e fracassado”, como um dos maiores perigos mundiais no futuro (Brooks, 16 de janeiro de 2009). Trata-se de um texto de 51 páginas elaborado pelo Comando Conjunto das Forças dos Estados Unidos com o título de *JOE 2008 (The Joint Operating Environment)*. O propósito do estudo é informar o desenvolvimento conjunto de conceitos e experimentos através do Departamento de Defesa e fornecer uma perspectiva sobre tendências, reações, contextos e implicações para o futuro aos comandantes da força conjunta e outros líderes e profissionais do campo da segurança nacional.

Em seu breve prólogo, o general do Corpo de Fuzileiros Navais e chefe do Estado Maior do Comando Conjunto das Forças Armadas, J. N. Mattis, enfatiza que ninguém tem uma *bola de cristal*, mas, “se não tratamos de vislumbrar o futuro, não há dúvida de que nos surpreenderão

35 Nesta passagem o autor faz um trocadilho entre grupos de especialistas e tanques de guerra, *think tanks* em inglês.

desprevenidos nos momentos em que nos esforçamos para proteger este experimento de democracia que chamamos *América (sic)*” (United State Joint Force Comand, 2008, p. iv). Para ele, *JOE 2008* é “nosso esforço para olhar mais além, informado historicamente, para discernir o mais acertadamente os desafios que enfrentaremos no nível operativo da guerra e para determinar suas implicações inerentes” (United State Joint Force Comand, 2008, p. iv).

Além de uma introdução, o texto é constituído de seis partes:

- I. As constantes.
- II. As tendências que influem na seguridade do mundo.³⁶
- III. O mundo em seu contexto.³⁷
- IV. As implicações para a Força Conjunta.
- V. Algumas questões de fundo.
- VI. Pensamentos conclusivos.

O informe, como a grande maioria dos manuais de contrain-surgência e de outros escritos de militares estadunidenses, conta com epígrafes no início de cada seção – geralmente de filósofos chineses ou gregos –, que sintetizam algumas das ideias centrais e pretendem demonstrar que, além de pistoleiros profissionais a serviço de seu país e do capitalismo, os autores passaram por alguma universidade, ou seguem ao menos as regras esnobes da academia.

A introdução deixa claro que, para os militares estadunidenses, o mais previsível no futuro próximo é o conflito bélico:

A guerra tem sido o principal direcionador da mudança ao longo da história e não há razão para

36 Neste item do JOE 2008, o interesse sobre o Brasil país é mais realçado, e o motivo está em ser este, talvez, o único país a ter grandes possibilidades futuras de descoberta de petróleo. [N. dos T.]

37 As aparições do Brasil neste item estão ligadas à preocupação de sua emergência como *major player* nos anos 2030. [N. dos T.]

crer que o futuro será diferente neste aspecto. Não mudará a natureza fundamental da guerra. A guerra continuará primeiramente como um esforço humano. (United State Joint Force Comand, 2008, Parte I, p. 5).

neste item, onde o interesse sobre nosso país é mais realçado, dão-se por ser este, talvez o único país...

Com este marco de referência sobre o significado “progressista” da guerra, o documento examina três questões:

1. Que tendências e perturbações futuras serão as que mais afetarão as Forças Conjuntas?
2. Como estas tendências e perturbações poderiam definir os contextos futuros para operações conjuntas?
3. Quais são as implicações destas tendências e contextos para as Forças Conjuntas?

Explorando tais tendências, contextos e implicações, o texto fornece as bases para pensar o mundo nos próximos 25 anos.

Já que os estrategistas consideram a guerra como parte essencial da natureza humana, a melhor forma de entendê-la é a partir de uma aproximação e consideração da história. Desse modo, a discussão inicia com o argumento acerca da natureza da guerra, as causas e consequências da mudança e as surpresas, e o papel da estratégia. A segunda parte descreve algumas tendências, descontinuidades e pontos potenciais de conflito que as Forças Conjuntas podem enfrentar. A parte terceira analisa como estas tendências e rupturas se combinam em contextos que poderiam definir as operações conjuntas para os próximos 25 anos. A quarta parte descreve as implicações destes contextos que as Forças Conjuntas confrontarão no futuro incerto e sugere a criação de uma força que possa estar preparada para os desafios que estes contextos apresentarão. A quinta

parte expõe perguntas centrais acerca de temas que podem fugir ao enfoque tradicional deste estudo, mas que têm importantes implicações para o futuro das Forças Conjuntas.

O relatório-previsão sustenta a ideia de que, em muitas partes do planeta, “existem atores não racionais, ao menos em nossos termos”. De fato os militares dividem o mundo entre os que usam a razão (eles, os estadunidenses) e aqueles que estão presos à paixão e se mantêm “fora dos limites das convenções do mundo desenvolvido”: os dos “facões e foices” e homens-bomba suicidas, os que estão “ansiosos para morrer”.

A tensão entre cálculos de poder da política racional por um lado, e as ideologias seculares ou religiosas no outro, combinadas com o impacto da paixão e o azar, fazem da trajetória de um conflito algo difícil senão impossível de prever... Em um mundo onde as paixões dominam, a utilização de uma estratégia racional vem a ser extraordinariamente difícil. (United State Joint Force Comand, 2008, p. 42).

A árdua carga do homem branco!

Não podia faltar no documento recentemente tornado público, *JOE 2008 (The Joint Operating Environment)* do Comando Conjunto dos Estados Unidos, a perspectiva imperialista sustentada pelas estratégias militares e políticas desse país. Ao longo do texto não existe a menor dúvida de que suas forças militares têm, a todo o momento, o direito a intervir em qualquer parte do mundo. Reiteram que:

América [sic] retém o poder da ‘intimidação e da inspiração’. Continuaremos jogando [os militares]

um papel de liderança na proteção dos valores que se originaram na sabedoria e na visão de nossos arquitetos nacionais originais. [...] Continuarão a existir oponentes que tentarão destruir a estabilidade política e negar o acesso livre às comodidades globais da economia do mundo. Neste contexto, a presença, alcance e capacidade das forças militares dos Estados Unidos, com aliados de mentalidade similar, continuarão sendo chamadas a proteger nossos interesses nacionais. (United State Joint Force Comand, 2008, p. 42).

Assim, não há limites para a ação militar estadunidense, nem dúvida acerca das guerras convencionais e contrainsurgentes a se empreender.

Como a discussão de tendências e contextos analisados sugere, o papel e as missões das Forças Conjuntas incluirá a proteção da pátria, a manutenção das comodidades globais, a contenção de inimigos potenciais e, quando for necessário, lutar e ganhar conflitos que podem ocorrer no mundo [...] Entre agora e os anos da década de 2030, as forças militares dos Estados Unidos se encontrarão, certamente, comprometidas em combates. Esta participação pode ser na forma de conflitos regulares maiores, ou em uma série de guerras contra as insurgências. (United State Joint Force Comand, 2008, p. 42-43).

Mais para o fim deste documento, especifica-se que o primeiro conjunto de problemas para o “compromisso mundial” das forças militares dos Estados Unidos é a logística.

as forças conjuntas irão confrontar os problemas associados com o movimento de tropas a enormes

distâncias e em seu suprimento com combustível, munições, peças de reposição e sustento [...] A habilidade para apoderar-se de bases pela força desde o mar ou o ar pode ser o movimento inicial crítico de uma campanha. (United State Joint Force Comand, 2008, p. 48)..

Para a maior preocupação sobre os destinos da humanidade, os estrategistas militares pensam o *impensável*: “ataques a interesses vitais dos Estados Unidos por adversários implacáveis, que se recusem à dissuasão, poderia envolver o uso de armas nucleares ou outras Armas de Destruição em Massa.” (United State Joint Force Comand, 2008, p. 48). Aqui, cabe assinalar que nenhum outro país utilizou as armas atômicas, com exceção dos Estados Unidos em 1945, em sua guerra contra o Japão, o que torna essa mentalidade militar mais ameaçadora.

Os militares estadunidenses atribuem grande importância à luta ideológica no campo da informação, como arma estratégica e política:

As guerras modernas são lutadas em mais lugares que simplesmente os elementos físicos do campo de batalha. Um dos mais importantes é a mídia, espaço no qual “a batalha de vencer a narrativa” ocorrerá. Nossos inimigos já reconheceram que a percepção é tão importante para o sucesso como o próprio evento [...] Ao fim do dia, a percepção do que aconteceu é mais importante do que o que realmente se passou.

Dominar a narrativa de qualquer operação, militar ou não, paga grandes dividendos. Fracassos neste terreno minam o apoio para políticas e operações, e na realidade podem prejudicar a reputação do país e sua posição no mundo. (United State Joint Force Comand, 2008, p. .39).

Essas considerações explicam, por exemplo, os rígidos controles e as proibições aos meios de comunicação independentes que tentam fazer seu trabalho no Iraque, no Afeganistão e na Faixa de Gaza, onde Israel colocou barreiras à mídia para tentar esconder o genocídio do povo palestino. Apesar disso, a “narrativa” do que realmente acontece no Iraque, no Afeganistão ou na Palestina, em razão de suas dimensões vertiginosas e à perseverança do jornalismo comprometido, conseguiu atravessar a censura militar e o trabalho diário de milhares de comunicadores “incrustados” que ecoam as perspectivas imperialistas.

O relatório *JOE 2008* identifica a China como um potencial concorrente militar no futuro e “a ameaça mais séria para os Estados Unidos, porque os chineses podem entender a América (*sic*), seus pontos fortes e fracos, muito melhor do que os americanos (*sic*) entendem os chineses”. (United State Joint Force Comand, 2008, p. 26). Da Rússia, os estrategistas criticam que seus dirigentes tenham optado em maximizar o excedente energético, sem fazer investimentos estruturais que aumentem a produção de petróleo e gás no longo prazo; eles também localizam o potencial explosivo do conflito interno no Cáucaso e na Ásia Central, seus problemas demográficos e a “combinação perigosa de paranoia – algo justificado, considerando a história da Rússia –, nacionalismo e amargura pela perda do que muitos russos consideram seu direito a um lugar como potência mundial.” (United State Joint Force Comand, 2008, p. 29). No entanto, “com o seu arsenal nuclear vasto e aumentado, a Rússia continua a ser uma potencia em termos nucleares, apesar das suas dificuldades políticas e demográficas”. (United State Joint Force Comand, 2008, p. 29).

O exército estadunidense observa com preocupação os conflitos sustentados entre a Índia e o Paquistão na Caxemira e em outras áreas em disputa, levando em conta que ambos os países possuem

armas nucleares. No caso da Europa, o Relatório dedica-lhe apenas quatro parágrafos, em que reconhece seu desenvolvimento econômico, analisa o potencial militar e o compromisso com o tratado do Atlântico Norte, bem como suas possibilidades de uma participação militar mais ativa fora da geografia europeia. Paradoxalmente, e é o mais notável do Relatório, os estrategistas estadunidenses não previram a crise econômica que estava bem embaixo de seus narizes, nem lhes ocorreu que a Criméia poderia voltar a ser parte da Rússia, ante a grande provocação estadunidense na Ucrânia.

As guerras justas de Obama

A propósito da evocação do conceito de “guerra justa” por Barack Obama, no momento em que recebeu o imerecido e desprestigiado Prêmio Nobel da Paz, é necessário recordar V. I. Lenin em sua análise da Primeira Guerra Mundial, na qual estabeleceu alguns critérios gerais para o estudo do conflito bélico:

- a. condena as guerras entre os povos como algo bárbaro e feroz;
- b. estabelece que cada guerra deverá ser estudada em seu contexto e particularidade histórica;
- c. percebe o laço inevitável que une as guerras com a luta de classes no interior de cada país;
- d. reconhece a legitimidade, o caráter progressista e a necessidade das *guerras civis* que lutam os oprimidos contra seus opressores, que faz parte do direito dos povos à rebelião, à revolução e à resistência;
- e. emprega o termo “guerra justa”, que segundo ele foi uma expressão introduzida por W. Liebknecht, quando se refere às guerras de *libertação nacional*, ou pela “defesa da pátria” só no caso dos Estados oprimidos, dependentes,

diminuídos em seus direitos, que resistem às grandes potências opressoras, escravistas e espoliadoras; e

- f. denuncia que as burguesias, em suas guerras imperialistas, manipulam os conceitos de “guerra defensiva”, “defesa da pátria” ou “guerra justa”, para encobrir seus reais objetivos de repartir o mundo entre si e subjugar outras nações.

Os Estados Unidos surgiram como nação da guerra anticolonial contra a Coroa britânica. A partir desse evento, de singular importância histórica, todas as guerras das quais este país participou, até a Segunda Guerra Mundial e depois dela, não tiveram a menor legitimidade: a guerra de extermínio e redução dos povos indígenas que ocupavam o imenso território despojado e expropriado de seus proprietários originais; a guerra de 1812 contra a Inglaterra, que foi uma tentativa malsucedida de anexar o território do Canadá à União Americana; a guerra de conquista territorial (1845-1848) contra a jovem república do México, que alcançou a anexação de mais da metade de seu território ansiosamente procurado pelos “pais fundadores”; a guerra civil que determinou o curso industrial-capitalista da exploração de classes e povos oprimidos no interior da nação; a guerra neocolonial contra a Espanha em 1898, na qual conseguiu apoderar-se de algumas das suas posses territoriais; de onde também derivou a guerra sangrenta de ocupação contrainsurgente dos EUA nas Filipinas de 1889 a 1913; a guerra imperialista (1914-1918), na qual os Estados Unidos se aventuram pela primeira vez na Europa, na fase final do conflito; as numerosas intervenções bélicas abertas e encobertas na América Latina como poder imperialista (onde Sandino conquistou a primeira derrota militar dos EUA na região utilizando a guerra de guerrilhas); a Guerra da Coréia e do Vietnã, para conter a revolução socialista nesses países. Isto para lembrar apenas alguns dos eventos mais importantes.

Inclusive a participação dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial foi realizada com a perspectiva de minar ao máximo a União Soviética, conter o avanço dos comunistas na Europa e, finalmente, estabelecer seus domínios imperiais em âmbito mundial após a derrota do eixo Alemanha-Japão-Itália.

É necessário ressaltar a responsabilidade manifesta dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França na eclosão desta guerra, ao incentivar e permitir o rearmamento da Alemanha, ao dissimular o vertiginoso crescimento de suas forças armadas e ao invocar a neutralidade diante das agressões fascistas na Etiópia em 1935, na Espanha em 1936, na Áustria e na Tchecoslováquia em 1938 e na Polônia em 1939. O antissovietismo e o anticomunismo estiveram presentes ao longo de toda a guerra e foram fator subjacente na singular condução do conflito por parte dos aliados ocidentais da Coalizão anti-hitlerista. O atraso da abertura da Segunda Frente até o ano de 1944, quando o curso da guerra já havia sido definido na frente soviética, e a política sistemática de “pequenas ações”, tinham como objetivo provocar o desgaste e a eventual derrota da URSS. Durante o início e o desenvolvimento da guerra, as classes trabalhadoras integraram a resistência antifascista, isto é, a participação ativa dos povos na resistência nacional e o peso da União Soviética na luta foram transformando a própria natureza da guerra: de imperialista se tornou uma guerra popular, antifascista, cobrando, desse modo, o caráter de uma guerra justa e necessária até a derrota do eixo nazifascista.

O “patriotismo estadunidense” tem se nutrido de uma história de genocídios, etnocídios, despojos e conquistas territoriais. Baseia-se nas noções etnocêntricas e racistas de “povo escolhido” pela “providência” para expandir o seu domínio sobre o continente, em sua primeira etapa, e depois no mundo inteiro; no conceito de “única nação indispensável”; no “destino manifesto”, que deu forma

ideológica ao expansionismo territorial; no intervencionismo permanente e sistemático na América Latina; na conquista de territórios além de suas fronteiras continentais pela ação direta de seus *fuzileiros navais*. Seu patriotismo implica a ideia da “polícia mundial” que monitora o cumprimento de *sua lei* e protege seus interesses e segurança “nacionais” acima de qualquer outro. Alimenta-se dos mitos de “salvadores do mundo” disseminados pela propaganda cinematográfica: os incansáveis *Rambos* matando comunistas, e agora “terroristas”, em nome da justiça, da democracia e da liberdade.

Conceder o Prêmio Nobel da Paz a um Comandante em Chefe de pistoleiros e psicopatas é grotesco e inconcebível e não tem justificação alguma. Obama aumentou o número de tropas no Afeganistão, expandiu sua intervenção no Paquistão, ameaçou o Irã, sofisticou a guerra de ocupação no Iraque – agora com a profunda ajuda de antropólogos mercenários que indicam as rotas culturais para quebrar as redes de resistência e compram iraquianos para matar iraquianos. Ele apoiou o golpe militar em Honduras com malícia e hipocrisia; sustentou o bloqueio contra o povo e o governo de Cuba; continuou com a ocupação da Colômbia através de bases militares que ameaçam a Venezuela e a Bolívia; tudo isso justificado pelo direito de levar a todos os confins do mundo “a guerra justa e necessária”... para as corporações capitalistas dos Estados Unidos.

Mudanças na estratégia militar dos Estados Unidos

A partir da aplicação da antropologia nas ânsias contrain-surgentes dos Estados Unidos e da presença de cientistas sociais como *assessores no campo* das brigadas de combate desse país em suas guerras neocoloniais, um número crescente de profissionais desta disciplina tem se dado a tarefa de estudar a magnitude, as características e as consequências deste descomunal esforço impe-

rialista em manter sua hegemonia militar para salvaguardar seus interesses econômicos, corporativos e geoestratégicos no mundo. Assim, o colega antropólogo David Vine, que prepara um livro sobre as mais de 1.000 bases militares dos EUA em 150 países (ao qual devemos adicionar as 6 mil bases internas), publicou recentemente um artigo, “La estrategia del nenúfar”, traduzido pelo jornal *Rebelión* (18 de julho de 2012), no qual informa sobre a transformação silenciosa que o Pentágono leva a cabo em todo o sistema de bases militares fora do território estadunidense, o que significa uma nova e perigosa forma de guerra.

De acordo com Vine, os militares estadunidenses estão aumentando a criação de bases em todo o planeta, o que eles chamam de *lírrios d’água* (estas folhas ou plantas que flutuam na superfície das águas e servem aos sapos para saltar até suas presas) e que consistem em

Pequenas instalações secretas e inacessíveis com uma quantidade restrita de soldados, comodidades limitadas, armas e suprimentos previamente assegurados... Semelhantes bases lírrios d’água se converteram em uma parte crítica de uma estratégia militar de Washington em desenvolvimento que visa manter a dominação global dos Estados Unidos, fazendo mais com menos em um mundo cada vez mais competitivo, cada vez mais multipolar. (Vine, 2012, online).

Chalmers Johnson, outro acadêmico estadunidense crítico de seu governo e estudioso desses temas, sustenta, em “America’s Empire of Bases”, que

Esta enorme rede de estabelecimentos militares em todos os continentes, exceto na Antártica, constitui atualmente uma nova forma de império – um impé-

rio de bases com sua própria geografia que não parece que poderia ser ensinada em uma aula de geografia escolar qualquer. Sem compreender a dimensão deste mundo entrelaçado de bases em âmbito planetário, não se pode tentar entender as dimensões de nossas aspirações imperiais ou o grau em que um novo tipo de militarismo está minando nossa ordem constitucional. (Johnson, 2004, online).

Johnson argumenta que o ramo militar do governo estadunidense emprega cerca de meio milhão de soldados, espiões, técnicos e empreiteiros civis em outras nações e que essas instalações secretas, além de monitorar o que as pessoas no mundo, incluindo os próprios cidadãos estadunidenses, estão falando, escrevendo e lendo em seus faxes e e-mails, beneficiam as indústrias que projetam e fornecem armas aos seus exércitos. Além disso, “uma tarefa desses empreiteiros é manter os membros uniformizados do império alojados em quartos confortáveis, bem alimentados, divertidos e supridos com uma infraestrutura que de à vida deles a qualidade de boas férias. Setores inteiros da economia passaram a depender dos militares para suas vendas” (Johnson, 2004, online). Durante a guerra de conquista do Iraque, por exemplo, Johnson informou que o Departamento de Defesa, ao mesmo tempo que ordenava uma ração extra de mísseis de cruzeiro e tanques que dispunham de munições com urânio empobrecido, também adquiriram 273 mil garrafas de um bloqueador solar que beneficiou as empresas desses produtos localizadas em Oklahoma e Florida. (Johnson, 2004, online).

À diferença das grandes bases que se assemelham a cidades, como as ocupadas pelas forças armadas no Japão e na Alemanha, os *lírrios d'água* são construídos com discrição, tentando evitar a publicidade e a eventual oposição da população local, informou Vine. São bases operacionais pequenas e flexíveis,

Mais próximas das áreas de conflito previstas no Oriente Médio, Ásia, África e América Latina. [...] os funcionários do Pentágono sonham em ter uma flexibilidade quase ilimitada, a capacidade de reagir com velocidade notável diante de eventos em qualquer lugar do mundo e, portanto, algo que se aproxima de um controle militar total do planeta. (Vine, 2012, online).

No que diz respeito à *Nuestra América*,³⁸ Vine assinala que

Depois da expulsão dos militares do Panamá, em 1999, e do Equador, em 2009, o Pentágono criou ou atualizou novas bases em Aruba e Curaçao, Chile, Colômbia, El Salvador e Peru. Em outros lugares, o Pentágono financiou a criação de bases militares e policiais capazes de hospedar forças estadunidenses em Belize, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Costa Rica e até mesmo no Equador. Em 2008, a Marinha reativou sua Quarta Frota, inativa desde 1950, para patrulhar a região. Os militares podem querer uma base no Brasil, e tentaram, sem sucesso, criar bases, supostamente para ajuda humanitária e de emergência, no Paraguai e na Argentina. (Vine, 2012, online).

Não duvidamos de que uma das razões do golpe de Estado contra o presidente Lugo foi precisamente sua recusa em instalar essas bases no território paraguaio.

Agora que muitos cientistas sociais baniram da academia o uso de termos supostamente ideológicos, como a *luta de classes* ou o *im-*

38 Preferimos manter no original por tratar-se da famosa expressão de J. Martí. [N. dos T.]

perialismo, por considerá-los *démodé*, destaco uma conclusão chave do colega Johnson sobre a expressão militar do último conceito:

Há algum tempo, se podia traçar a expansão do imperialismo contando as colônias. A versão estadunidense da colônia é a base militar. Seguindo a política de mudança global de bases, muito pode ser aprendido sobre a nossa crescente posição imperial e o militarismo que cresce com ele. O militarismo e o imperialismo são irmãos siameses unidos pelo quadril. (Johnson, 2004, online).

Quando será o próximo salto do sapo do lírio d'água mais próximo até sua presa?

Tão longe de Deus, tão perto dos Estados Unidos

Os eixos da geopolítica na América Latina passam por um fator externo: a hegemonia, a ingerência e o intervencionismo econômico, político, militar e cultural dos Estados Unidos, os mesmos que atravessam as diferentes formas de articulação de nossos países com a atual mundialização capitalista neoliberal. Praticamente não existe âmbito da vida das nações latino-americanas que não esteja condicionado e, em certas ocasiões, determinado pela política estadunidense para o – assim considerado por muitos de seus ideólogos – “quintal” do império ou sua “área de influência”.

Com o surgimento e estabelecimento como potência mundial – a partir de seu movimento expansionista em direção ao Oeste e a conquista da metade do território do México, até sua guerra com a Espanha em 1898 e a ocupação neocolonial de Porto Rico, Guantánamo e a imposição da Emenda Platt a Cuba –, os Estados Unidos intervieram diversas vezes, com a força de suas armas, em nossos países. Eles apoiaram todas as ditaduras civis e militares, participa-

ram ativamente de todos os golpes de Estado, incluindo os mais recentes, como o levado a cabo na Venezuela em 2002, contra o presidente Chávez, e em Honduras, contra o presidente Celaya, em 2009.

O grande historiador, militante e jornalista Gregorio Selser escreveu uma monumental *Cronología de las intervenciones extranjeras en América Latina* (1994), que começa com a independência dos Estados Unidos em 1776 e termina com a invasão estadunidense ao Panamá em 1989. Aqui encontramos toda a história do continente, desde o Alasca até a Patagônia, com a descrição de mais de 200 anos de lutas emancipadoras, guerras civis, conflitos fronteiriços, tratados de limites, acordos comerciais, acordos diplomáticos, golpes de Estado, assassinatos políticos, rebeliões armadas, movimentos insurgentes, negociações de paz, eleições. Em mais de duas mil páginas, Selser descreve a atividade de presidentes, militares, embaixadores, líderes populares, agentes secretos, guerrilheiros, heróis, mártires e traidores e, como esperado, o grande interveniente protagonista – que foi pressagiado por Simon Bolívar e José Martí –, os Estados Unidos.

Atualmente, são várias as formas pelas quais se sente a supremacia estadunidense na América Latina. Ela fragmenta a região, faz os governos se enfrentarem e impede um projeto de unificação regional com maior amplitude e alcance do que o proposto pela Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA). Uma dessas é o Acordo de Livre Comércio (TLC) e seu correlato, o Projeto Mesoamérica (ou Plano Puebla Panamá), que os Estados Unidos impuseram a vários de nossos países. Para o caso mexicano, este Tratado e Projeto fizeram parte de um processo de *ocupação integral contemporânea* – denunciado pelo Grupo Paz com Democracia –, a partir do qual se tem desregulado o patrimônio nacional, provocado o desmantelamento e a venda para o capital estrangeiro de toda a instalação industrial produtiva, assim como a mercantilização do campo, perdendo-se a soberania alimentar e o aprofundamento da integração territorial,

Energética, biológica e maquiladora, com a finalidade de resolver o *deficit* energético dos Estados Unidos, transferir o problema da migração e de empregos precários para o sul – criando assim uma nova fronteira de conflito socioeconômico – e para deixar nas mãos do Banco Mundial, Conservação Internacional e outros organismos similares a inestimável riqueza biológica do Corredor Mesoamericano, que é uma peça central de comunicação e canal de alimentação e enriquecimento entre as florestas úmidas do norte de Chiapas (mais particularmente a Lacandona) e as do sul do continente (a Bacia Amazônica). (Paz con Democracia, 2007, online).

A partir do Plano Colômbia (1999), a Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (ASPAN, 2005) e a iniciativa Mérida (2008), entre outros acordos de *segurança*, México e Colômbia, em particular, passaram a fazer parte, em uma condição subordinada, das estratégias militares, policiais e de inteligência dos Estados Unidos. De fato, para o caso mexicano, essa subordinação e a necessidade de fortalecer a presidência espúria de Felipe Calderón³⁹ e, agora, a de Enrique Peña Nieto, provocaram durante seus seis anos a militarização da segurança pública de extensas regiões do território nacional e a guerra desencadeada contra povos, jovens e pobres.

O caráter desta guerra abrange um amplo espectro de objetivos que se enquadram no âmbito da contrainsurgência e da guerra social, transformando os exércitos nacionais em forças internas de ocupação de seus próprios povos, com base na ideia de que os Esta-

39 O autor refere-se aqui à fraude eleitoral que elegeu Calderón. [N. dos T.]

dos Unidos têm o direito de interferir em qualquer parte do mundo através de intervenções diretas ou indiretas, abertas ou encobertas, e com base no conceito dos estrategistas estadunidenses sobre os “conflitos internos”, em que Washington fornece armas, treinamento e assistência militar enquanto as “nações anfitriãs” pagam o preço em mortes e danos colaterais, contando ainda com a cobertura midiática da “luta contra o tráfico de drogas”, o “terrorismo” e a derivação de ambos, o “narcoterrorismo”. Sem descartar uma intervenção militar direta das tropas estadunidenses.

Marcelo Colussi, em seu livro *El Narcotráfico: un arma del imperio* (2010), argumenta que o suposto combate contra o negócio das drogas ilícitas tem como objetivo real permitir que os Estados Unidos intervenham onde desejem, tenham interesses ou se vejam afetados. Acabar com o consumo está absolutamente fora dos seus propósitos. Onde há recursos que necessitam explorar – petróleo, gás, minerais estratégicos, água doce etc. e/ou focos de resistência popular –, aí aparece o “demônio” do narcotráfico. Esta é uma política inerente aos seus planos de controle global. Graças a isso, o governo dos Estados Unidos tem uma arma de dominação político-militar. Em realidade, o suposto combate ao narcotráfico é um combate frontal contra o campo popular organizado, em que, na Colômbia e agora no México, as oligarquias e seus governos têm sido docilmente subservientes às estratégias dos Estados Unidos (Colussi, 2010).

A América Latina é uma das regiões com maior diversidade de resistências e lutas anticapitalistas e contra-hegemônicas: dos processos autônomos dos povos indígenas, aos esforços – não livres de contradições – para construir o poder popular e garantir a plena participação de todos e todas em governos emergentes desde baixo, tentando superar fatalidades e determinismos, como os contidos na frase atribuída ao ditador Porfirio Díaz: “Tão longe de Deus, tão perto dos Estados Unidos”.

O narcotráfico, uma arma do império

O livro acima mencionado, de Marcelo Colussi, é imprescindível para a análise do tema em âmbito planetário e, em particular, para a compreensão da situação trágica que o nosso país está experimentando atualmente. Considerando seu trabalho como “uma contribuição para um campo onde há mentira demais”, o autor argumenta que, em torno do comércio de drogas, há uma versão oficial, tratada incansavelmente pelos meios de comunicação de massa, e uma realidade oculta.

Observando a magnitude descomunal do negócio de drogas ilícitas, ele afirma que o circuito comercial move em média de 800 bilhões de dólares por ano. Esta cifra se posiciona acima da venda de petróleo e abaixo da de armas, que segue sendo o mercado mais rentável do mundo. A principal hipótese de Colussi consiste em afirmar que o poder hegemônico liderado pelos Estados Unidos encontrou neste novo campo de batalha um terreno fértil para prolongar e readequar sua estratégia de controle universal. “Como também encontrou com o chamado ‘terrorismo’, nova ‘praga bíblica’ que tem possibilitado a nova estratégia imperial de dominação militar unipolar com sua iniciativa de guerras preventivas” (Colussi, 2010, p. 8).

Argumenta que os mesmos fatores de poder que movem a maquinaria social do capitalismo global criaram a oferta de narcóticos, geraram a demanda, e “sobre a base desse circuito eles teceram o mito de algumas maléficas máfias superpoderosas confrontadas com a humanidade, causadoras das angústias e ansiedades dos cidadãos honestos, motivo pelo qual se justifica uma intervenção policial-militar em escala planetária.” (Colussi, 2010, p. 9).

Seguindo uma metodologia de perguntas e respostas, nosso autor estabelece uma questão chave: quem é favorecido com o tráfico ilegal de drogas? À qual ele responde dizendo que, para a grande

maioria, não há benefício algum: o dependente da droga entra no inferno em que não mais de 10% daqueles que tentam conseguem se recuperar; seus parentes carregam um peso opressivo, porque o vício envenena toda a convivência; os agricultores que cultivam matérias-primas nos países do Sul recebem apenas 1% dos lucros totais do negócio; entre os povos indígenas, o pagamento em dinheiro, a repressão e a cultura da delinquência rompem com as estruturas dos autogovernos comunitários; a economia camponesa do autoconsumo é substituída por uma mercantilizada. A cultura do dinheiro *fácil* vinculado à criminalidade está ligada a um profundo esgarçamento de todo o tecido social, entrando em um processo de decomposição e guerra; todo o aparelho da pistolagem e aquele dedicado à comercialização, seja a *mula*, o *jibaro* ou o *capo*, tem uma história de vidas breves e fortunas efêmeras (de alguns poucos), em que a morte ou a prisão estão sempre presentes ao virar a esquina. Não é uma economia sustentável. É uma história sórdida de sofrimento e dor. “Para nós, latino-americanos, resta a crise, a guerra civil, os mortos, as sociedades desoladas e apenas alguns dólares que movem as máfias locais.” (Colussi, 2010, p. 56).

Essas máfias – afirma Colussi –, sem com isso tirar-lhes sua parcela de responsabilidade, são apenas uma pequena parte de toda a cadeia. Os mafiosos são comerciantes que fazem o seu trabalho e não passam disso; eles ganham dinheiro, muito dinheiro sem dúvida, mas não têm o poder de decidir sobre os aspectos macro do assunto... Aqueles que fazem a grande fortuna, em suma, são os banqueiros:

Esta enorme massa de dinheiro que move o negócio – que, por sinal, se traduz em poder, muito poder político e poder social – também atinge outras esferas de ação: esse dinheiro é “lavado” e entra nos circuitos aceitos... Não é nenhuma novidade que exista uma economia “limpa” produzida por operações de lavagem de dinheiro do capital do narcotráfico.

E são bancos “limpos” e honrados os que realizam essas operações, os mesmos que lidam com o capital financeiro transnacional, que agora controla a economia mundial, e aos quem o Sul pobre e dependente deve cifras astronômicas na qualidade de dívida externa. (Colussi, 2010, p. 11).

Mas, além de um enorme negócio, o tráfico ilegal de drogas tem outro significado: é usado como mecanismo de controle das sociedades. Trata-se de um dispositivo que permite uma supervisão do coletivo pela classe dominante. Passa-se a controlar a sociedade em seu conjunto, militariza-se, tem-se a desculpa ideal para que o poder possa mostrar seus dentes. Uma população assustada é muito mais gerenciável.

Por sua vez, o imperialismo estadunidense vem aplicando de forma contínua um suposto combate contra o negócio de drogas ilícitas, cujo objetivo real, como já dito, é permitir que os Estados Unidos intervenham onde desejem, tenham interesses ou se sintam afetados. Reiteramos que acabar com o consumo é algo absolutamente fora dos seus propósitos. Esta é uma política consubstancial aos seus planos de controle global. Graças a ela, o governo dos Estados Unidos tem uma arma de dominação político-militar. Na realidade, o suposto combate ao narcotráfico é a montagem de uma peça teatral sangrenta. É um combate frontal contra o campo popular organizado, no qual, na Colômbia, e agora no México, por exemplo, as oligarquias e seus governos foram docilmente subordinados às estratégias dos Estados Unidos. A criminalização das resistências, a militarização e paramilitarização de nossos países é uma plataforma para a contrainsurgência. O consumo induzido de drogas é parte medular da manutenção do sistema capitalista, tanto quanto a guerra, de modo que o autor levanta, em sua conclusão, a mesma disjuntiva de Rosa Luxemburgo: “Socialismo ou barbárie”.

Teve que ser em silêncio: o caso dos cinco heróis de Cuba

É inerente à natureza dos estados nacionais contar com agências de inteligência para salvaguardar sua segurança. No entanto, como mostramos ao longo destas páginas, os países imperialistas usam os serviços de inteligência para a prevalência de seus interesses econômicos, políticos e militares. Eles têm se constituído em uma verdadeira internacional de terrorismo de Estado que persegue com grande tenacidade aqueles que se opõem à sua dominação mundial.

Nessa direção, a política agressiva do governo dos Estados Unidos contra Cuba mantém uma linha de continuidade histórica desde o momento do triunfo da Revolução em 1959. Por isso, não hesitaram em empregar todos os tipos de ações subversivas que compõem a guerra econômica, comercial e financeira, que resultou em um bloqueio cruel; a sedição política que financia pessoas autodesignadas como “dissidentes” e que não são mais do que uma *quinta coluna* dentro da ilha; a guerra psicológica por meio de campanhas sistemáticas de propaganda contra o governo revolucionário; a ingerência via rádio e televisão, que invade o espaço correspondente de Cuba; as agressões armadas abertas e as ações encobertas que incluem centenas de ataques contra o líder máximo da Revolução, Fidel Castro; o furto de cérebros e pessoal especializado durante e em razão da Revolução; o estímulo à migração ilegal que recompensa aqueles que chegam aos Estados Unidos. Nesta obsessão contra a Revolução Cubana, os Estados Unidos, apesar de declararem-se “líderes mundiais na luta contra o terrorismo” e de seu atual presidente Obama considerar inadmissível que qualquer país proteja pessoas qualificadas como terroristas, acoberta e dá abrigo a reconhecidos e confessos terroristas em seu território.

Esta política de terror se estende até o presente, e, como resultado, 3478 cubanos perderam a vida e 2099 ficaram incapacitados. De 1959 a 1997, foram realizados 804 atos de terrorismo con-

tra Cuba. Destes, 78 foram bombardeios contra a população, entre 1959 e 1968, executados por aeronaves dos Estados Unidos, resultando em 14 mortes e 75 feridos. Além disso, desde o primeiro ano da Revolução até 2003, foram cometidos 61 sequestros e tentativas de sequestro a aeronaves e, entre 1961 e 1996, foram realizados 58 ataques desde barcos militares contra 67 objetivos econômicos e contra a população civil. É nesse contexto, precisamente, que se realizou o trabalho “em silêncio”, no território americano, pelos cinco prisioneiros cubanos do império – Antônio Guerrero, Fernando González, Gerardo Hernández, Ramón Labañino e Rene González –, que consistia em infiltrar-se nas organizações contrarrevolucionárias. Isto é, os cinco patriotas cubanos, sob risco de vida, realizaram tarefas de inteligência no interior dos grupos extremistas que, durante décadas, cometeram atos terroristas em território cubano, em muitos outros países da América Latina, e no próprio território dos Estados Unidos. Os cinco cubanos não realizaram atividades de espionagem contra objetivos militares, econômicos ou outros que afetassem a segurança nacional desse país. Tal como escreveu o comandante Fidel Castro (2007) a este respeito,

Contra nossos cinco compatriotas nem sequer conseguiram provar a acusação de conspiração para cometer espionagem. O destino cruel e insólito dos mesmos e de seus familiares obedece à política perversa e confessa seguida por Washington de aplicar o terrorismo contra o povo cubano, violando durante quase meio século as normas mais elementares das Nações Unidas e da soberania dos povos.

A prova da dupla moral dos Estados Unidos em sua “luta contra o terrorismo” é abrigar, proteger e apoiar, logística e financeiramente, organizações terroristas que atuam contra Cuba e outros países, enquanto submete estes cinco patriotas cubanos a julga-

mentos que violam suas próprias regras e as regras internacionais quanto ao devido processo e tratamento dos detidos. Os Estados Unidos faz uso de torturas físicas e mentais contra estes detidos e contra seus familiares, e estas resoluções não se baseiam em ordenamentos jurídicos, mas em razões políticas.

O caso paradigmático deste duplo padrão é o do terrorista Luis Posada Carriles, que participou de múltiplos ataques em Cuba e em outros países, um dos quais foi a explosão de um avião cubano com 73 civis a bordo, sem que tenha sido julgado pela justiça dos EUA.

O caso dos cinco heróis e as ações estadunidenses no que se refere a Cuba têm evidenciado o fiasco de Barack Obama e de sua retórica. Apesar desta última ter servido para vencer as eleições e convencer inúmeras pessoas – mesmo das esquerdas – sobre a possibilidade de mudanças na política interna e internacional dos Estados Unidos, suas ações, nos dois períodos de governo, mostram que essas esperanças foram baseadas em ilusões e análises errôneas acerca do papel das personalidades nas determinações estruturais do complexo econômico-político-militar do imperialismo estadunidense. Assim, Obama sustenta o bloqueio a Cuba, apesar da condenação quase universal, se associa à blogueira Yoani Sánchez, para incrementar seu preço no mercado das consciências, e não faz uso de seu poder legal e constitucional para outorgar a liberdade dos três patriotas que ainda permanecem presos.

Destaca-se o silêncio dos grandes meios de comunicação nos Estados Unidos sobre o caso dos cinco heróis. Salvador Capote, em seu excelente artigo “Los 5 y la propaganda encubierta”, publicado há alguns anos pelo jornal *Rebelión*, informou que esse silêncio, ou artigos, editoriais, programas de rádio e de televisão contrários aos cinco têm recebido pagamentos clandestinos, mas seguros. Este colega comentou a denúncia do *Miami Herald*, baseada em documentos que perderam o sigilo, de pelo menos dez jornalistas locais

que aceitaram dinheiro do governo para trabalhar contra Cuba e os cinco prisioneiros patriotas do império. Por certo, entre os sicários da mídia, há também *classes sociais*, porque enquanto um recebeu até 175 mil dólares por suas opiniões (Pablo Alfonso), houve quem se vendeu pela modesta soma de 1.550 dólares (Ninoska Pérez).

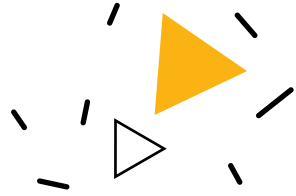
Apesar deste trabalho mercenário da imprensa dos Estados Unidos e a que em âmbito mundial realiza essa guerra suja intelectual, coordenada e assalariada pela Agência Central de Inteligência, o trabalho incessante de 300 comitês para a liberdade dos cinco heróis em mais de 100 países fizeram algum efeito. O próprio Ministério Público o reconheceu em Miami quando sustentou que a imagem do sistema de justiça estadunidense precisaria ser melhorada, pois havia “*um grande ruído internacional em torno do caso*”.

No México, como em âmbito mundial, onde está em marcha uma campanha para alcançar a libertação dos cinco, os cidadãos se perguntam sobre as razões da permanência de três deles em prisões federais de segurança máxima, isolados uns dos outros, sujeitos a tratamentos cruéis e desumanos, que incluem confinamento em solitárias por períodos prolongados, várias restrições para receber visitas familiares, e tudo isso apesar de serem inocentes das acusações. Fica claro, para todos que conhecem o caso, a existência de bases extrajudiciais que não permitem o devido processo e que explicam os motivos pelos quais o sistema de justiça estadunidense, reiteradamente, não cumpra com os princípios básicos de imparcialidade e defesa dos direitos que a própria Constituição dos Estados Unidos ampara.

O insólito do caso tem sido a própria conduta do governo cubano que, assumindo a relação política e organizacional com seus combatentes contra o terrorismo em solo estadunidense, reconheceu os cinco e iniciou, conjuntamente com o povo, uma campanha para sua libertação que muito rapidamente ganhou um perfil pla-

netário. O moral de uma liderança revolucionária se mede pelo não abandono de seus prisioneiros e mortos. O reconhecimento oficial dos Cinco Heróis, prisioneiros dos cárceres do império por realizar trabalhos de inteligência dentro dos grupos terroristas apoiados, treinados e financiados pelo governo dos Estados Unidos, é um ato de justiça e de alto valor ético por parte do governo de Cuba.

No outro polo equidistante, a ratificação das sentenças dos cinco heróis e a repetida recusa da Suprema Corte para rever o caso é uma vingança da classe dominante estadunidense pela firmeza de suas convicções patrióticas, revolucionárias e socialistas durante esses anos. É um castigo adicional ao governo e ao povo de Cuba pelos mais de 50 anos de existência da Revolução cubana. Os cinco heróis são herdeiros meritórios desse povo e daquela Revolução, expoentes da dignidade e do decoro de José Martí.



México, estado falido?

Uma atmosfera de ansiedade paira sobre a República Mexicana. A violência incomum e diária do crime organizado, em conjunto com um governo repleto de mafiosos – que optam por meios repressivos e militares para enfrentar o descontentamento social –, em conjunto com uma séria deterioração das condições socioeconômicas da maioria da população, provocam problemas em amplos setores rurais e urbanos que veem ameaçados seus trabalhos, ambientes familiares, patrimônios e até mesmo a preservação de suas vidas.⁴⁰

Todos os setores sociais expressam publicamente sua fundamentada indignação com a violência dos homicídios provocados por chefes do tráfico e militares, sequestros, assaltos de todos os tipos e com a corrupção e incapacidade das autoridades para responder a esse *tsunami* de impunidade e criminalidade incontrolável, sem vislumbrar ainda o fundo de suas causas estruturais e políticas – sem compreender que esses fenômenos fazem parte da violência sistêmica do capitalismo que deixa seus rigores serem sentidos também através da fome, doença, desemprego e dessa pobreza generalizada de milhões de pessoas na guerra social desencadeada contra resistências e oposições.

40 A este respeito ver a edição especial 28 de Processo, “La guerra del narco”, abril de 2010 (primeira parte).

A “Mão de Ferro” é exigida e apoiada – pelas classes média e alta – para medidas de militarização e maior rigor em punições, exigindo até mesmo a pena de morte⁴¹ contra os perturbadores da “ordem pública”, ao mesmo tempo em que é ignorada convenientemente a tortura, o assassinato, o desaparecimento de centenas de ativistas sociais, a nova *guerra suja* e a existência de prisioneiros políticos em todo o país, as ações de grupos paramilitares em Chiapas e em outros estados, os numerosos jornalistas mortos no exercício de sua profissão⁴² ou as violações constantes dos direitos humanos cometidas pelo exército, a polícia e o terrível maquinário judicial.

O problema é observado como uma questão de eficácia, e reivindicam: “*Se não podem, renunciem!*”, sem ir mais além na análise dessa realidade criminosa em que os mexicanos vivem. Não se trata do clamor “*!que se vayan todos!*”, dos *piqueteros* argentinos, que expressam uma maior conscientização sobre a inutilidade generalizada da classe política, mas que, no final das contas, é um sinal do cansaço em face dos políticos tradicionais que se mostraram incapazes de oferecer alternativas à profunda crise que o país está enfrentando.

Além disso, as “soluções” dependem das lentes de classe com as quais se olha. Multiplicam-se as áreas residenciais exclusivas, ruas e condomínios fechados, carros blindados, *guardaruras* ou guarda-costas, recursos técnicos de natureza variada e, como recurso final, a migração, “pois afinal, na Europa ou nos Estados Unidos, essas coisas não acontecem”. Se milhões de mexicanos atravessaram a

41 Paradoxalmente, o partido “verde” mexicano (PVEM) fez da pena de morte sua única proposta eleitoral para as últimas eleições intermediárias de 2009, e seu uso oportunista permitiu aumentar substancialmente sua porcentagem de votos. Por este motivo, em 10 de fevereiro de 2009, o Partido Verde Europeu retirou o reconhecimento ao PVEM como um partido verde

42 Depois do Iraque, o México é o país onde mais jornalistas foram mortos no exercício da profissão nos últimos anos.

fronteira sem documentos para encontrar trabalho, mesmo com os riscos e as políticas racistas que esta difícil situação implica, agora surge também a “migração” daqueles que conseguem pagar uma inserção definitiva em um país do Primeiro Mundo como proprietários e viver de renda.

Claro que, para a maioria da população, isso não é possível, de forma que para os estratos ilustrados e classes médias (mas sem recursos econômicos suficientes), vítimas de uma psicose social (em Michoacán, Chihuahua, Tamaulipas, Sinaloa, Nuevo León, Morelos, por exemplo), só resta a prevenção: trocam continuamente mensagens de e-mail avisando sobre tipos de crime e o procedimento para contorná-los; desde usar vestimentas modestas, não portar documentos comprometedores, evitar mostrar o celular na rua, observar os estranhos com cuidado, usar discretamente a chave eletrônica do carro, ter um envelope com uma quantidade suficiente de dinheiro para não provocar a ira dos possíveis criminosos etc.; até mesmo advertências sobre novas modalidades de assaltos, sequestros relâmpago ou os perigos, reais ou imaginários, das redes sociais da internet – exploradas também pelo crime organizado –, e até mesmo o risco das informações vinculadas pelas páginas sociais dos jornais que podem ser úteis para os criminosos.

Aqui, igualmente, se trata da adoção de ações defensivas de natureza “técnica”, de “conselhos” dados por especialistas em “*direção evasiva*”, “treinados por ninguém menos que o Serviço Secreto e as Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos” que, paradoxalmente, podem invadir países como o Iraque ou o Afeganistão e atacar a Líbia ou a Síria sem que isso seja considerado um crime internacional. Os “conselhos” se referem a alternativas que estimulam o cuidado pessoal, de grupos familiares ou de amigos e que, uma vez seguidos, podem evitar a vitimização pela “delinquência” abstrata, a qual tampouco se analisa estruturalmente. Estimula-se um estresse generalizado que promove o terror, a paralisia, a des-

confiança em relação aos outros, sempre “potencialmente perigosos”, fomentando a discriminação de classe e raça existentes para com as classes subalternas “forçadas à delinquência” e o confinamento em pequenos redutos, nem sempre seguros.

Enquanto isso, as prisões estão cheias de inocentes ou culpados – nunca se sabe – dos setores vulneráveis: aqueles defendidos pelos “advogados de ofício”; os “buchas de canhão” das prisões; os “ninguéns” os “nadas”, os *ninis*⁴³ (que, aliás, estão ameaçados de ser vítimas de um recrutamento forçado que os levaria à vida militar por três anos). Em contraste, os chefes poderosos e os de colarinho branco não só podem obter fiança, nos raros casos em que sejam presos, como também viver em bairros residenciais. É comum que, em condomínios muito exclusivos,⁴⁴ nos quais se entra através de portarias com vigias, onde os veículos são meticulosamente vistoriados e é exigida documentação, sejam confiscadas casas de narcotraficantes!.

Na “luta contra a delinquência”, se assume como normal, e até mesmo recomendado, os postos de verificação do exército nas estradas e ruas das cidades, a entrada de militares e policiais em domicílios, sem mandato de apreensão, as delações anônimas, o controle policial dos cidadãos, a flagrante violação da Constituição e a constante transgressão dos direitos humanos.

O que começa mal, termina mal

O uniforme militar verde-oliva e o boné com uma águia e as cinco estrelas do grau de Comandante Supremo das Forças Arma-

43 *Nini* é a denominação dada aos jovens que não estudam nem trabalham.

44 Um dos grandes chefes mexicanos, Beltrán Leyva, o “Chefe dos chefes”, foi localizado e executado em dezembro de 2009, num luxuoso condomínio horizontal em Cuernavaca, Morelos. A partir dessa data, o “ponto” entrou em disputa, iniciando então uma guerra local com mortes diárias.

das Mexicanas,⁴⁵ portados frequentemente por Felipe Calderón, o encarregado de fato do Executivo Federal – e que nunca anteriormente foram usados pelos presidentes do Partido Revolucionário Institucional –, assim como o aumento substancial de salários (mais de 100% em março de 2011)⁴⁶ e recursos para os militares, acima de qualquer outra área ou setor, bem como o uso maciço do exército em operações contra o crime organizado violando a Constituição e, em particular, a violência exercida contra as resistências e os movimentos de protesto nos seis anos de seu governo, sugerem que Calderón, em vez de presidente, assumiu-se como chefe supremo da repressão e da ordem capitalista.

As ações do titular da presidência ilegítima que terminou em 2012 apresentaram uma clara conotação militar e o envolvimento crescente do exército e da marinha em missões de segurança pública e de luta contra o tráfico de drogas, o que significa uma confissão de fracasso da Procuradoria Geral da República, das Secretárias de Segurança Pública e de Governança e da Agência Federal de Investigação (AFI) para conter o avanço do crime organizado e as execuções (cerca de 80.000 em seis anos) dos cartéis de droga no México e para garantir uma segurança pública eficaz e profissional que respeite os direitos humanos dos cidadãos.

Supondo que as forças armadas mexicanas fossem a solução para este denominado “Estado Falido”, elas se encontram em desvantagem na luta contra o narcotráfico pelas seguintes razões:

O treinamento das forças armadas não tem como objetivo prepará-las para missões de segurança pública e luta contra o tráfico de drogas.

45 A patente de General da Divisão, a mais alta da hierarquia militar, é marcada por uma águia e três estrelas, enquanto o Secretário de Defesa é o único general na divisão que detém uma águia e quatro estrelas.

46 Com esse aumento, o pessoal de baixa renda das Forças Armadas dobrou seu salário.

O crime organizado, em razão de seu poder econômico, penetra facilmente nas estruturas militares através de sua cooptação, corrompendo a instituição armada desde a tropa até os altos oficiais, convertendo-as em cúmplices da ação criminosa.

Os recursos materiais das forças armadas estão em desvantagem em relação aos do crime organizado, que conta com os mais modernos meios de comunicação e interceptação de sinais, armamentos, veículos, aeronaves, navios e infraestrutura operacional, proveniente principalmente dos Estados Unidos.

A saturação das missões das forças armadas traz consigo desgaste e deserções (trabalho de inteligência, segurança pública, luta contra o crime organizado, repressão da dissidência social e contrainsurgência – que incluem várias tarefas de trabalho social e propaganda entre a população civil –, contingências e desastres naturais etc.).

Predominância do narcotráfico marítimo e, conseqüentemente, fracasso na contenção de carregamentos de drogas diante da obsolescência das embarcações e recursos da Marinha Nacional.

Resultados nulos, perda de prestígio, invasão das esferas de competência internas entre Exército e Marinha e entre as várias instituições civis federais e estaduais.

Investimentos inúteis na compra de transporte aéreo e marítimo inaproveitáveis e inseguros, principalmente dos Estados Unidos.

Ausência de monitoramento pelo Congresso Nacional e pela sociedade civil do orçamento militar, que se transforma num butim propiciador também de corrupção e discricionalidade nas despesas públicas.⁴⁷

47 A ese respeito ver: Gilberto López y Rivas et al. *Las Fuerzas Armadas Mexicanas a fin del milenio* (1999), e Gilberto López y Rivas, "Las Fuerzas Armadas en la Transición Democrática", em *El Ejército y La Constitución Mexicana* (1999).

Aumento da dependência das Forças Armadas Mexicanas em relação aos Estados Unidos e incorporação das mesmas aos planos e mecanismos de dominação estratégica imperialista através da luta contra o tráfico de drogas e, agora, da “luta contra o terrorismo internacional”, como se pode inferir das informações publicadas pelo Wikileaks, através do *La Jornada*.

Felipe Calderón pareceu não se importar com as reiteradas declarações de diversas perspectivas críticas durante mais de uma década, inclusive de dentro dos reduzidos setores patrióticos das próprias Forças Armadas (que existem!), e exerceu seu governo usurpado a partir de uma estreita colaboração com os Secretários da Marinha e da Defesa Nacional, ordenando a execução de operações militares espetaculares, condenadas ao fracasso, e cujo propósito era tranquilizar aqueles que o levaram ao poder, mostrando sua mão firme e inclinações militaristas e repressivas

Assim, a questão mais preocupante sobre o governo Calderón foi a mensagem que deixou a todos os cidadãos e à oposição de esquerda, em particular:

1. Fui um presidente ilegítimo repudiado por milhões de mexicanos, mas conto com o apoio dos militares;
2. Minha prioridade como governante foi garantir a segurança do capital e a midiaticização e o controle da dissidência e dos protestos sociais.
3. Não me preocupei em cortar o orçamento destinado à educação, saúde, cultura e gastos sociais, enquanto o setor militar se sentisse não só apoiado como também estimulado no desempenho de suas tarefas.

Nesse sentido muito foi escrito sobre o desmantelamento do Estado nesta etapa da transnacionalização neoliberal, o que é parcialmente verdadeiro; também foi feita referência ao “Estado Fali-

do” ou colapsado. A organização Fund for Peace e a revista *Foreign Policy* usam o termo “Estado Falido” para se referir a países com as seguintes particularidades: perda de controle físico de seu território, erosão da autoridade governamental, incapacidade de interagir com outros Estados da comunidade internacional, incapacidade de prestar serviços públicos de forma razoável, altas taxas de corrupção e condições econômicas severas.

Foi o Comando das Forças Conjuntas dos Estados Unidos que divulgou um relatório, em 2009, destacando os desafios a serem enfrentados em um futuro próximo com relação à segurança. O relatório enfatiza que o México e o Paquistão são os dois países com maior risco de colapsar, de forma que o governo dos EUA deveria prestar mais atenção a estes países, dadas as suas implicações para a segurança nacional (estadunidense).

Embora o México possa ter algumas das características mencionadas, está longe de ser um Estado Falido. A verdade é que o Estado transnacional, ao mesmo tempo em que se retira de suas obrigações sociais, não “falha” em suas tarefas essenciais:

- a) Coerção e repressão das lutas sociais;
- b) Mudanças nos marcos jurídicos internos para a internalização das guerras extraterritoriais do império ou a proteção de suas fronteiras e interesses estratégicos;
- c) Resgate dos capitalistas nas crises recorrentes e cada vez mais profundas. Assim, o desmantelamento do Estado é apenas parcial, uma vez que, em grande medida, são fortalecidos os aparelhos repressivos que, por natureza, são violadores dos direitos humanos.

A reestruturação transnacional do capitalismo deixa para trás o *Estado de bem estar* e expande como nunca um mercado capitalista mundial de mercadorias, recursos financeiros e informações,

mas não de força de trabalho, que se vê exposta também à criminalização, perseguição e agravamento de suas condições de vida e de trabalho. Portanto, milhões de pessoas na qualidade de trabalhadores sem documentos, erroneamente chamados de “ilegais”, têm seus direitos humanos violados.

Isso significa que toda a armação de coesão, controle, mediação, regulação e canalização de contradições sociais baseadas no reconhecimento de conquistas sociais, contratos, sindicatos etc. vêm abaixo e a dominação fica exposta, nua, sem qualquer mediação, repercutindo brutalmente nos direitos humanos e na própria sobrevivência mínima de milhões de seres humanos.

O termo *ocupação integral* tem sido usado para descrever o processo de globalização e privatização através do qual, aberta ou silenciosamente, as economias de nossos países, todos os setores e ramos do Estado, o patrimônio cultural, os recursos naturais e estratégicos de nossas nações estão sendo integrados nos tratados de “livre comércio”; aos planos como o Puebla Panamá, reciclado no Projeto Mesoamérica; aos interesses e condições impostas pelas grandes corporações transnacionais sob a proteção e a hegemonia político-militar do que Samir Amín chama de “imperialismo coletivo”, que hoje predomina em esfera planetária liderado pelos Estados Unidos da América (Casanova et al., 2007). Pablo González Casanova (1998) considera, precisamente, que a globalização atual é um processo de dominação e apropriação do mundo. Tendo um substrato econômico que abre as fronteiras nacionais ao capital transnacional, particularmente à sua fração financeira especulativa, garantindo ótimas condições de lucratividade, a globalização capitalista neoliberal manifesta-se em todos os espaços políticos, ideológicos e culturais de nossas sociedades através da intervenção permanente e decisiva do Estado.

Esta globalização neoliberal também levou a uma profunda degradação da política e ao esvaziamento da democracia representativa, reduzindo-a aos seus aspectos processuais, com a correspondente crise e descrédito dos próprios processos eleitorais, instituições e partidos políticos, incluindo os da chamada “esquerda institucionalizada”, os quais se tornam úteis e funcionais para o poder capitalista – perdendo toda capacidade contestatória e transformadora, tornam-se incapazes de escapar dessa lógica, e acabam por assumir um papel de legitimação do sistema político imperante (López y Rivas, 2006a, 2006b). Essa democracia é limitada e poderia ser descrita como uma *democracia tutelada* pelos poderes de fato: as corporações, os monopólios da mídia e, inclusive, cada vez mais, pelo narcotráfico e pelo crime organizado.

Ana María Rivadeo reflete desta maneira sobre a problemática da democracia na globalização neoliberal:

O Estado nacional atual se encontra estruturalmente atravessado e dominado pela transnacionalização do capital, bem como pela desarticulação, exclusão e violência. E nessa situação, o universalismo que se impõe não é o da democracia, mas o do capital globalizado. (Rivadeo, 2003, p. 37).

Nesse contexto, ocorre uma dupla determinação: por um lado, a luta de classes se desenvolve em um horizonte mundial; e, por outro, os Estados nacionais controlam localmente os conflitos e contradições da força de trabalho e dos grupos subalternos em geral.

A tudo isso, acrescenta-se, no caso do México: a falta de legitimidade das instituições e poderes da República; a renovada paramilitarização e as agressões aos governos autônomos zapatistas – como a que ocorreu em 2 de maio de 2014, em La Realidad – e a outros processos autônomos, especialmente em Michoacán, Oaxaca

e Guerrero; a repressão e criminalização dos movimentos sociais; as centenas de prisioneiros políticos e de consciência; o avanço e a consolidação da direita no controle dos meios de comunicação e a perseguição às poucas rádios independentes e comunitárias ainda existentes; as reformas jurídicas da Constituição, e as leis equiparadas às adotadas pelos Estados Unidos e impostas pela classe dominante desse país para consolidar o seu domínio militar, policial e de inteligência sobre o México.

Dessa maneira, no atual formato da globalização neoliberal, as contradições do capitalismo tendem a se exacerbar, deixando de lado toda a mediação e formas relativamente pacíficas nas quais o capitalismo se baseou para ampliar sua hegemonia. A guerra preventiva neocolonial, que inclui a ocupação territorial de países, a criminalização de toda a oposição através da luta contra o “terrorismo” e o narcotráfico, o terrorismo de Estado e a quebra da ordem jurídica internacional são características desta nova etapa do capitalismo.

Uma nova forma de guerra suja é atualmente imposta ao povo mexicano, na modalidade da chamada “guerra contra o tráfico de drogas”. Uso o termo “guerra suja” para definir um tipo de crime de Estado que – à margem da Constituição e das leis – tem o objetivo de aniquilar aqueles considerados “inimigos internos” por meio de sua localização, rastreamento, captura, interrogatório com tortura, manutenção em prisões clandestinas, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais. Tudo isso levado a cabo por integrantes das forças armadas, policiais e agentes de inteligência, grupos paramilitares (que atuam sob as ordens, geralmente, da Segunda Seção do Exército, Inteligência Militar) ou quadrilhas do crime organizado, que constituem a face ilegal, clandestina, suplementar e complementar da acumulação capitalista em nosso país.

Enfatiza-se o total desamparo das vítimas desta nova guerra suja, que são excluídas de qualquer processo legal e têm todos os

seus direitos infringidos, de modo que não há possibilidade para elas e suas famílias recorrerem à ação da justiça, uma vez que o Estado encobre os crimes como sendo disputas de cartéis por territórios ou danos colaterais.

As missões de contrainsurgência das forças armadas, tanto em Chiapas como em outros estados do país, também foram prolongadas e ampliadas com a possibilidade que agora permite a chamada “guerra contra o tráfico de drogas e o terrorismo”.

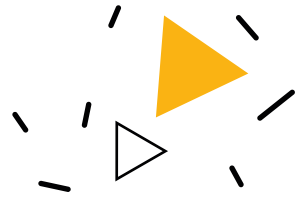
O Exército Revolucionário do Povo Insurgente (ERPI), por exemplo, afirmou em novembro de 2008:

Hoje se semeia um terrorismo de Estado que traz o slogan de “guerra contra o narco”; na verdade é uma estratégia multifacetada do regime de Calderón que tem na violência e na impunidade suas normas. Diante da pouca legitimidade e da falta de credibilidade que goza, o governo do PAN procura controlar a seu favor [não fazer desaparecer] o mercado de drogas em um contexto de crise econômica aguda. Para isso, criminaliza e intimida as organizações sociais e formaliza as estruturas e práticas mafiosas [incluindo a renovação de seu pessoal] já existentes em muitos órgãos policiais, além de criar códigos judiciais [verdadeiros códigos de guerra que consideram como inimigo qualquer um que queiram acusar como delinquente] para impor seu terror. (Cedema).

Podemos afirmar que o vínculo do Estado outorga um elemento fundamental para uma definição útil da experiência mexicana:

os grupos paramilitares são aqueles que contam com organização, equipamento e treinamento militar, aos quais o Estado delega o cumprimento de

missões que as Forças Armadas regulares não podem realizar abertamente, sem que isso implique no reconhecimento de sua existência como parte do monopólio da violência do Estado. Os grupos paramilitares são ilegais e impunes porque assim convém aos interesses do Estado. O paramilitar consiste então no exercício ilegal e impune da violência do Estado e na ocultação da origem dessa violência. (López y Rivas, 1999b, p. 2107).



Epílogo necessário

Terrorismo global de Estado, recolonização e ciências sociais

Os desafios colocados pelo terceiro milênio às ciências sociais para explicar a sociedade contemporânea estão intimamente relacionados com as transformações que a transnacionalização neoliberal tem causado nas últimas quatro décadas e que, neste texto, são analisadas em sua dimensão militar. Reiteramos que Pablo Gonzalez Casanova (1998) considera que a globalização atual é um processo renovado de dominação e apropriação do mundo: uma recolonização através da *ocupação integral* de nossos países, estruturada nacionalmente através de reformas constitucionais e legais, e através de arranjos de fato, todos realizados sem consulta à sociedade e aos cidadãos em particular.

No caso do México, destacam-se como exemplos das primeiras as reformas feitas no art. 27 da Constituição e suas leis secundárias, colocando as terras ejidais⁴⁸ e comunitárias à venda, abrindo os territórios para corporações estrangeiras, e que constituem de fato a

48 Os ejidos, fazendas de posse e uso comum, são parte fundamental da reforma agrária que emerge da Revolução Mexicana. [N. dos T.]

ruptura da aliança social e do pacto político resultante de uma revolução armada que deu origem à Carta Magna de 1917, e que custou ao país um milhão de mortos. Do mesmo modo, temos as reformas recentes dos art. 3º e 73 da Constituição Política e suas leis secundárias, que prejudicam gravemente os direitos trabalhistas do magistério nacional e atentam gravemente contra o caráter laico, público e gratuito da educação. Além disso, as alterações aos art. 27 e 28 da Constituição representam a mais grave das ações destinadas a reverter a nacionalização que o general Lázaro Cárdenas realizou em 1938, uma vez que visam entregar nossos recursos de petróleo e eletricidade a grandes consórcios estrangeiros e nacionais privados, o que aprofundaria a perda da soberania, hipotecaria o futuro de várias gerações de mexicanos e arriscaria a existência do México como uma nação independente.

Quanto as segundas – os arranjos de fato –, temos o Acordo de Livre Comércio (NAFTA), a Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (SPP) e a Iniciativa Mérida que prejudicam seriamente a soberania econômica e política da nação, sem que esses tratados e os mecanismos de ingerência tenham sido sancionados pelo Congresso da União. Nem é preciso mencionar novamente que a cidadania é afetada por eles.

Muitos dos processos, atores e sujeitos sociais que interessaram às ciências sociais – desigualdade e exclusão; povos indígenas e suas autonomias, que integram a questão étnica nacional; as dinâmicas e identidades socioculturais; a relação entre o local e o global; o aprofundamento da violência, do racismo e da xenofobia contra os migrantes; a questão agrário-camponesa, entre outros – têm sido marcados pelos efeitos desta mundialização neocolonial, que também significou uma mudança notável na natureza do Estado-nação e uma verdadeira transformação geopolítica do mundo. O desmantelamento do *Estado de bem-estar* e sua transnacionaliza-

ção diante da crise de acumulação dos anos 1970 assinalam o início das políticas neoliberais, juntamente com a revolução da informática e da comunicação que marcaram estas décadas, assim como a abertura de mercados no antigo bloco socialista, incluindo a China e o Vietnã. Por isso não nos deve surpreender que a própria globalização se torne uma questão específica de pesquisa por colegas antropológicos como Marc Abélés (2008) ou Arjun Appadurai (2007, 2001), que desenvolvem temas como o Estado-nação, cidadania, sociedade civil, terrorismo, violência etnocida, entre outros. Por outro lado, nossos vizinhos sociólogos, como Michel Wieviorka (2007), até se referem a uma mutação das ciências sociais.

Camilo Valqui Cachi, em seu livro *Marx vive: derrumbe del capitalismo, complejidad de una totalidad violenta*, propõe o conceito de imperialização para descrever essa reconfiguração global que implica a transnacionalização neoliberal. Essa imperialização é definida como sendo o predomínio econômico, político, ideológico e militar do capital monopolista transnacional que se estende e se aprofunda:

1. nos recursos naturais e estratégicos do globo;
2. na mega produção e nos mega mercados;
3. nos fluxos financeiros;
4. nas pesquisas científicas e tecnológicas e, por fim, na educação;
5. nas armas de destruição em massa;
6. nos meios de comunicação de massa; e
7. nas organizações internacionais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), por exemplo.

Porém, paralela e dialeticamente a este domínio, também devemos levar em conta sua contraparte, ou seja, a natureza multidimensional da crise capitalista atual: econômica, social, militar, política, geopolítica, moral, epistêmica, cultural, intelectual, de alimentos, de matérias-primas, de energia e do meio ambiente.

Essa imperialização mantém uma dimensão militar que, neste trabalho, denominei terrorismo global do Estado e que, lembremos, caracteriza a política de violência perpetrada por aparelhos de Estado imperialistas, em âmbito mundial, contra povos e governos, com o propósito de incutir o terror, e violando as normas do direito nacional e internacional. Argumento neste livro que, nos estudos e análises sobre o terrorismo, tem-se enfatizado o terrorismo individual e o dos grupos clandestinos de todo o espectro político, ignorando e deixando de lado o papel do imperialismo estadunidense e dos Estados capitalistas na organização do terrorismo interno e na arena internacional. O terrorismo global de Estado viola os marcos legítimos, ideológicos e políticos, da repressão “legal” (a justificada pelo quadro jurídico internacional) e apela para “métodos não convencionais”, ao mesmo tempo extensivos e intensivos, para aniquilar a oposição política e os protestos sociais por todo o planeta.

Valqui considera que a devastação global dos seres humanos e da natureza é característica do capitalismo desde o seu surgimento, mas que, no século XXI, com a transnacionalização, a violência sistêmica e o anti-humanismo que o caracterizam foram exacerbados exponencialmente; argumenta ainda que os processos de reprodução do capital e sua busca insaciável de lucro são incompatíveis com a vida, tanto humana como a da própria natureza, que este sistema destrói de forma integral. Assim, o capitalismo transnacional é descrito como espoliador, despótico, depredador, genocida e terrorista, e é experimentado como uma verdadeira tragédia social – como podemos constatar em nosso país atualmente. Ou seja, em essência, o capitalismo foi, é, e será violência sistêmica. (Valqui Cachi, 2012). Nessa direção, as descrições feitas por Valqui sobre a extração mineral, com a destruição ambiental, de rios, lagoas, flora, fauna, vidas humanas, biodiversidade para os casos do Peru, do México, do Chile etc., constituem um material muito rico para apoiar as lutas contra a mineração aberta que ameaça territórios, especialmente

indígenas, em Morelos, Guerrero, Oaxaca ou Chiapas, conforme as pesquisas realizadas por nosso colega Eckart Boege (2013).

A imperialização, por outro lado, é uma nova maneira de repartir o mundo entre os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Rússia e China que pode levar a guerras interimperialistas. No entanto, os Estados Unidos, como poder hegemônico, têm instaurado a barbárie em todo o planeta, como um processo devastador da espécie humana e da natureza. O terrorismo global de Estado, ou terrorismo transnacional, conta com a cumplicidade da ONU e dos governos supostamente democráticos, que estabelecem, paradoxalmente, uma democracia despojada de todos os conteúdos participativos, com violações permanentes dos direitos humanos, demonstrando que, historicamente, o *capitalismo e a democracia* são incompatíveis. Da mesma forma, a democracia tutelada pelo capitalismo estabelece como principal suporte ideológico uma ditadura midiática que impõe um pensamento único e um imaginário social que estimulam a reprodução de consumidores compulsivos, dóceis e opacos, obedientes, competitivos, conformistas, individualistas e narcisistas.

Na análise desta reconfiguração global, há coincidências com Valqui em outros itens: por exemplo, considerar o crime organizado, a economia mafiosa, ilícita e criminosa como outras formas de acumulação do capital transnacional parasitário, ao qual é atribuído 5% do PIB global. O dinheiro chamado *sujo, como se houvesse dinheiro limpo*, vai para os megabancos e grandes empresas financeiras. Neste trabalho, enfatizei que o narcotráfico é uma arma vigorosa de re-colonização e de imposição do terrorismo do imperialismo mundial por outros meios que não as guerras neocoloniais. Por esta razão, concordamos em assumir o que Valqui chama de a dialética da totalidade capitalista para decifrar como as lógicas de acumulação do capital transnacional do narcotráfico se conectam aos grandes interesses geopolíticos das oligarquias imperialistas nessas guerras de

recolonização, como nos casos do Afeganistão e do Iraque.⁴⁹ Além disso, insistimos na participação da CIA, da DEA e de outras agências de inteligência no tráfico de armas, drogas e pessoas.

A reconfiguração mundial outorga um papel preponderante ao Estado; no âmbito das metrópoles capitalistas, como instrumento da oligarquia para manter o complexo militar-industrial imperialista, os exércitos, arsenais atômicos, bacteriológicos, químicos, sísmicos, genéticos, eletrônicos, informáticos, os complexos de segurança, inteligência, espionagem, forças policiais, grupos paramilitares e comandos de implantação rápida para enfrentar guerras de intensidade diferenciada, dentre as quais não se pode excluir, reitero, conflitos militares entre superpotências ocidentais e com a China e a Rússia em competição. No nível local do processo de imperialização, embora os Estados nacionais sejam reduzidos no exercício de sua soberania, eles não desaparecem como afirmam os ideólogos sistêmicos. Eles simplesmente ajustam sua atuação para fornecer um serviço mais eficiente às corporações transnacionais. O imperialismo atual produz em escala planetária democracias subalternas postas nas mãos das oligarquias locais.

Pilar Calveiro também faz importantes contribuições para a compreensão desse processo de recolonização, especialmente em seu livro *Violencias de Estado. La guerra antiterrorista y la guerra contra el crimen como medios de control global* (2012). Nele, a autora argumenta que atualmente estamos experimentando uma reorganização hegemônica global baseada em uma violência estatal que é implantada principalmente através de dois grandes combates definidos como guerras “contra o terrorismo” e “contra o crime”.

49 Notável no caso do Iraque, além do genocídio, do deslocamento forçado da população e da destruição virtual de toda a infraestrutura estadual, é a devastação e saque de seu patrimônio cultural por tropas de ocupação, mercenários e colecionadores, durante os mais de dez anos de guerra.

Ambas habilitam o cenário bélico exigido pelas dominações autoritárias, facilitando as formas mais radicais de violência repressiva. A guerra antiterrorista permite manter e expandir a nova ordem mundial, enquanto a chamada guerra contra o crime

recorre a uma reorganização jurídica e penitenciária que leva ao crescente confinamento de pessoas, especialmente jovens e pobres, por causa da suposta segurança interna dos Estados. Ambas as guerras se entrelaçam, constroem-se e são coordenadas pelos poderes centrais – sejam esses estados-nação ou organismos estatais supranacionais – e são instrumentos úteis para a reorganização global. (Calveiro, 2012, p. 15).

Os aspectos mais importantes desta reorganização hegemônica, segundo Calveiro, são: a passagem de um modelo bipolar para um global, ambos com um forte componente autoritário; na economia, a acumulação e concentração neoliberal dentro de um mercado globalizado; na política, o enfraquecimento da autonomia do Estado-nação e o desenvolvimento de redes de poder estatal-privado de caráter transnacional, bem como o estabelecimento de democracias procedimentais; no social, a incorporação de tecnologia – especialmente de comunicação – que modifica o tempo e o espaço; no subjetivo, uma individualidade suave, isolada, que se retrai em direção ao privado, como esfera de consumo de bens e de corpos. Tudo com um uso importante e diferenciado da violência, articulada com as novas formas do político, social e subjetivo.

Esta autora afirma que as guerras sujas do século XX prefiguram certos modos repressivos do mundo global atual, com os Estados Unidos à frente e com a imposição de um Estado de exceção que articula uma rede repressiva legal com outra ilegal, em que se vai conformando um Estado criminoso.

O Estado transnacionalizado realiza reformas substanciais nos marcos jurídicos para permitir a extraterritorialidade das leis dos países hegemônicos, particularmente dos Estados Unidos. Por exigência da Casa Branca, por exemplo, sem razão aparente e sem que um único ato *terrorista* tenha sido cometido no México, o Senado mexicano, obediamente, tipificou o crime de “terrorismo internacional”. Nesta reforma não incluiu, todavia, a classificação de “terrorismo de Estado”, que é o crime, nos espaços nacionais e internacionais, mais recorrente nos casos das ditaduras militares do passado e, nos últimos anos, consumado por agentes de inteligência, militares e mercenários, principalmente estadunidenses. Como vimos ao longo destas páginas, após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e como resultado da chamada “luta contra o terrorismo”, globalizam-se as condições de exceção, a partir das quais os direitos civis são virtualmente suspensos, dando origem a processos de militarização, paramilitarização, controle de fronteiras, aeroportos, perseguição de população migrante com e sem documentos, supervigilância da cidadania – revelada em sua magnitude planetária por Edward Snowden –, detenção de pessoas sem mandados de prisão, uso maciço de tortura,⁵⁰ sequestro de

50 Morris Berman, em *Edad oscura americana. La fase final del imperio* (2012), se refere à legalização da tortura pelo governo dos Estados Unidos. Ele diz: “Desde Abu Ghraib, houve revelações periódicas na imprensa sobre como a tortura estadunidense é pior e está mais difundida do que se pensava. Artigos com títulos como “O Arquipélago Militar dos Estados Unidos” ou “O Mundo Secreto das Interrogações dos EUA” começaram a aparecer. Esses relatórios corajosos incluem frases como “constelação global de centros de detenção”, “infraestrutura complexa da CIA e militar” e “sistema de detenção global liderado pelo Pentágono”. (Berman, 2006, p. 22).

pessoas e transferência para prisões clandestinas,⁵¹ mudanças nos quadros legais, como a chamada “Lei da Gestapo” que, no México, foi aprovada em dezembro de 2009, e na prática pode ser aplicada sobre uma ampla faixa de resistências e dissidentes políticos.

O chamado “Estado de Direito”, no capitalismo neoliberal, se encontra cada vez mais determinado pelos interesses gerais do poder político-econômico, no contexto da especificidade histórica do agravamento da luta de classes e da exacerbação das contradições entre o caráter global de acumulação e a forma nacional de dominação burguesa, que sempre foram imanentes ao capitalismo (Rivadeo, 2003).

A maior consciência e conflitos sociais correlacionados ao aumento da exploração da força de trabalho, maiores violações dos direitos humanos e deterioração do Estado de Direito. A desestruturação permanente do direito público, privado, civil e penal, e sobretudo do direito constitucional, vem fundamentalmente dos poderosos que podem operar as leis, têm o controle real do aparato judicial, orientam a ação da “constituinte permanente” (congressos ou parlamentos) e detêm o monopólio da violência considerada legal. No atual estágio neoliberal, vale ressaltar a violação por parte das próprias autoridades no cumprimento dos marcos jurídicos vigentes, tanto na esfera nacional quanto internacional. As Constituições, expressão formal de uma determinada correlação das forças sociais, quase sempre o produto de sangrentos proces-

51 A revista *Proceso* publicou um editorial intitulado “Prisiones flotantes” no qual é denunciado que “pelo menos 17 navios militares dos EUA foram usados, em sua ‘guerra contra o terrorismo’, como ‘prisões flutuantes’. Um relatório da ONG London Reprieve identificou quase vinte desses navios nos quais, segundo ele, milhares de ‘suspeitos’ de atividades terroristas foram detidos, interrogados e torturados. A agência calcula que, por esses navios, que até agora mantiveram um número indeterminado de ‘desaparecidos’, passaram cerca de 80 mil pessoas.” (*Proceso*, n. 1652, 29 de junho de 2008, p. 46). Disponível em: <proceso.com.mx/89397/prisiones-flotantes>.

sos revolucionários ou eclosões sócio-políticas, foram sistematicamente modificadas nos últimos 30 anos em função dos interesses corporativos transnacionais e dos seus parceiros. Em nossos países, estes trabalham com diligência para reformar ou violar as leis, se necessário, para fazer prevalecer o lucro privado e manter um ambiente estável para o capital transnacional. As reformas dos art. 27, 3 e 73 da Constituição, já mencionados, e as atuais propostas da Peña Nieto para a privatização de Petróleos Mexicanos (PEMEX) são exemplos paradigmáticos no México.

A violação do Estado de direito tem um efeito descendente e assume características corporativas e clientelistas. Sendo o Estado, a classe política e empresarial em geral, e os chamados poderes fácticos, os primeiros a violar a lei, os cidadãos, os grêmios e associações, os sindicatos e as instituições muitas vezes assumem uma prática de violação da lei: ocupam espaços públicos para seu próprio benefício, não cumprem as disposições administrativas elementares para a convivência urbana e rural, corrompem e são corrompidos. A supremacia dos interesses privados sobre os coletivos ocupa o lugar da responsabilidade civil e do empoderamento coletivo; constrói-se uma cultura *popular* de corrupção em que a *honestidade* é sinônimo de *estupidez*. Esta realidade induzida pelo poder não tem intencionalidade moral, mas política. Trata-se de combater a resistência através não apenas da repressão, mas também da cooptação. Esta dupla política visa atemorizar os movimentos populares antineoliberais ou torna-los cúmplices e aliados minotitários na ocupação de nossos países.

As políticas culturais dos Estados e a transnacionalização corporativa neoliberal através dos meios de comunicação de massa, dos monopólios turísticos e das chamadas indústrias culturais se apropriaram da cultura com fins mercantis e homogeneizadores. O patrimônio cultural, como uma memória das nações em resistência

e de todos os seus povos e componentes regionais (suporte também de suas identidades), está sendo sitiado pelas corporações transnacionais e pelo uso privado que dele fazem as elites políticas, e pelo setor turístico que ocupa lugares, costas, territórios e recursos naturais pertencentes à nação e que frequentemente são habitados por povos indígenas, os quais são convertidos em objetos exóticos de consumo. No México, o grêmio de antropólogos do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH) participa da luta contra o esvaziamento de valores e símbolos de identidade nacional, que são resguardados por essa instituição cultural, e contra a diminuição de suas funções na defesa desse patrimônio nacional pelas políticas de privatização.

Dessa forma, entre os cientistas sociais, os antropólogos têm examinado detidamente, no âmbito das transformações da transnacionalização neoliberal, os avatares da *questão nacional*, por exemplo, a partir da qual a nação continua a ser o espaço das lutas de resistência e de libertação social. Nessa linha de pesquisa se desenvolve um dos conceitos fundamentais para a investigação da questão étnica contemporânea, o conceito de nação. É impossível compreender o complexo e multifacetado processo de origem, desenvolvimento e características das etnias ou povos originários a partir de uma perspectiva histórica se não se parte do estudo dos processos de construção da nação, que ocorrem após o triunfo e consolidação da burguesia como classe dominante nos países capitalistas metropolitanos e a extensão do fenômeno nacional em nível planetário.

A ciência social deste milênio conta, sem dúvida, com ferramentas analíticas para estudar os meios de comunicação de massa e a forma como eles conformam, metaforicamente, as “tropas ideológicas” que tentam submeter a opinião pública com a desinformação, a contrainformação e a propaganda abertamente sistêmica.

Eles são transformados em tribunais *de fato*, em que comunicadores, locutores, editores, especialistas e analistas políticos condenam sumariamente toda oposição à ordem estabelecida, como pode ser visto no caso do magistério.⁵² Isso tem sido denominado de “ditadura ou terrorismo midiático” e os mercenários da mídia, de “sicários midiáticos”. Carlos Fazio, em seu livro *Terrorismo mediático, la construcción social del miedo en México* (2013), aplica esses conceitos no caso do nosso país.

No processo de pesquisa sobre os povos indígenas como objeto de estratégias de contrainsurgência por parte do Estado, alguns de nós antropólogos estudamos as forças armadas na atual globalização neoliberal e como estas são cuidadosamente preparadas para a “guerra interna”, criando inclusive grupos paramilitares que realizam o trabalho da guerra suja.⁵³ Desde os tempos das escolas militares pan-americanas dirigidas pelos Estados Unidos, os exércitos tornaram-se verdadeiras forças de ocupação estabelecidas em vastas regiões de nossos países e em praticamente todas as regiões indígenas. Muitos de seus altos comandos estão, assim como os políticos civis, associados ao grande capital de maneira direta ou indireta. A dependência e o vínculo das forças armadas mexicanas, por exemplo, com as estratégias militares e de inteligência dos Estados Unidos, no âmbito do Acordo de Segurança e Prosperidade da América do Norte (ASPAN) e da “Iniciativa Mérida” (uma versão do Plan Colômbia para o México e a América Central), e através da assistência, treinamento e apoio de todos os tipos de militares desse país para seus homólogos locais, fecharam o círculo da dependência do México no terreno militar, de segurança e de inteligência.

52 López y Rivas refere-se ao movimento dos professores da oposição sindical contra as reformas no ensino realizadas por Peña Nieto em 2013. [N. dos T.]

53 A esse respeito ver, de Gilberto López y Rivas, *Autonomías: democracia o contrainsurgencia* (2004) e *Las Fuerzas Armadas Mexicanas a fin del milenio* (1999).

No âmbito da universidade a que pertenço, somo-me à crítica aos que renunciaram à teoria marxista do imperialismo, os chamados por Valqui de *espadachins esclarecidos da burguesia transnacional*, e àqueles que abandonaram os rigores da análise de classe, mas seguindo totalmente as advertências de González Casanova na formulação das redefinições dos conceitos fundamentais. Ele enfatiza que não podemos permanecer no conceito tradicional de luta de classes, que conserva um sentido industrial e economicista do qual não se consegue desprender. O conceito de exploração também não é suficientemente abrangente. Ambos os conceitos, o de classe e o de exploração, precisam ser complementados ou superados pelos conceitos de dominação e apropriação do excedente e da riqueza, obtida à custa dos trabalhadores e dos povos, em processos de apropriação da mais-valia e do capital acumulado, e em processos de distribuição e apropriação inequitativa do excedente e da riqueza. Ambos conceitos vinculam poder político, repressivo, informático, cultural e social às relações de produção. Da mesma forma, não podemos permanecer no conceito de imperialismo sem ressaltar que, no estágio da globalização, as demarcações das “fronteiras”, do “externo” e do “interno” (em que os nacionalistas costumavam esconder as contradições internas atribuindo todos os males às externas) foram confirmadas cada vez mais em todo o mundo. No interior das nações está o exterior. Em cada Estado-nação se dão os vínculos e redes com outros Estados-nação, com o capital multinacional e transnacional, com o Estado global incipiente e com seus associados locais. Portanto, as lutas devem acontecer no local, no nacional e no global, privilegiando uns e outros de forma prática. E sem negligenciar nenhum nível. (Casanova, 2009).



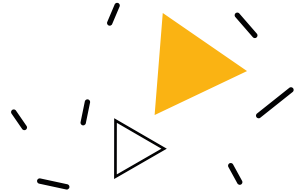
Conclusão

Os profissionais críticos das ciências sociais estão longe de evadir-se aos imperativos éticos que como cidadãos e cientistas nos determinam, em um mundo que não avança na solução dos problemas seculares que afligem a maioria dos seres humanos. Pelo contrário, a transnacionalização ou recolonização neoliberal agravou as condições de vida no planeta de tal forma que muitos analistas consideram que estamos à beira de um *colapso civilizatório*. Toda reflexão sobre as ciências sociais passa, então, por tomar consciência do significado totalizante dessa recolonização que afeta as bases da reprodução dos povos e a própria sobrevivência da espécie humana. As dimensões da ocupação afetam todas as esferas da vida humana e põem em perigo os fundamentos materiais e territoriais das formas coletivas de convivência, exacerbando ao máximo a polarização social e aprofundando as condições de pobreza de milhões de seres humanos.

Considero importante conhecer em profundidade o sistema de exploração-dominação que enfrentamos, mas também é fundamental confiar na capacidade e vontade dos povos para desenvolver estratégias de luta que combinem criatividade com eficiência, centralidade com autonomia, princípios éticos com construção de alternativas, como pudemos verificar nos primeiros graduados da primeira turma do curso “La Libertad de acuerdo com @s Zapatistas”.(López y Rivas, 2013):

Após as experiências traumáticas da burocratização do socialismo real e da institucionalização das esquerdas conforme os esquemas da democracia tutelada, o pensamento crítico de esquerda se define em termos do quanto é capaz de manter uma posição de congruência ética e de ajudar a construir o poder popular em formas de democracia participativa que impeçam o uso de aparelhos políticos para a promoção e ascensão social de uns poucos.

Nossos inimigos são poderosos, mas não invencíveis. Se a própria sobrevivência da espécie humana está em jogo, confiemos em que as forças da vida e o valor da dignidade prevalecerão sobre a maquinaria capitalista da morte e da destruição.



Referências⁵⁴

ABÉLES, Marc. **Anthropologie de la globalisation**. Paris: Payot, 2008.

APPADURAI, Arjun. **El Rechazo de las minorías**. Ensayo sobre la geografía de la furia. México; Barcelona: Ensayo Tus Quets, 2007.

APPADURAI, Arjun. **La modernidad desbordada: dimensiones culturales de la globalización**. Trad. Gustavo Remedi. Buenos aires: FCE/Trilce, 2001.

BERMAN, Morris. **Edad oscura americana: La fase final del imperio**. México: Sexto Piso, 2006.

CALVEIRO, Pilar. **Violencias de Estado, la guerra antiterrorista y la guerra contra el crimen como medios de control global**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2012.

COLUSSI, Marcelo. **El Narcotráfico: un arma del império**. Guatemala: Argenpress, 2010. Disponível em: <<http://www.albedrio.org/hm/documentos/Colussi-ElnarcotraficoUnarmadelimperio.pdf>>.

54 Alguns dos links aqui presentes podem já não estar ativos apesar dos esforços do revisor técnico e da revisora de texto. Os motivos são variados. No caso dos periódicos *La jornada e Proceso*, que são excelentes em conteúdo, suas hemerotecas e sistemas de busca nem sempre são muito estáveis. No caso de documentos vazados pelo *wikileaks*, faz parte da guerra informacional a contínua perseguição aos portais que divulgam esses materiais.

DEADY, Timothy K. Lesson from a successful counterinsurgency: the Philippines (1899-1902). **Parameters**, Carlise (Pennsylvania), v. XXXV, p. 53-68, spring 2005.

DEMAREST, Geoff. **Geoproperty**: Foreign Affairs, National Security and Property Rights. London: Taylor & Francis, 1998.

DEMAREST, Geoff. **Winning Insurgent War**: Back to Basics. Australia: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2013.

FINNEY, Nathan. **Human terrain team handbook**. Fort Leavenworth, Kansas: United States Army, 2008.

FRIEDMAN, Thomas. **The Lexus and the Olive Tree**. New York: Farrar, Straus Giroux, 1999. Disponível em: <<http://www.labeee.ufsc.br/~luis/egcec/livros/globaliz/TheLexusandtheOliveTree.pdf>>.

GIROUX, Henry A. **America's Addiction to Terrorism**. New York: Monthly Review Press 2016.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación**. Pensar América Latina en el siglo XXI. Bogotá: CLACSO Coediciones-Siglo del Hombre, 2009.

GRACHIOV, A. **Bajo el signo del terror**. Moscú: Editorial Progreso, 1986.

LAQUEAR, Walter. **Una historia del terrorismo**. Barcelona: Paidós, 2003.

LECLERCQ, Gérard. **Anthropologie et colonialism**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1972.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto et al. **Las Fuerzas Armadas Mexicanas a fin del milenio**. México: Cámara de Diputados LVII Legislatura, 1999.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Las Fuerzas Armadas en la Transición Democrática. In: GUZMÁN, Jorge Luis Sierra (org.). **El Ejército y La**

Constitución Mexicana. 2. ed. México: Plaza y Valdés, 1999.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. **Autonomías:** democracia o contrainsurgencia. México: ERA, 2004.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Global State Terrorism and Assymmetric Wars. In: OSWALD SPRING, Ursula; SERRANO OSWALD, Serena Eréndira. **Risks, violence, security and Peace in Latin America.** Cham, Switzerland: Springer International Publishing AG, 2018. p. 77-84.

PASSMORE, Kevin. **Fascism:** a very short introduction. London, UK: Oxford University Press, 2002.

PRICE, David. **Weaponizing anthropology, social science in service of the militarized state.** California: AK Press, 2011. (Counter-Punch)

RIVADEO, Ana María. **Les Patria:** nación y globalización. México: Unam, 2003.

ROBINSON, William I. **Una Teoría sobre el capitalismo global, producción, clase y Estado en un mundo trasnacional.** México: Siglo XXI, 2013.

SELSER, Gregorio. **Cronología de las intervenciones extranjeras en América Latina.** México: UACM, 1994. 5 Vol. Disponible en: <<http://frentenorte.net/node/5>>.

SCHULZ, Williams. **Terrorismo de Estado.** Navarra: Txalaparta, 1990.

VALQUI CACHI, Camilo. **Marx vive:** Derrumbe del capitalismo, complejidad de una totalidad violenta. México: UAG/UACM, 2012. Tomo II.

WIEVIORKA, Michel. **Les sciences sociales en mutation.** Paris: Sciences Humaines, 2007.

Hemerografía

ADRIAENSENS, Drik. 2003-2013: La resistencia iraquí, la “guerra sucia” de estados Unidos y la remodelación de Oriente Próximo. **Globalization - Centro de Investigación Sobre Globalización**, 25 mar. 2013. Disponible em: <<https://www.globalizacion.ca/2003-2013-la-resistencia-iraqui-la-guerra-sucia-de-estados-unidos-y-la-remodelacion-de-orient-proximo/>>. Acceso em: 15 jun. 2019.

BROOKS, David. “Colapso *rápido y repentino* en México, de los mayores riesgos a futuro, alertan en EU. **La Jornada** [online], 16 jan. 2009. Disponible em: <<https://www.jornada.com.mx/2009/01/16/index.php?section=politica&article=016n1pol>>. Acceso em: 14 jun. 2019.

CASANOVA, Pablo G. Los indios de México hacia el nuevo milenio. **La Jornada** [online], 9 set. 1998. Disponible em: <<https://www.jornada.com.mx/1998/09/09/casanova.html>>. Acceso em: 14 jun. 2019.

CASANOVA, Pablo G.; OLEA, Víctor F.; MALO, Miguel C. et al. Llamamiento a la Nación Mexicana. **La Jornada** [online], 16 nov. 2007. Disponible em: <<https://www.jornada.com.mx/2007/11/16/index.php?section=politica&article=024n2pol>>. Acceso em: 14 jun. 2019.

CATRO, Fidel. Derrota moral sin precedentes del imperio. **Granma**, 23 ago. de 2007. Disponible em: <<http://www.granma.cu/granmad/secciones/reflexiones/esp-043.html>>.

GIROUX, Henry A. Henry Giroux on State Terrorism and the Ideological Weapons of Neoliberalism. Interview by Leslie Tatcher. **Truthout**, 28 feb. 2016. Disponible em: <<https://truthout.org/articles/henry-giroux-on-state-terrorism-and-the-ideological-weapons-of-neoliberalism/>>. Acceso em: 14 jun. 2019.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Apuntes del curso: La Libertad según

L@s Zapatistas. **La Jornada** [online], Seção Opinião, 30 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2013/08/30/opinion/019a1pol>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. El terrorismo global de Estados Unidos. **La Jornada** [online], Seção Opinião, 3 jun. 2005.

MASSEY, Jimmy. Entrevista realizada por Rosa Miriam Elizalde. **Cuba Debate**, 14 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2007/11/14/jimmy-massey-he-sido-un-asesino-psiropata/#.XUYH5uhKj4Y>>.

PAZ CON DEMOCRACIA. Llamamiento a la nación mexicana. **La Jornada**, 16 de nov. de 2007. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2007/11/16/index.php?section=politica&article=024n2pol>>.

ROHDE, David. Army enlists anthropology in War Zones. **New York Times**, Caderno Asia Pacific, 5 out. 2007. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2007/10/05/world/asia/05afghan.html>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

SOJO, Marta. Terrorismo de Estado. **Indymedia Mexico**, Centro Independiente de la Ciudad de México.

STANNARD, Matthew B. Montgomery McFate Mission. Can one anthropologist possibly steer the course in Iraq? **San Francisco Chronicle**, 29 abr. 2007. Disponível em: <<https://www.sfgate.com/magazine/article/Montgomery-McFate-s-Mission-Can-one-2562681.php>>.

Digital

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION - AAA. **Resolution condemning torture and its use by US Forces**. San José, California, 2006.

COLUSSI, Marcelo. **El Narcotráfico: un arma del imperio**. Guatemala: Ediciones Virtuales Argenpress, 2015. Disponível em: <<http://www.albedrio.org/htm/documentos/Colussi-ElnarcotraficoUnarmadelimperio.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CONSUMERS FOR PEACE. **War crimes Committed by the United States in Iraq and Mechanism for Accountability**, 10 out. 2006. Disponível em: <http://www.consumersforpeace.org/pdf/war_crimes_report.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

JOHNSON, Chalmers. America's Empire of Bases. **Tom Dispatch.com - A regular antidote to the mainstream media**, 15 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.tomdispatch.com/post/1181/chalmers-johnson-on-garrisoning-the-planet>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

THE MINERVA RESEARCH INITIATIVE. **Home**. Disponível em: <<https://minerva.defense.gov>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

TROTSKY, León. La posición Marxista Acerca del terrorismo individual. **Marxists Internet Archive**, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/trotsky/terrorismo.htm#1>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

Revistas acadêmicas

BRYAN, Joe. Force Multipliers: Geography, Militarism, and the Bowman Expeditions. **Political Geography**, v. 29, n. 8, p. 414-416, nov. 2010. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.405.597&rep=rep1&type=pdf>>.

GONZÁLEZ, Roberto J. Towards mercenary anthropology? The new US Army counterinsurgency manual FM 3-24 and the military-anthropology complex. **Anthropology Today**, Reino Unido, v. 23, n. 3, p. 14-19, jun. 2007. Disponível em: <<https://rai.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8322.2007.00511.x>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Paramilitarismo y insurgencia en México. **Memoria**, México, n. 133, p. 17, jun. 1999.

PRICE, David. The Army's take on culture. **Anthropology Now**, Colorado, v. 2, n. 1, p. 57-63, ago. 2010.

Revistas Digitais

BOEGE, Eckart. La minería industrial en territorios bioculturales de los pueblos indígenas. El despojo de los indígenas de sus territorios en el siglo XXI. **Rebelión** [online], 4 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticias/2013/6/169166.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

ELIZALDE, Rosa Miriam. Entrevista com Jimmy Massey. **Cuba Debate**, 14/11/2007. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/>>

opinion/2007/11/14/jimmy-massey-he-sido-un-asesino-psicopata/#.XO_ip7fPzDc>. Acesso em: 29 maio 2019.

LA GUERRA del narco. **Revista Proceso**, México, ed. especial, v. 28, n. 1, abr. 2010.

PRISIONES Flotantes. **Revista Proceso**, 29 de junio de 2008. Disponível em: <https://www.proceso.com.mx/89397/prisiones-flotantes>. Acesso em: 29 maio 2019.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Democracia tutelada versus Democracia Autonomista. **Rebelión** [online], mar. 2006. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticias/2006/3/28977.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Los límites de la democracia neoliberal. **Rebelión** [online], jun. 2006. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2006/06/16/index.php?section=opinion&article=022a2pol>>. Acesso em: 27 maio 2019.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. El nuevo manual de contrainsurgencia de Estados Unidos. **Rebelión** [online], abr. 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticias/2007/4/49158.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

PRICE, David. Prostitución de la antropología al servicio de las guerras del imperio. **Rebelión** [online], nov. 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=58547>>. Acesso em 27 maio 2019.

VINE, David. La estrategia del nenúfar. **Rebelión** [online], jul. 2012. Disponível em: <<http://rebelion.org/noticia.php?id=153172>>. Acesso em: 27 maio 2019.

Outras referências eletrônicas de consulta

DEMAREST, Geoff. Mapping Colombia: geographic information and strategy. **The Strategic Studies Institute**, march 2003. Disponível em: <<https://elenemigocomun.net/wp-content/uploads/2009/03/mapping-colombia.pdf>>.

Discurso de Obama en la Academia Militar de West Point. 30 de mayo de 2014. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2014/05/28/president-obama-at-west-point-watch-the-speech-read-the-transcript/>>. Acesso em: 27 maio 2019.

McFATE, Montgomery. Anthropology and counterinsurgency: the strange story of their curious relationship. **Military Review**, U.S. Army, n. 85, mar./abr. 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/7275206/Anthropology_and_Counterinsurgency_The_Strange_Story_of_their_Curious_Relationship>.

NACIONES UNIDAS. Assembleia Geral. **Convenio de la organización de la conferencia islámica para la lucha contra el terrorismo**. Ouagadougou, Burkina Faso, 1 de julio de 1999. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/404925/files/A_54_637_S_1999_1204-ES.pdf>.

ORGANIZATION OF ISLAMIC COOPERATION – *OIC*. **Convention of the Organisation of the Islamic Conference on Combating International Terrorism**. Twenty-Sixth Session of the Islamic Conference of Foreign Ministers, Ouagadougou, Burkina Faso, July 1999. Disponível em: <http://ww1.oic-oci.org/english/convention/terrorism_convention.htm>.

UNITED STATE. Department of Justice. **Code of Federal Regulation**, 28 C.F.R., Section 0.85, U.S. Department of Justice, F.B.I., Terrorism in the United States, 1995.

UNITED STATES ARMY. **Couterinsurgency: FM31-20-3**. Foreign Internal Defense Tactics, Techniques, and Procedures for Special Forces. Washington, DC: Department of Army, 2003. Disponível em: <<https://wlstorage.net/file/us-fm-31-20-3.pdf>>.

UNITED STATES ARMY. **Special Forces Advisory Guide - Training Circular 31-73**. Washington, D.C: Headquarters, Department of the Army, 2008b. Disponível em: <https://wikileaks.org/wiki/US_Special_Forces_Advisor_Guide_2_July_2008>. Acesso em: 14 jun. 2019.

UNITED STATES ARMY. Joint Forces Command. **JOE 2008 – Joint Operating Environment**, USJFCOM Public Affairs, Norfolk, VA, 2008a. Disponível em: <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/concepts/joe_2008.pdf?ver=2017-12-30-132024-953>. Acesso em: 14 jun. 2019.

UNITED STATES ARMY. **Couterinsurgency: FM3-24**. Washington, DC: Department of Army, 2006. Disponível em: <<https://fas.org/irp/doddir/army/fm3-24fd.pdf>>.

SOBRE O E-BOOK

Tipologia: Cambria, Korolev, Lucida Sans
Número da publicação: 60
Publicação: Cegraf UFG
Câmpus Samambaia, Goiânia-
Goiás. Brasil. CEP 74690-900
www.cegraf.ufg.br
